

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

ALEXANDRE REINALDO PROTÁSIO

**O CONCEITO DE NATUREZA EM GRAMSCI:
CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Rio Grande
2008**

ALEXANDRE REINALDO PROTÁSIO

**O CONCEITO DE NATUREZA EM GRAMSCI:
CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental.
Requisito parcial para a obtenção do título de Mestre
em Educação Ambiental
Fundação Universidade do Rio Grande – FURG.
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Humberto Calloni

**Rio Grande
2008**

R967c Protásio, Alexandre Reinaldo

O conceito de natureza em Gramsci : contribuições para a educação ambiental / Alexandre Reinaldo Protásio ; orientação do Prof. Dr. Humberto Calloni. – Rio Grande : FURG, 2008.

193f.

Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande – Mestrado em Educação Ambiental.

I. Gramsci. 2. Natureza. 3. Marxismo. 4. Educação ambiental. I. Calloni, Humberto. II. Título.

CDU 504:37:141.82

Catálogo na fonte: Bibliotecária Alessandra Lemos CRB 10-1530

ALEXANDRE REINALDO PROTÁSIO

**O CONCEITO DE NATUREZA EM GRAMSCI:
CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL
(Assinado no original)**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos examinadores:

Prof. Dr. Humberto Calloni
(Orientador – FURG)

Profa. Dra. Maria do Carmo Galiazzi
(FURG)

Prof. Dr. Carlos Machado
(FURG)

Prof. Dr. Avelino Oliveira
(UFPEL)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Humberto Calloni pela confiança e dedicação;

Agradeço igualmente aos meus professores, com especiais deferências à Prof^a. Maria do Carmo Galiazzi, ao Prof. Carlos Machado e ao Prof. Avelino Oliveira, componentes da banca examinadora;

Agradeço aos meus pais, irmãos e companheira, pelo apoio e compreensão;

Além disso, agradeço aos colegas pelo ambiente democrático que construímos ao longo do curso.

RESUMO

A questão de pesquisa deste trabalho consistiu na investigação do conceito de natureza, sua evolução, nas cartas, artigos e textos teóricos do marxista italiano Antonio Gramsci. O estudo objetiva incluir Gramsci no roteiro das futuras pesquisas no campo da Educação Ambiental, contribuindo teoricamente para com o PPGEA. Utilizou-se a revisão bibliográfica como método de pesquisa e descrição das fontes primárias. Para contextualizar o estudo de Gramsci no campo da Educação Ambiental, analisou-se a concepção de Educação Ambiental Transformadora e o conceito de natureza nas perspectivas dos principais teóricos do liberalismo e do marxismo. A pesquisa buscou apresentar uma visão não-dogmática do marxismo gramsciano, abarcando os conceitos de liberdade, história, dialética, sociedade civil e política. O conceito de natureza em Gramsci atravessou grandes transformações epistemológicas e políticas, passando por uma visão liberal e idealista durante a juventude, sob influência de Benedetto Croce, até a aproximação com o marxismo na maturidade. Entre os anos 1932 e 1933, o conceito de natureza atinge o conteúdo dialético mais avançado, completando a depuração dos elementos idealistas. As considerações contidas neste estudo admitem incluir Gramsci no grupo dos autores clássicos que devem ser consultados como base para os estudos sócio-ambientais.

Palavras-chave:

Gramsci - natureza – marxismo – educação Ambiental.

ABSTRACT

The question of research of this work consisted of the inquiry of the nature concept, its evolution, in the letters, articles and theoretical texts of the Italian marxist Antonio Gramsci. The objective study to include Gramsci in the script of the future research in the field of the Ambient Education, contributing theoretically with the PPGEA. It was used bibliographical revision as method of research and description of the primary sources. To contextualizar the study of Gramsci in the field of the Ambient Education, it was analyzed conception of Transforming Ambient Education and the concept of nature in the perspectives of the main theoreticians of liberalism and the marxism. The research searched to present the no-dogmatic vision of the gramscian marxism, accumulating of stocks the concepts of freedom, history, dialectic, civil society and politics. The concept of nature in Gramsci crossed great epistemologics transformations and politics, passing for a liberal and idealistic vision during youth, under influence of Benedetto Croce, until the approach with the marxism in the maturity. Between years 1932 and 1933, the nature concept reaches the more advanced dialetic content, completing the purification of the idealistic elements. The considerations contained in this study admit to include Gramsci in the group of the classic authors who must be consulted as base for the socie-ambient studies.

Keywords:

Gramsci - nature - marxism - Ambient education.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| AGRADECIMENTOS | V |
| RESUMO | VI |
| ABSTRACT | VII |
| INTRODUÇÃO | 09 |
| I – Conceito de Educação Ambiental | 17 |
| 1. Antecedentes Históricos..... | 20 |
| 2. Conceito de Educação Ambiental Transformadora..... | 28 |
| II – Conceitos de Natureza | 34 |
| 1. Histórico do Conceito de Natureza..... | 34 |
| 2. Concepção Materialista da Natureza..... | 41 |
| 3. Ambiente e Modo de Produção Capitalista..... | 52 |
| III – Visões sobre Antonio Gramsci | 66 |
| 1. História de Gramsci..... | 66 |
| 2. Leituras de Gramsci..... | 79 |
| IV – O Marxismo gramsciano | 92 |
| 1. Historicismo Absoluto..... | 92 |
| 2. Concepção gramsciana de Dialética..... | 97 |
| 3. Política e Liberdade..... | 102 |
| V – O Conceito de Natureza em Gramsci | 110 |
| 1. Natureza e o Jovem Gramsci..... | 112 |
| 2. Epistolário: Memória e Natureza..... | 120 |
| 3. A Natureza no Cárcere..... | 126 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 143 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 149 |
| ANEXOS | 153 |
| Anexo A – Carta da Terra | 153 |
| Anexo B – Conferência de Tbilisi..... | 163 |
| Anexo C – Lei 9.795/95..... | 180 |
| Anexo D – Tratado de Educação Ambiental..... | 187 |

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é dedicada aos pesquisadores e acadêmicos que estão na fase inicial dos estudos no campo do marxismo e das leituras de Antonio Gramsci. Está focada nos principais aspectos do pensamento gramsciano, principalmente no conceito materialista de natureza. Além disso, busca apresentar aos interessados os principais aspectos da trajetória intelectual e militante do referido autor.

Como objetivo central, a pesquisa visa a investigar as transformações do conceito de natureza presente nos Escritos Políticos (1910 – 1926), nos Cadernos do Cárcere (1929-1934) e nas Cartas do Cárcere (1926-1937). Como o conceito de natureza aparece nos escritos do jovem e do Gramsci maduro, quais são as diferenças? Quais são as influências teóricas em cada um dos períodos?

Três princípios gerais orientam a presente discussão teórica:

a) está em curso uma profunda crise ambiental, civilizacional, gerada por um modelo produtivo e social, historicamente determinado (capitalismo), que ameaça a vida humana e não-humana no planeta;

b) o marxismo, enquanto campo do conhecimento que articula economia, visão do mundo, hegemonia e sociedade, continua oferecendo respostas adequadas à conjuntura que vivemos;

c) a teoria de Gramsci articula cultura, política, economia e hegemonia em uma perspectiva ambiental (relacional), ou seja, busca o momento catártico ou a síntese dialética entre estrutura e superestrutura.

Com o objetivo de intermediar o contato do leitor com o teórico italiano, tratou-se de citar as passagens mais significativas dos Cadernos do Cárcere, das Cartas do Cárcere e dos Escritos Políticos. As notas de rodapé, por sua vez, trazem outras relações e conceitos, enriquecendo a leitura e explicando fatos e personagens históricos que surgem ao longo do texto. Devido ao grande volume de informações, muitas vezes díspares, e buscando manter a objetividade temática da pesquisa, evitou-se analisar todos os autores e fatos citados por Gramsci ao longo dos artigos, notas e cartas carcerárias.

No capítulo I foi tratado o conceito de Educação Ambiental. Foram analisados os antecedentes históricos (as principais conferências, encontros e

documentos), dando ênfase aos processos políticos e organizativos que deram origem às instituições, organismos e legislações da área ambiental e respectiva área educacional. Na segunda parte deste capítulo, fica evidente a contribuição de Carlos Frederico Loureiro no debate sobre a Educação Ambiental Transformadora.

O campo da Educação Ambiental é complexo e em expansão. As novidades dos temas e dos discursos intensificam a necessidade de se buscar referências teóricas e trilhas que ajudem nessa trajetória, isso evita aderir aos modismos ou cair no ecletismo, ambos perigosos¹. Por isso a necessidade de um estudo histórico e teórico mais rigoroso dos conceitos e perspectivas políticas de cada proposta na Educação Ambiental, principalmente em um momento em que empresas e organismos internacionais estão criando meios de lucrar com o comércio de carbono e outras táticas de capitalização através da crise ambiental.

Por uma questão de identificação teórica com o materialismo histórico e com a ecologia política, optou-se pela Educação Ambiental Transformadora descrita por Loureiro e outros. O objetivo da dissertação não era traçar as influências, limites e possibilidades das teorias sócio-ambientais presentes no campo da Educação Ambiental, por isso apontou-se os conceitos e práticas mais próximas da nossa orientação pessoal.

No capítulo II, foi exposto o histórico do conceito de natureza, passando pelos teóricos gregos (as mudanças no conceito de *phýsis*), pela visão religiosa medieval e pelos principais pensadores iluministas-liberais dos séculos XVI, XVII e XVIII (Locke, Montesquieu, Hobbes, Descartes e Rousseau). Quanto aos pensadores iluministas, percebeu-se como ocorre o processo de separação teórica e prática entre o homem e a natureza, corolário sob o qual está assentada a sociedade capitalista liberal e o processo de destruição do planeta.

Na segunda parte, analisou-se o conceito de natureza sob a perspectiva materialista e dialética. Utilizamos Bellamy Foster para contextualizar o período histórico em que nasceram as teorias materialistas (em oposição ao discurso criacionista da Igreja). Além disso, buscou-se Karl Marx e Friedrich Engels para expor o conceito materialista dialético de natureza na concepção do socialismo científico. E, nesse sentido, foi fundamental a breve análise do pensamento de

¹. Os modismos muitas vezes estão vinculados a alguma visão de mundo propagada a partir dos centros de poder mundial. O ecletismo, por sua vez, revela ausência de critérios teóricos e metodológicos claros, visto que o pesquisador agrega conceitos contraditórios entre si.

Epicuro, a grande influência para os intelectuais do século XIX, entre eles Karl Marx.

Na terceira parte do capítulo II, operou-se uma breve investigação acerca das conseqüências sócio-ambientais do modo de produção capitalista sobre o planeta e os povos. Evidenciou-se os abismos econômicos e sociais entre os indivíduos, países e os continentes, revelando o estado de saúde do planeta. Por esse motivo, esse capítulo traça os elementos históricos da pesquisa, ou seja, o atual quadro estrutural e ideológico da relação entre o homem e a natureza.

No Capítulo III, “Visões sobre Antonio Gramsci”, apontou-se a história de Gramsci, seu envolvimento com o Partido Socialista Italiano, os Conselhos de Fábrica em Turim e, mais tarde, o processo de fundação do Partido Comunista Italiano. Observou-se como se formaram os principais conceitos gramscianos, como hegemonia, sociedade civil e Estado. A primeira parte desse capítulo visa a explicar como os referidos conceitos nasceram no processo histórico concreto, acompanhando as experiências de Gramsci na política italiana.

Na segunda parte, analisou-se as diversas leituras sobre a teoria gramsciana, apresentando as avaliações dos principais comentadores da sua obra. Gramsci foi aproximado do maoísmo, do leninismo, dos liberais italianos e foi-lhe atribuída a paternidade do “modelo gradualista” vigente na esquerda italiana. Nesse debate sobre as influências gramscianas, ganhou destaque a polêmica sobre qual era a extensão e profundidade do hegelianismo de Gramsci.

No Capítulo IV, evidenciou-se as contribuições de Gramsci para o campo específico do marxismo. No subtítulo “O Historicismo Absoluto”, apontou-se como o historicismo hegeliano é revolucionado e transformado em historicismo total na teoria marxiana, perspectiva que Gramsci absorve com espírito crítico.

No mesmo capítulo, segunda parte, discutiu-se o tratamento epistemológico e político dado por Gramsci ao método dialético. Polemizando com Bukhárin, o autor sardo resgata o papel transformador da dialética, depurando-a de todo o formalismo e previsibilidade. Na última parte, reuniu-se trechos onde Gramsci reflete sobre os conceitos de política e liberdade, fundamentais para compreender-se o projeto de sociedade socialista do militante sardo.

A trajetória histórica e epistemológica do conceito gramsciano de natureza é reconstruída no Capítulo V, “O Conceito de Natureza em Gramsci”. Para tanto, na introdução do capítulo, alertou-se aos leitores que muitas noções e conceitos atuais não poderiam fazer parte do arcabouço teórico de um autor das décadas de 20 e 30,

como Gramsci. Trata-se, portanto, de um esforço de investigação epistemológica e histórica, sem a pretensão de comprovar a validade (ou não) de teorias atuais ou do passado.

Na primeira parte do Capítulo V, apontou-se o significado dos termos ambiente e natureza nos escritos da juventude (1910-1926), ou seja, no período em que Gramsci contava entre 19 e 35 anos de idade. O estudo dos textos da juventude foi de grande validade, pois ofereceu indícios sobre o movimento interno de transformação/superação dos referidos conceitos.

A segunda parte foi ocupada pela investigação do epistolário entre o encarcerado Gramsci e seus amigos e familiares. Apesar das ressalvas, apresentadas no início do subtítulo (“Epistolário: Memória e Natureza”), as cartas abriram um curioso campo de análise, pois revelaram os momentos em que Gramsci avaliou e lembrou fatos de sua vida, principalmente aqueles que considerava os mais significativos (com maior destaque, sua infância na Sardenha).

Na terceira parte está o centro deste estudo: o conceito materialista de natureza em Gramsci, presente nos Cadernos do Cárcere. Através das contribuições de Marx e Engels, compilou-se os principais trechos onde estão registradas as análises de Gramsci sobre a relação homem - natureza.

Os leitores perceberão que, diferente dos outros capítulos, deu-se maior ênfase à datação das cartas, artigos e notas de Gramsci. Como se trata de um trabalho de arqueologia bibliográfica, as notas e cartas foram agrupadas em ordem cronológica, diferente da organização temática (originalmente de Valentino Gerratana) efetuada pelos organizadores da publicação brasileira dos textos gramscianos.

Nos Cadernos estão os elementos conceituais mais elaborados (mas não acabados) de uma teoria social “em movimento” e, dessa forma, devem ser lidos. Determinismos e dogmatismos não combinam com o processo de construção teórica dos últimos escritos de Gramsci (antes de sua doença e morte). Trechos (parágrafos e notas) foram revistos, por vezes abandonados, ainda no cárcere, o que certifica o caráter processual da obra gramsciana.

Segundo Carlos Nelson Coutinho, responsável pela edição da Civilização Brasileira, “Gramsci utilizou 33 cadernos escolares, todos de capa dura, que lhe iam sendo fornecidos à medida em que requisitava ao diretor do presídio [Turi]” (Gramsci, 2004c: 9). Quatro desses cadernos foram ocupados com exercícios de

tradução do inglês e alemão. A partir de 1932, segundo Coutinho, Gramsci secundariza as traduções e se dedica à redação e revisão dos seus apontamentos.

De acordo com a classificação sugerida por Valentino Gerratana, os 29 cadernos foram divididos em especiais e miscelâneos. Nos primeiros, Gramsci reúne “apontamentos sobre assuntos específicos, razão pela qual, com duas únicas exceções (as do 11 e do 19), eles têm títulos dados pelo próprio Gramsci” (Idem: 12). Nos cadernos miscelâneos, Gramsci “redige notas sobre variados temas, muitas das quais iniciadas por títulos idênticos ou semelhantes” (Idem: 11-2). Os títulos dos cadernos miscelâneos foram dados por Gerratana, vindo sempre em colchetes (fato que foi repetido na edição brasileira).

Se a primeira divisão dos cadernos serviu para agrupá-los por temática, em dois grandes segmentos (especiais e miscelâneos), Gerratana propõe uma subdivisão em três categorias: textos A, B e C. Os textos A são os que Gramsci “redigiu nos ‘cadernos miscelâneos’ e depois retomou ou reagrupou (literalmente ou com modificações, maiores ou menores) em textos C, todos eles contidos nos ‘cadernos especiais’” (Idem: 12).

Os textos B são os que receberam redação única, “que aparecem sobretudo nos ‘cadernos miscelâneos’, mas também em um número menor de casos, em alguns ‘cadernos especiais’” (Ibidem). De acordo com Coutinho, grande parte dos temas dos “cadernos especiais” foram reavaliações dos textos tipo C (os cadernos 10, a segunda parte, e 29, todo ele, são textos tipo B). Por questão de economia e acessibilidade, os textos A não foram reproduzidos na edição brasileira.

A capacidade de “produção intelectual” que tinha Gramsci é um estímulo para qualquer pesquisador que busca a formação acadêmica. Ao longo da sua vida no cárcere, o autor italiano deixou aproximadamente 3000 páginas de escritos e reflexões. A edição brasileira, publicada pela Civilização Brasileira conta com quase 4000 páginas, considerando os seis volumes dos Cadernos do cárcere e mais quatro volumes dos Escritos Políticos e das Cartas do Cárcere.

Gramsci era um homem de ação e de pensamento vivaz. Sua obra se espalhou pelo mundo modificando a ciência política e o marxismo, partidos e forças políticas de esquerda foram buscar nele um referencial alternativo ao modelo soviético. E por sua originalidade, o pensamento do autor sardo “sofreu” todo tipo de uso e abuso pelos que buscavam nas suas notas os argumentos que legitimassem ações, partidos e, até mesmo, afastamentos do marxismo. A

quantidade de livros comentando as várias facetas da obra de Gramsci é, portanto, vastíssima, demonstrando de que o autor italiano continua provocando os interesses dos pesquisadores e intelectuais.

Por isso, o pensamento de Gramsci não poderia ser sintetizado sem que opções conceituais fossem feitas. Idéias, argumentos e conceitos ficaram fora desse estudo introdutório. Conceitos como bloco histórico e classes subalternas foram apenas citados em notas de rodapé. Já cesarismo, transformismo, entre outros, ficaram fora por uma questão de economia. Além disso, o objetivo era dar ênfase ao conceito fundamental do pensamento complexo de Gramsci (hegemonia) e investigar, na obra do autor, as noções implícitas/explicitas de natureza e ambiente.

A hegemonia permeia, como veremos, todos os temas dos Cadernos do Cárcere, inclusive a sociedade civil, que é apresentada como o cenário dos acontecimentos políticos e dos enfrentamentos ideológicos. Nela está a “vida social”, onde se constrói o conteúdo ético-moral da produção e do Estado. Portanto, ao analisar-se o conceito de hegemonia em conexão com o de sociedade civil estava-se construindo os instrumentos que possibilitaram questionar as motivações e os métodos que, na visão de Gramsci, originam os acontecimentos sócio-históricos.

Outro aspecto explorado nessa dissertação está centrado na luta de Gramsci contra os reducionismos, principalmente o economicismo e o mecanicismo. Insistiu-se nessas questões justamente para alertar ao leitor de que o campo do marxismo, na maioria dos casos, não é unificado, pois sofre de dissensões e disputas políticas entre as várias correntes. O próprio Gramsci alerta para o caráter contingente e histórico da filosofia da práxis, negando os dogmatismos e a fixidez dos modelos *a priori*.

Respeitar a letra viva dos escritos gramscianos significa não cair no dogmatismo. Gramsci não aceitava o leninismo como inquestionável, tampouco acreditava que o marxismo era uma doutrina estanque, longe do mundo concreto. Como dizia, a filosofia da práxis é puro historicismo e, como tal, é também história. Por isso, Gramsci desenvolveu uma metodologia de estudo adequada ao caráter dinâmico e imprevisível da história e do próprio marxismo. O referido método também será utilizado na presente dissertação.

Ao desenvolver uma proposta de método para analisar a teoria de Marx, Gramsci dá as indicações necessárias para a leitura das suas notas. Pois se pretende-se “estudar o nascimento de uma concepção do mundo que jamais foi

exposta sistematicamente pelo seu fundador”, que é o seu caso em particular, “é necessário efetuar preliminarmente um trabalho filológico minucioso, conduzido com o máximo de escrupulo de exatidão, de honestidade científica” (Gramsci, 1995: 94).

Gramsci acrescenta que é preciso realizar uma seleção dos elementos que se “tornaram estáveis e ‘permanentes’, isto é, que foram assumidos como pensamento próprio” (Idem: 95). Além disso, faz a seguinte advertência metodológica:

Esta seleção pode ser feita para períodos mais ou menos longos, de acordo com a análise do conteúdo e não das notícias externas (que podem, entretanto, ser utilizadas), dando lugar a uma série de “desvios”, isto é, de doutrinas e teorias parciais pelas quais o pensador pode ter tido, em certos momentos, uma simpatia, chegando mesmo a tê-las aceito provisoriamente, servindo-se delas para o seu trabalho crítico ou de criação histórica e científica (Ibidem).

O autor sardo propõe etapas para a elaboração de um estudo sistemático e organizado, a saber:

1) argumenta que a “reconstrução da biografia, não apenas diz respeito à atividade prática, mas principalmente no que toca à atividade intelectual” (Ibidem). O que passa, obrigatoriamente, por uma leitura dialética (teoria e prática) dos autores que estudamos;

2) o militante sardo propõe que seja feito “o registro de todas as obras, mesmo das menos importantes, em ordem cronológica” (Ibidem). Esse processo ocorre segundo motivos intrínsecos: formação intelectual, maturidade, domínio (o que podemos traduzir por competência) e “aplicação do novo modo de pensar e de conceber a vida e o mundo” (Ibidem). Para Gramsci a pesquisa do *leitmotiv*, ou seja, do “pensamento em desenvolvimento, deve ser mais importante do que as afirmações singulares e casuais e do que os aforismos isolados” (Idem: 95-6);

3) Entre as obras do autor estudado deve-se “distinguir entre as que ele concluiu e publicou e as que permaneceram inéditas, porque incompletas, e publicadas por algum amigo ou discípulo, não sem revisões, modificações, cortes” (Idem: 96). Acrescenta, provavelmente pensando em causa própria, que o conteúdo das obras póstumas “deve ser tomado com muita descrição e cautela, já que não pode ser considerado como definitivo, mas tão somente como material ainda em elaboração, ainda provisório” (Ibidem).

Gramsci menciona o estudo do epistolário, advertindo que é necessário

cautela na manipulação desse material: “uma afirmação isolada feita em uma carta talvez não fosse repetida em um livro” (Idem: 97). Para o autor sardo, a “vivacidade estilística das cartas, mesmo que seja freqüentemente mais eficaz do que o estilo medido e ponderado de um livro conduz por vezes a deficiências de argumentação” (Ibidem). Gramsci afirma que no epistolário ocorrem possíveis “erros lógicos”, pois a agilidade da escrita e do pensamento realiza-se “às custas da sua solidez”.

I - CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros (Anexo B), realizada em Tbilisi (Geórgia, ex-URSS), entre 14 e 26 de outubro de 1977, definiu critérios para se tratar a Educação Ambiental. Destacou-se alguns princípios da Conferência de Tbilisi por se tratar de um evento importante na história da Educação Ambiental, pois várias das suas recomendações continuam sendo utilizadas e permanecem politicamente válidas.

O primeiro princípio destacado diz que a “educação ambiental é o resultado de uma orientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente” (Anexo B: 163). As recomendações de Tbilisi estavam eivadas do comportamentalismo do pensamento ecológico da década de 70 e clamava pela solidariedade entre as nações:

O propósito fundamental da educação ambiental é também mostrar, com toda clareza, as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos dos diversos países podem ter conseqüências de alcance internacional. Neste sentido, a educação ambiental deveria contribuir para o desenvolvimento de um espírito de responsabilidade e de solidariedade entre os países e as regiões, como fundamento de uma nova ordem internacional que garanta a conservação e a melhoria do meio ambiente (Idem: 164).

No que tange ao comportamento dos indivíduos, o documento de 1977 afirma que um dos propósitos da educação ambiental é “fomentar valores éticos, econômicos e estéticos que constituam a base de uma autodisciplina, que favoreçam o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a preservação e melhoria desse meio ambiente” (Ibidem). Uma das críticas aos princípios construídos na Conferência de Tbilisi seria dirigida a sua leitura comportamentalista da realidade.

Considerando a Educação Ambiental um direito, do qual todos os indivíduos do globo deveriam usufruir, o referido documento estabelece três “finalidades”:

- a) ajudar a fazer compreender, claramente, a existência e a

importância da interdependência econômica, social, política e ecológica, nas zonas urbanas e rurais; b) proporcionar, a todas as pessoas, a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente; c) induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, a respeito do meio ambiente (Idem: 165-6)

Além disso, o documento aponta os “Princípios Básicos” da Educação Ambiental, a saber: a) considerar o ambiente em sua totalidade; b) considerá-la um processo contínuo e permanente; c) desenvolver um enfoque interdisciplinar; d) insistir na cooperação local, nacional e internacional; e) utilizar diversos meios e espaços educativos para sua promoção; f) utilizá-la para “descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais” (Idem: 167). Infelizmente, a Conferência de Tbilisi contribui pouco para a descoberta das causas dos problemas ambientais e não avança no debate sobre o esgotamento do sistema de produção e consumo.

Com relação ao consumo, o documento faz uma vaga menção: “recomenda que incitemos os meios de comunicação social para que tenham consciência de sua função educativa, (...) com vistas à não estimulação do consumo de bens que sejam prejudiciais ao meio ambiente” (Idem: 174). Considerando que vários governos, instituições e organizações não-governamentais já fiscalizam (ou coíbem) o comércio de produtos perigosos, a recomendação da Conferência fica no vazio, nesse ponto deve-se considerar o contexto histórico (muitos países ainda não tinham legislações ambientais adequadas). Também pode-se destacar a preocupação com os meios de comunicação e seu poder de estímulo ao consumismo. Por esses motivos, o tratado de Tbilisi serviu de base para outros documentos sobre educação ambiental produzidos no mundo.

A Constituição Brasileira de 1988, no inciso VI do artigo 225, aponta a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (MMA, 2005a: 22). Contudo, somente em 1992 foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA), provavelmente impulsionada pela realização da Eco-92, no Rio de Janeiro, e em virtude da pressão política de militantes e organizações ecológicas, que desde a década de 60 defendem o ambiente.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Junho de 1992 (Eco-92), redigiu uma Declaração que, nos seus princípios básicos, menciona a importância da participação popular, mas não cita a

expressão “educação ambiental”, no máximo, alerta que “a melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional cada indivíduo terá acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente” (BRASIL, 1997: 595b).

Antes mesmo da popularização e o reconhecimento da importância da Educação Ambiental, no meio acadêmico e governamental, o conceito de desenvolvimento sustentável já ocupava um lugar de destaque.

Nos três princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em que mulheres, jovens e povos indígenas são citados, o objetivo é garantir sua participação para “alcançar” ou “atingir” o desenvolvimento sustentável. No caso das mulheres, de tão vaga, a citação parece deslocada: “as mulheres têm um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável” (Idem: 597). Qual papel a mulher desempenhará na gerência do desenvolvimento? Qual função está reservada para ela, em um futuro sustentável, que já não pudesse ocupar atualmente? Nesse sentido, o documento é impreciso.

Mesmo repleta de contradições, a Eco-92 foi um marco para o debate ambientalista no Brasil. O mundo, após a Conferência de Tbilisi, em 1977, acompanhou com atenção os debates e acordos discutidos no Rio de Janeiro. O país da Amazônia, maior patrimônio ambiental do mundo, compreendeu que suas responsabilidades com o ambiente são, com certeza, do tamanho e com a complexidade da nossa floresta tropical. Podemos afirmar que a Eco-92 foi o impulso que faltava, visto que foi amplamente divulgada pela mídia nacional e mundial, para um movimento (ambientalista) que necessitava colocar o debate ambiental na pauta internacional.

No que tange ao conceito de Educação Ambiental, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Anexo D), elaborado em 1992, considerou que:

a educação ambiental para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam

entre si relação de interdependência e diversidade. (MMA, 2005a: 57).

Para os participantes do Fórum Global, propositor do Tratado, a educação ambiental deve ter como base o “pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não-formal e informal, promovendo transformação e a construção da sociedade” (Idem: 58), o que significa dizer que a Educação Ambiental não é “neutra, mas ideológica. É um ato político” (Ibidem).

Apesar das passagens em que o Tratado apela para conceitos estranhos ao pensamento crítico como “harmonia”, “cooperação mútua” e “perspectiva holística”, avança politicamente ao propor respeito à autodeterminação dos povos, a soberania das nações e ações para “potencializar o poder das diversas populações” (Ibidem). Mesmo propondo a solução de conflitos através do diálogo e da harmonia, o Tratado reconhece a inviabilidade prática de combinar capitalismo, sociedade de mercado/consumo, com democracia (mesmo a mais formal e instrumental).

Entre as ações propostas pelo Tratado, algumas ganham destaque pela radicalidade política. O documento propõe a compreensão “das causas dos hábitos consumistas e [também] agir para [a] transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para a transformação de nossas próprias práticas” (Idem: 60). Que outro “sistema” é responsável pelo desperdício e o consumismo se não o próprio capitalismo? Os participantes do Fórum Global sinalizam a superação do capitalismo? Como superar um sistema político, militar e econômico sem conflitos sociais?

Outra ação interessante inscrita no Tratado, recomendou buscar-se “alternativas de produção autogestionária apropriadas econômica e ecologicamente, que contribuam para uma melhora da qualidade de vida” (Ibidem). Além disso, quer fortalecer os movimentos sociais “como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhora da qualidade de vida e do ambiente” (Idem: 61). Por esses avanços, o Tratado de Educação Ambiental continua sendo um documento indispensável para discutir-se as concepções e propostas para esse campo das ciências sociais.

Em 1994, seis anos após a Constituinte aprovar a nova Carta e dois anos depois da Eco-92, “foi criado pela Presidência da República, o Programa Nacional de Educação Ambiental, compartilhado pelo então Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do

Desporto” (BRASIL, 2005a: 24-5). Em 1999 foi criada a Diretoria do ProNEA, vinculada a Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, ano em que também foi aprovada a Lei nº 9.795 (PNEA).

A Declaração de Brasília para a Educação Ambiental, produzida na I Conferência Nacional de Educação Ambiental, em 1997, desenvolveu diagnósticos e recomendações para a organização e promoção do referido campo teórico. No tema 1 “Educação Ambiental e as Vertentes do Desenvolvimento Sustentável”, os delegados propuseram a: “necessidade de incentivar práticas de educação ambiental que privilegiem uma contextualização socioeconômica e cultural da realidade, extrapolando a dicotomia entre desenvolvimento/preservação e buscando uma abordagem menos pontual e fragmentada” (BRASIL, 1997a: 19).

No tema 2, “Educação Ambiental Formal: Papel e Desafios”, os participantes apontaram que “a falta de pesquisa na área de educação ambiental, inviabiliza a produção de metodologias didático-pedagógicas para fundamentar a educação ambiental formal e resgatar os valores culturais étnicos e históricos das diversas regiões” (Idem: 21). E recomendavam a criação de “cursos de pós-graduação [em forma de] especialização, mestrado e doutorado, que possibilitem a capacitação de recursos humanos e a produção de conhecimentos e metodologias em educação ambiental formal” (Idem: 22).

O tema 3, “Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental”, diagnosticou-se que existe “desconhecimento dos instrumentos de gestão ambiental e fragilidade na elaboração e execução das políticas públicas” (Idem: 25). Entre as recomendações destaca-se a criação ou fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, envolvendo maior número de agentes sociais na definição dos investimentos e regulamentos públicos.

Para discutir “A Educação Ambiental e as Políticas Públicas”, no tema 4, a Declaração de Brasília apontou que as políticas públicas são formuladas de “maneira vertical e centralizada, não priorizando a educação ambiental” (Idem: 27). Além disso, denuncia que os Planos Diretores dos municípios são construídos sem levar em consideração as Agendas 21 locais. A principal recomendação dessa temática aconselha “inserir o componente ambiental em todas as políticas públicas” (Idem: 28).

O tema 5, “Educação Ambiental, Ética e Formação da Cidadania: Educação, Comunicação e Informação da Sociedade”, revelava que a “monopolização dos

meios de comunicação no Brasil leva a uma dificuldade de divulgação da temática ambiental e das reais causas da degradação ambiental” (Idem: 29). Dez anos depois da Declaração não reverteu-se a situação de monopólio nas comunicações. E, apesar do interesse da mídia pelo aquecimento global, ainda não se conseguiu debater as “reais causas” desse fenômeno socioeconômico. Em 1997, os delegados presentes em Brasília propuseram:

Promover a democratização dos meios de comunicação de massa, com a participação da sociedade civil, de forma a abrir espaços para a divulgação de experiências de educação ambiental formal e não-formal valorizando o homem, o meio ambiente e os valores éticos fundamentais para a construção de uma sociedade solidária e sustentável (Ibidem).

Em 1997, a Declaração de Brasília recomendava a efetiva implementação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). O que significa que as políticas públicas voltadas para a Educação Ambiental são muito recentes no Brasil e se movem com vagarosidade. Isso explica, em parte, a demora para sua promoção e desenvolvimento em escolas, empresas e repartições públicas brasileiras (apesar de todos afirmarem realizar ações de Educação Ambiental). O próprio Ministério do Meio Ambiente conta com apenas quinze anos de existência. A “adolescência” da Educação Ambiental explica sua pouca penetração na sociedade.

A Lei nº 9.795 de 1999 (Anexo C), que criou a PNEA, definiu da seguinte forma a Educação Ambiental no seu Artigo 1º:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 2005a: 65)

No Artigo 1º da PNEA nenhuma menção aos padrões de consumo, crise civilizacional ou fortalecimento político da maioria da população, a mais prejudicada pela degradação ambiental. No Artigo 4º, onde são tratados os princípios básicos da Educação Ambiental, uma referência implícita à participação popular aparece somente no inciso I: “enfoque humanista, holístico, democrático e participativo” (Idem: 66). Nos objetivos fundamentais, Artigo 5º, inciso III, a Lei “radicaliza” e propõe “o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social” (Ibidem).

Os aspectos mais avançados da Lei 9.795 estão nas linhas de atuação propostas para o Estado brasileiro, entre elas a “incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino” e “a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental” (Idem: 67). Outros avanços estão na inclusão da Educação Ambiental como prática educativa e não como disciplina específica nos currículos formais e o incentivo governamental as ações sociais nomeadas como não-formais.

A constatação dos limites conceituais da PNEA não impede que se perceba o avanço histórico que representa a sua existência. Obviamente não se pode esperar que uma lei sintetize uma luta que é eminentemente política. Talvez deva-se considerar a PNEA como uma vitória política dos movimentos sociais e ambientalistas, resultado de décadas de acúmulo e convencimento da sociedade sobre a importância da temática ambiental.

A Carta da Terra (Anexo I), documento lançado na Holanda em 2001, um dos vários resultados da Eco-92, compõe-se de um documento holístico, repleto de indicações espiritualistas, influenciado por expressões como “compaixão”, “amor”, “dádivas”, mas que demarca importantes compromissos globais. Entre outras assertivas, o princípio nº 10 da Carta da Terra defende que seja necessário:

Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável: a. Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro das e entre as nações; b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas; c. Garantir que todas as transações comerciais apóiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas; d. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas consequências de suas atividades. (Anexo I).

A Carta da Terra, contudo, esbarra no conflito entre crescimento econômico e distribuição da renda. A superação do atual modelo econômico passa pelo debate sobre a propriedade privada urbana e rural. A Carta da Terra, ao defender que “necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade” e ao propor a “parceria entre governo, sociedade civil e empresas” (Idem), impõe obstáculos intransponíveis para a superação do sistema capitalista (enquanto

sistema econômico da acumulação de riquezas, do desperdício e do consumismo).

A I Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em 2004, reunindo governo e sociedade civil, retomou o debate sobre a Lei 9.795 e asseverou:

Implementar a Política Nacional de Educação Ambiental na perspectiva transdisciplinar, crítica e problematizadora, valorizando os saberes locais e tradicionais, de modo que essa educação contribua para a promoção de padrões social e ambientalmente sustentáveis de produção e de consumo, assim como para a construção de uma concepção de mundo justa e democrática. (BRASIL, 2005a: 78).

A construção de uma “concepção de mundo justa e democrática” possibilita que a classe social dominante alegue que o seu “mundo” contempla as exigências da Conferência Nacional. Na verdade, cabe aos pesquisadores e trabalhadores em educação determinarem quais conceitos e valores orientam a “sua” Educação Ambiental.

Os matizes ideológicos presentes nesse campo do conhecimento, a Educação Ambiental, são inúmeros e nenhuma conferência ou lei poderá determinar qual é o mais adequado para a concretização dos projetos políticos de cada classe social. As leis e conferências apenas revelam o estágio em que se encontra a luta político-ideológica entre as diversas tendências da Educação Ambiental.

O Compromisso de Goiânia, que reuniu técnicos e dirigentes das secretarias de educação e de meio ambiente dos Estados e capitais, realizado em 2004, reconheceu o ProNEA “como marco orientador para a elaboração de políticas de educação ambiental e seu processo de consulta pública como estratégia de controle e participação social” (Idem: 81). Além disso, os gestores se comprometeram a “enfrentar os desafios do enraizamento da educação ambiental em todo o território nacional para o empoderamento dos atores e atrizes sociais promovendo o protagonismo socioambiental” (Idem: 82).

Na área da formação dos profissionais da educação, os gestores públicos, o que inclui os secretários de educação, assumiram o compromisso de “destinar carga horária para formação continuada dos professores em serviço e certificação para ascensão funcional” e também “investir em parceria com instituições que atuam com educação e pesquisa para potencialização da ação dessas instituições no seu trabalho de formação de educadores e educadoras ambientais” (Idem: 82-3). Em outra oportunidade seria interessante investigar as atuais políticas públicas

desenvolvidas pelos Estados e municípios nas áreas da educação e meio ambiente para descobrir se, desde 2004, houve avanços nessas promessas.

O Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental, por sua vez, defendeu uma educação ambiental transformadora que seja capaz de modificar os:

modelos sociais, econômicos e culturais determinantes dos problemas atuais, no marco do desenvolvimento sustentável. Este critério obriga à educação ambiental trabalhar em função da democratização do saber ambiental, da construção coletiva de uma ética da ação humana e da formação de indivíduos e comunidades participativos, solidários e empoderados, que sejam capazes de construir sociedades sustentáveis baseadas em suas próprias experiências, capacidades, sonhos e particularidades culturais. (Idem: 85).

O Programa apresentou diversas ações entre os países da região voltadas para o fortalecimento das instituições e fóruns de discussão e deliberação sobre as questões ambientais. Ações de intercâmbio cultural, formação de grupos de trabalho, articulação dos programas de educação ambiental nacionais, elaboração de cadastro regional de organizações e instituições, apoio à constituição de revistas e literatura especializada e o estabelecimento de um Fundo Latino-americano e Caribenho para apoiar financeiramente projetos de educação ambiental.

A Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 brasileira (CPDS), criada em 1997 e reformulada por decreto presidencial em 2004, que agrupou representantes da sociedade civil e de quinze ministérios, apresentou para a sociedade brasileira os documentos “Agenda 21 – Resultado da Consulta Nacional” e “Agenda 21 – Ações Prioritárias”.

A referida Consulta condensou propostas de diversas regiões do país, subdividindo-se em temas como “a economia da poupança na sociedade do conhecimento, a inclusão social por uma sociedade solidária, a estratégia para a sustentabilidade urbana e rural, os recursos naturais estratégicos – água, biodiversidade e florestas, e a governança e ética para a promoção da sustentabilidade” (BRASIL, 2004a: 9).

A Consulta (quarenta mil participantes em todo país, segundo o MMA) elencou a reforma agrária como estratégica para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento sustentável. Além disso, propôs a mudança dos padrões de produção e consumo como um aspecto da dimensão econômica da crise

civilizacional, fomentando a “atitude crítica e a capacidade de escolha dos consumidores” (Idem: 99):

Conscientização da sociedade quanto à necessidade de adotar novos hábitos de produção e padrões de consumo, especialmente em relação aos recursos hídricos e à energia, privilegiando o emprego de tecnologias limpas, a utilização racional dos recursos naturais, a redução da geração de resíduos, e o incentivo à certificação da cadeia produtiva. (Idem: 30).

A concentração de renda é outra problemática apontada pela Agenda 21 brasileira. A nossa estrutura produtiva historicamente produziu contingentes de excluídos no campo e nas cidades. Milhões de homens e mulheres foram expulsos da terra, rumaram para as cidades e permaneceram à margem da sociedade. A estrutura capitalista brasileira, “em função dos modelos econômicos adotados para o desenvolvimento gera um processo de exarcebção da concentração de renda nas mãos de um segmento relativamente limitado da população brasileira” (Idem: 124).

A educação é apresentada pela Consulta Nacional como um dos meios para a redução das desigualdades sociais. É enfática ao afirmar que “fora da educação não há futuro possível” (Idem: 123). O protagonismo da educação, na visão da Consulta, demanda “uma estratégia (...) permanente e continuada, que não se limite à escola, mas estenda-se também ao trabalho e a outras instâncias da vida social” (Ibidem). Nesse sentido, a Educação Ambiental tem grande contribuição para dar, visto que já contempla os aspectos não-formais da educação. Indo além, evita o amordaçamento pelos currículos ao apresentar-se nas escolas não como uma disciplina específica, mas como uma prática educativa transversal.

No segundo documento, “Agenda 21 – Ações Prioritárias”, o CPDS caracteriza o contexto internacional como o avanço das desigualdades sociais: “o processo de globalização econômica e financeira, com suas pressões diretas e indiretas sobre a base dos recursos naturais dos países em desenvolvimento e sua propensão a amplificar as assimetrias sociais e espaciais de desenvolvimento” (BRASIL, 2004b: 23). Esse fato se agrava com o desenvolvimento de novas tecnologias ligadas à produção do conhecimento e técnicas de gestão, a chamada terceira revolução científica e tecnológica (o que cria um segundo nível de exclusão para as massas: o virtual).

As Ações Prioritárias (AP's) da Agenda 21 recomendam o resgate da Carta da Terra. Para as AP's, a Carta da Terra possui uma importante dimensão utópica

que afirma a “pedagogia da sustentabilidade, reconhece os princípios básicos, interdependentes e indivisíveis, de uma civilização planetária” (Idem: 91). Contudo, as AP’s superam os limites conceituais da Carta da Terra e aprofundam temáticas superficialmente tratadas por esta.

No Objetivo nº 20 das AP’s, “Cultura Cívica e Nova Identidades na Sociedade da Comunicação”, os participantes da Consulta propõem a realização de projetos de educação ambiental para a concretização das centenas de recomendações discutidas. Além disso, asseveram a necessidade de um balanço das experiências nacionais, estaduais e locais de educação ambiental e de desenvolvimento sustentável, avaliando os resultados e suas possíveis limitações financeiras, políticas, teóricas e de participação.

Por fim, a Agenda 21 reconhece que existem conflitos de interesse quando a questão é distribuição de renda *versus* desenvolvimento econômico. Os consultados pela Agenda 21 acreditam que:

as diferentes ações (...) irão afetar a distribuição de renda e da riqueza em suas áreas de atuação, por meio de benefícios derivados dos salários e dos rendimentos privados gerados pelos projetos produtivos e também dos benefícios dos programas sociais não diretamente produtivos (como é o caso da educação e saúde). (Idem: 119).

Em alguns trechos, como “benefícios derivados dos salários e dos rendimentos privados gerados pelos projetos produtivos”, remetem ao pensamento da escola neoliberal, forte nas décadas de 80 e 90, que defendia o “crescimento do bolo” (economia) para melhor dividi-lo. Por décadas acreditou-se que o desenvolvimento econômico traria, pelo crescimento no volume das mercadorias e salários, a melhoria social que os trabalhadores e suas famílias mereciam. Contudo, a história comprovou que ocorreram diversos ciclos de prosperidade no país e a situação de parcela significativa da população continuou em estado de vulnerabilidade social.

A Agenda 21 propõe modificar a situação de miséria da população brasileira através de mudanças nos padrões de consumo, produção e pela redistribuição da renda. Afirma de forma esperançosa o seguinte:

O crescimento econômico é uma condição necessária mas não suficiente para o desenvolvimento sustentável, que pressupõe um processo de inclusão social, com uma vasta gama de

oportunidades e opções para as pessoas. Além de empregos de melhor qualidade e de rendas mais elevadas, é preciso que os brasileiros, todos os brasileiros, desfrutem de uma vida longa e saudável, adquiram conhecimentos técnicos e culturais, tenham acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente. Não pode haver desenvolvimento enquanto houver iniquidades sociais no nosso país. (Idem: 134).

Percebe-se que, desde a década de 60, o movimento ambientalista conseguiu produzir diversos documentos e compromissos com a intenção de fortalecer os argumentos da causa ambiental. Os documentos históricos mencionados anteriormente possibilitaram: a) vislumbrar o conceito de educação ambiental construído em alguns encontros, consultas e legislação ambiental; b) descortinar os limites conciliatórios (em busca da harmonia) das noções inscritas nesses eventos e documentos-guia, com destaque principal para o conceito de sustentabilidade.

A sociedade brasileira, impulsionada pelos diversos movimentos sociais e ambientalistas, produziu avanços significativos nas questões ambientais. Prova disto é o gradativo compromisso de instituições, organizações da sociedade civil, gestores públicos, legisladores e educadores com a tarefa de garantir a sobrevivência do planeta Terra. As mudanças não estão acontecendo no ritmo (e às vezes, na direção) que todos gostariam, no entanto é preciso ponderar que a caminhada, até aqui, está repleta de sucessos e bons acúmulos históricos.

2. CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA

A teoria sobre a Educação Ambiental também precisa ser analisada. A multiplicidade de posições e ideologias presentes no campo da Educação Ambiental nos obriga a determinar-se valores, conceitos e princípios metodológicos que podem servir de orientação nesse emaranhado de textos e reflexões. Dessa forma, acredita-se que a Educação Ambiental Transformadora (EAT) possibilitou a criação de instrumentos teóricos adequados e uma avaliação da conjuntura coerente com um projeto socialista de transformação do mundo.

A EAT avalia os limites das teorias conciliatórias, como a da sustentabilidade (presente na maioria dos documentos nacionais e internacionais que foram

analisados até aqui) e do chamado “capitalismo verde” (como a solução dos créditos de carbono, apresentada pelas grandes corporações poluidoras do mundo): “a Educação Ambiental emancipatória e transformadora parte da compreensão de que o quadro de crise em que vivemos não permite soluções compatibilistas entre ambientalismo e capitalismo ou alternativas moralistas” (Loureiro, 2004: 94).

Segundo Loureiro a EAT “é aquela que possui um conteúdo emancipatório, em que a dialética entre forma e conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculadas ao fazer educativo, impliquem mudanças individuais e coletivas, locais e globais” (Idem: 89).

Por isso, se compreende que chamar a Educação Ambiental de “transformadora” significa apontar a educação como prática que constrói uma sociedade preparada para galgar “novos patamares civilizacionais e societários” (Idem: 90). Um patamar de organização social diferente dos que, atualmente, inviabilizam a vida no Planeta Terra e condenam milhões ao desespero e miséria.

A prática de debater os problemas ambientais sem “explicitar diferenças e conflitos conjunturais significa escamotear o autoritarismo inerente às concepções que querem se afirmar como verdades absolutas ou atemporais” (Ibidem). Até porque, a formação dos quadros políticos do ambientalismo e da própria educação ambiental é feita “prioritariamente para estes se organizarem e intervirem em processos decisórios nos diferentes espaços de participação existentes” (Idem: 91).

Loureiro também conceitua a EAT como “uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e coletivos no ambiente”, por isso considera que o referido campo “contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza” (Loureiro, 2002: 69). Nesse sentido, a EAT supera as concepções de educação ambiental que privilegia o desenvolvimento sustentável e a conciliação entre as classes sociais, numa espécie de novo Pacto Social rousseauiano, dessa vez com traços ecológicos:

A atuação educativa instrumental e acrítica, a partir da concepção do ambiente como algo reificado, facilita a perspectiva de que o que podemos fazer na práxis educativa é sensibilizar, minimizar ou mitigar os problemas existentes no contexto atual, por uma correta gestão dos recursos naturais (Idem: 70).

Contudo, Loureiro adverte que a Educação Ambiental, independente da adjetivação que receba (com maior peso quando é “emancipatória”, “transformadora” ou “crítica”), não pode ser o único instrumento de mudança da complexa sociedade contemporânea. Os agentes sociais, envolvidos com a discussão e promoção da educação ambiental, não podem abster-se de influir nos rumos dos partidos, sindicatos, processos eleitorais, entre outros espaços da vida social, pautando sempre agendas políticas propositivas para a sociedade. Isso significa atuar no que Gramsci chamava de “grande política”, ou seja, onde os destinos dos povos são decididos. Porém, o inverso também é verdadeiro, se a Educação Ambiental não é, por si só, a salvação do planeta, “tampouco podemos imaginar transformações societárias sem que esta se realize” (Loureiro, 2004: 32).

Mesmo sem desempenhar um papel redentor, a Educação Ambiental Transformadora, segundo Loureiro, está orientada como base em princípios pétreos:

Atua com base no princípio da responsabilidade com o outro, do escrúpulo, do bom senso e não no plano da imposição, da normatização e da culpabilização individual, objetivando a coerência de valores e condutas nas ações que realizamos ao procurarmos viver dignamente e resolvermos os problemas existenciais que nos colocamos (Idem: 51-2).

A Conferência de Tbilisi, para Loureiro, “defende uma ‘Nova Ordem Mundial’, mas não há referências a como esta seria diferenciada do modo como veio a se consolidar – domínio total militar e econômico dos Estados Unidos” (Idem: 74). A Conferência não explicita como será possível conciliar desenvolvimento com sustentabilidade, a não ser por um “vago discurso da solidariedade entre países e da cooperação tecnológica em busca da equidade social” (Ibidem). Uma demonstração de que a definição de princípios nos impede de concordar, de forma acrítica, com determinadas teses e visões de mundo dissolvidas nos documentos oficiais.

O problema que ocorre nos grandes encontros de educação ambiental é a ausência de confronto teórico profundo entre as visões de mundo: “ficou-se num patamar das idéias, sem que a base epistemológica e filosófica do corpo teórico utilizado e a dinâmica societária, política e econômica do que é questionado tivessem condições de ser efetivamente confrontadas, negadas e dialeticamente superadas” (Idem: 75).

Ao mesmo tempo em que se propõe a sensibilização das grandes empresas, se defende a transformação dos padrões de produção, o associativismo, as cadeias

locais, a economia popular e solidária, etc.. São muitas as contradições presentes nos documentos-sínteses de alguns eventos. Mas por que a educação ambiental sofre esse processo?

Não podemos nos esquecer também de que a Educação Ambiental, muitas vezes, é utilizada em projetos governamentais de grande porte que querem a obediência de grupos populares e que se utilizam do discurso da participação para promover a cooptação, o assistencialismo e o paternalismo reprodutores da dominação política. E de que não raramente se utilizam metodologias participativas equivocadamente como estratégia de atuação “para”, “em nome de”, “em favor de” grupos sociais e não “com” sujeitos que podem construir coletivamente e em diálogo com outros agentes sociais as alternativas democráticas (Ibidem).

Do ponto de vista metodológico, a Educação Ambiental crítica, emancipatória ou transformadora utiliza dois princípios fundamentais: crítica e autocrítica. A primeira dirigida à sociedade, à ciência, e a segunda aos próprios conceitos (teoria) e preconceitos. O pesquisador da Educação Ambiental Transformadora precisa deixar claro a partir de quais valores está se propondo a discutir a realidade.

Esse exercício teórico-metodológico pode provocar conflitos com outras concepções de mundo, diferenciações com colegas de trabalho e organizações sociais. No entanto, o resultado final pode ser clareza conceitual e prática para o pesquisador.

A metodologia da Educação Ambiental Transformadora, que articula teoria e prática de forma dialética, obriga ao pesquisador admitir publicamente que se utiliza de concepções teóricas pré-determinadas para realizar seus projetos e inferir considerações finais. Não basta apenas alegar não-neutralidade, os pesquisadores devem comunicar, de forma objetiva, quais instrumentos e conceitos “iluminam” a sua percepção da realidade.

Para Loureiro “a verdade científica está em sua comprovação prática na história, no conhecimento que pode ser aplicado para ajudar a humanidade a superar as relações de dominação, alienação e exploração” (Loureiro *in*: BRASIL, 2005b: 326). A ciência, principalmente a realizada pelas instituições públicas, cumpre sua função social ao revolucionar os modos de vida em conjunto com as populações, ajudando-as a superar as desigualdades regionais e as barreiras provocadas pela má distribuição de renda no país.

Loureiro defende a dialética como o método da Educação Ambiental Transformadora, pois visa:

superar a dicotomia sujeito-objeto e a mercantilização da vida. Estas são entendidas como características inerentes ao metabolismo da sociedade capitalista, conduzindo o ser humano a um estado de alienação diante de si mesmo, da espécie e a uma condição de ruptura entre sociedade – natureza (Idem: 327).

O método dialético de Marx, ponto de partida para o materialismo da EAT, difere do que Hegel, pois para o segundo: “o processo de pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, (...) o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano” (Marx, 2006a: 28). Além disso, para Marx o método dialético se divide em duas partes (método de pesquisa e método de exposição):

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori* (Ibidem).

Engels contribui para o conceito de dialética definindo as suas leis fundamentais: “as leis da dialética são (...) extraídas da história da Natureza, assim como da história da sociedade humana (...): 1) a lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; 2) a lei da interpenetração dos contrários; 3) a lei da negação da negação” (Engels, 1979: 34). Marx faz uso da terceira lei da dialética para explicar a propriedade privada no capitalismo:

O modo capitalista de apropriar-se dos bens, decorrente do modo capitalista de produção, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, baseada no trabalho próprio. Mas a produção capitalista gera sua própria negação, com a fatalidade de um processo natural. É a negação da negação. Esta segunda negação não estabelece propriedade privada, mas a propriedade individual tendo por fundamental a conquista da era capitalista: a cooperação e a posse comum do solo e dos meios de produção gerados pelo próprio trabalho (Marx, 2006a: 877).

Além disso, o método dialético tem como princípio que o ser humano é

natureza com particularidades que o distingue do restante do planeta. O pesquisador, utilizando o método dialético, “pensa o processo de transformação da realidade social enquanto princípio de realização humana, pelo qual modificamos a natureza dita exterior, sendo dialeticamente modificado em um movimento de concretização da nossa natureza específica” (Loureiro, 2004: 99).

A dialética, na perspectiva de Loureiro, deve ser pensada como um instrumento para um “pensar e agir relacional e integrador”, que contemple todos os aspectos cognoscíveis da realidade. Além disso, considera que as contradições entre relações de produção e superestrutura movimentam a história. A dialética vincula as “mudanças objetivas, subjetivas, culturais e da estrutura econômica” (Ibidem).

O método dialético pode contribuir para o debate ambiental, visto que permite maior “entendimento do humano como natureza sem suprimir suas especificidades, e por permitir uma reflexão contextualizada e consistente do discurso e da prática ambientalista” (Loureiro, 2003: 45). E como a dialética pode nos ajudar na superação da dicotomia homem-natureza? O método possibilita pactuar o homem com sua própria história, que é também história natural:

O fato de a natureza *stricto sensu* não ser um sujeito social não a torna, dialeticamente, uma base material passiva que só tem sentido por permitir a vida humana. Afinal, somos natureza e a cultura e as relações sociais e intersubjetivas que estabelecemos em sociedade, fornecendo o sentido histórico dos sujeitos sociais, são nossas características naturais, propiciadas por um aparato biológico adequado, que nos distingue como espécie. (Idem: 54).

A Educação Ambiental Transformadora propõe, portanto: a) a repactuação do homem com a natureza, pois entende esta como a extensão inorgânica do corpo humano-natural (noção que será aprofundada no próximo capítulo); b) politiza a ação dos educadores ambientais, asseverando que educação é necessariamente um ato de transformação; c) apresenta uma posição de classe no que tange a crise civilizacional em curso, não se contentando com a tese da conciliação entre classes presente em outras tendências da Educação Ambiental; e) assume o método dialético como o seu método de análise e exposição dos objetos pesquisados.

II - CONCEITOS DE NATUREZA

1. HISTÓRIA DO CONCEITO DE NATUREZA

Segundo Loureiro, qualquer indivíduo no globo terrestre, independente das suas “diferentes motivações e necessidades, reconhece o ambiente como dimensão indissociável da vida humana e base para a manutenção e perpetuação da vida na Terra” (Loureiro, 2003: 11). Esse reconhecimento fundamental está presente em todas as culturas e formações sociais.

Mesmo as sociedades marcadas pela revolução tecnológica e pela artificialização do modo de vida, como a japonesa e a estadunidense, persiste a memória de uma ancestralidade “natural”, mesmo considerada idílica. A natureza no e do homem, enquanto manifestações dos instintos reprodutivos ou do sentimento de vulnerabilidade frente aos fenômenos climáticos, atormentam o “homem moderno”, nos lembrando dos vínculos que mantemos com os ciclos físicos, químicos e biológicos do planeta.

Temos, portanto, o primeiro indício do conceito de ambiente para o debate que estamos realizando: ambiente é vida e espaço de “perpetuação” (reprodução material e imaterial) da espécie humana.

Por esse motivo, construir o conceito de ambiente passa necessariamente por estabelecer como a humanidade e as classes sociais se relacionam com a natureza. Principalmente, para que a definição de ambiente não seja meramente escolástica, como a conceituação presente no Dicionário “O ser humano e o meio ambiente”: “meio físico em que se vive. Tudo que envolve os seres vivos (por todos os lados)” (Santos, 2006: 46). Parte-se, portanto, do princípio dialético de que é necessário refletir sobre os aspectos históricos e culturais dessa relação do homem com o “meio físico”.

Para traçar uma linha cronológica entre a noção de natureza que tem-se hoje e aquela dos pré-socráticos, pontuando as diferenças, cabe um breve resgate da trajetória do conceito que se está estudando. Percebe-se que, da idéia de *phýsis* dos pré-socráticos até a ciência física dos dias de hoje, ocorreram profundas transformações conceituais e estruturais na humanidade.

Para Carlos Gonçalves, pode-se remontar a separação entre homem e natureza, em dois pólos, aos pensadores originários, principalmente Aristóteles. Para o autor, esse processo se deu por uma:

paulatina desqualificação dos pensadores anteriores como expressando um pensamento mítico e não filosófico. Assim, o filósofo seria um pensador superior em relação aos que o antecederam. A retórica, a arte da argumentação, e o sofista, que tanto a cultivava, passam a ser termos pejorativos (Gonçalves, 2005: 31).

O mundo grego desenvolveu características culturais que não se repetiram na história do mundo mediterrâneo. Por isso, os povos ocidentais atribuem parte da sua visão de mundo aos primeiros pensadores gregos dos séculos IV e V a.C. Nesta época, a sociedade grega estava no centro das atividades econômicas do Mediterrâneo, espalhando postos comerciais e colônias por todo seu litoral (no Oriente Médio, passando pelo litoral africano, e indo até a Península Ibérica). Essa condição econômica de “centro do mundo” fez florescer as cidades helenas, atraindo literatos, artistas e propiciou o caldo cultural que possibilitaria o surgimento do chamado pensamento originário, fonte teórica do ocidentalismo. Este pensamento, mesclado com as questões religiosas, justifica a predileção dos gregos pelos elementos naturais para explicar a origem das coisas e do homem.

Os pensadores helênicos anteriores a Aristóteles, como Heráclito, Parmênides, Tales de Mileto, Demócrito e outros, explicavam a realidade a partir de um dos quatro elementos primordiais (água, fogo, terra ou ar). A *phýsis* era o ponto de partida da explicação desses primeiros pensadores:

A *phýsis* abarca a totalidade de tudo o que é. Pode ser compreendida em tudo o que existe e em tudo o que aparece e acontece: o céu, a terra, os astros, a aurora, o crepúsculo, o eclipse, as plantas, as estações do ano, os mares, o fogo, as pedras, os animais, os homens, a moral humana, a política, as ações e pensamentos dos homens e dos deuses e os próprios deuses; portanto, o humano e o divino são *phýsis*. Por isso os primeiros filósofos são chamados “homens da *phýsis*”, *physiologói*, isto é, físicos. (Chauí, 2002: 47).

Para Tales de Mileto, por exemplo, “a água está diretamente vinculada à vida: as sementes, o sêmen animal e humano são úmidos (o cadáver em putrefação é uma umidade que vai se ressecando). ‘As coisas mortas secam, as sementes são úmidas, o alimento é suculento’, escreve Simplício, explicando a escolha de Tales”

(Idem: 56). Considerando que o elemento água é fundamental para a vida no planeta e que 65% do nosso corpo é composto por ela, Tales de Mileto estava correto nas suas observações iniciais.

Com Aristóteles ocorreu a mudança epistemológica mais significativa no que tange o conceito de *phýsis*. O pensador grego considerava que existiam três ciências teoréticas (ou seja, que se prestam ao estudo dos seres que existem na natureza): físicas, matemáticas e a metafísica. A primeira, que interessa para esse debate, se caracteriza pela:

ciência dos seres que possuem em si mesmos o princípio do movimento e do repouso. São ciências físicas teoréticas: a ciência da natureza (que nos séculos vindouros seria chamada de filosofia natural e que nós, hoje, chamamos de física), a biologia (estudo dos animais e das plantas) e a psicologia (pois a *psyké* é um tipo de movimento e de repouso) (Idem: 347).

A *phýsis* dos pré-socráticos, conceito explicativo de toda a existência, se transforma na ciência física para Aristóteles, que possui o uso do *méthodos* (busca, investigação, estudo feito segundo um plano) em comum com as outras ciências teoréticas. Sendo orientada pelo *méthodos*, a física deixa de ser a *phýsis* (o espontâneo) para ser fixada no seu oposto, o *nómos* (as regras, leis, normas). Os princípios do pensamento aristotélico estão na base do método cartesiano e da visão de mundo judaico-cristã.

Na Idade Média, sob o domínio ideológico da Igreja Católica, ocorre “a cristalização da separação entre espírito e matéria. Se Platão falava que só a idéia era perfeita, em oposição à realidade mundana, o cristianismo operará sua própria leitura, opondo perfeição de Deus à imperfeição do mundo material” (Gonçalves, 2005: 32).

Segundo o principal documento do mundo cristão, a Bíblia, Deus criou o planeta (a natureza) e suas criaturas e depois o homem, que seria sua imagem e semelhança, portanto um representante do criador na Terra. Fica evidente que o mito da Criação Divina, descrita no Livro Gênesis, reforçou o sentimento de superioridade do homem sobre as outras criaturas da Terra, o que inclui a mulher.

Com René Descartes (1596-1650) o processo de separação entre homem (elevado à condição de sujeito) e natureza (subordinada a condição de objeto) atinge um patamar filosoficamente avançado. O método de Descartes foi tomado pela ciência moderna como universal, mesmo tendo insistido numa advertência

explícita de que sua intenção não era apresentar um “método que cada um deve seguir para bem conduzir sua razão, mas apenas mostrar de que maneira procurei conduzir a minha” (Descartes, 2006: 39). Para Descartes, “os que se metem a dar preceitos devem se julgar mais hábeis que aqueles a quem dão” (Ibidem).

No seu “Discurso do Método” (1637), Descartes aponta quatro preceitos que compõe a lógica da investigação científica ou racional, a saber:

O primeiro era não aceitar jamais alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse verdadeiramente como tal. O segundo, dividir cada uma das dificuldades que eu examinar em tantas parcelas possíveis e que fossem necessárias para melhor resolvê-las. O terceiro, conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir aos poucos, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros. E o último, fazer em toda parte enumerações tão completas, e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir. (Idem: 54-5).

Com base nesse método, era inevitável que o próprio Descartes encarasse a ciência como uma forma de avançar no “conhecimento da natureza”. Em seu famoso texto, sobre as leis da natureza, havia demonstrado que:

sem apoiar minhas razões em nenhum outro princípio a não ser as perfeições infinitas de Deus, procurei demonstrar todas aquelas sobre as quais se poderia ter alguma dúvida, e fiz ver que, mesmo se Deus tivesse criado vários mundos, não poderia haver nenhum onde elas deixariam de ser observadas (Idem: 81).

O Iluminismo, a Reforma Protestante e, mais tarde, a Revolução Industrial, coroaram esse processo histórico que almejava “dominar a natureza”. Para Gonçalves, “o absurdo é que tal projeto teve – de antemão – de colocar o homem como não-natureza, pois se o homem não fosse assim pensado a questão da dominação da natureza sequer se colocaria” (Gonçalves, 2005: 42).

Ao longo de duzentos anos, vários autores contribuíram com a burguesia em sua fase revolucionária, ficando consagrados como os pioneiros na análise da sociedade capitalista e suas leis fundamentais. São eles: John Locke, Thomas Hobbes, Montesquieu e Jean-Jacques Rousseau. Foram chamados também de jusnaturalistas², pois evidenciaram as diferenças entre o “estado natural” e a

² . Conforme definição de jusnaturalismo presente no artigo “A sociedade civil em Gramsci”, Norberto Bobbio, 1999.

civilização (cultura).

Thomas Hobbes (1588-1679), inglês nascido em Westport, publica em 1640 o livro “Elementos da Lei Natural e Política”, onde defendia pela primeira vez a necessidade de um poder absoluto (secular ou espiritual) acima dos homens. A idéia de Pacto Social entre os homens, que mais tarde influenciaria Jean-Jacques Rousseau, foi pioneira entre os jusnaturalistas.

Thomas Hobbes acreditava que a natureza representava o estado de selvageria e guerra constante entre os homens (dominados por suas paixões e instintos de sobrevivência) e, por isso, assertou na obra “Do Cidadão” que:

a cada um foi dado direito a tudo pela natureza; isso significa que em estado puramente natural, ou seja, antes do compromisso entre os homens através de convenções ou obrigações, era lícito cada um fazer o que quisesse, ou contra quem bem julgasse, e podendo, portanto, usufruir e desfrutar de tudo o que quisesse ou pudesse adquirir (Hobbes, 2004: 35-6).

Em 1651, em sua principal obra, chamada “O Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil”, Hobbes asseverava a posição exposta na obra anterior e assegurava o papel do Estado (o Leviatã) frente ao ambiente de desconfiança e caos promovido pelo “estado de natureza”:

Ao se fazer um pacto em que ninguém cumpre imediatamente sua parte e uns confiam nos outros, na condição de simples natureza que é uma condição de guerra de todos os homens contra todos os homens, a menor suspeita razoável torna nulo esse pacto. Se houver, entretanto, um poder comum situado acima dos contratantes, com direito e força suficiente para impor seu cumprimento, ele não é nulo. (Hobbes, 2006: 106).

Educado segundo rígidos dogmas puritanos, o inglês John Locke (1632-1704) não teve grande interesse pelos estudos na adolescência, somente na fase adulta adquiriu fama de grande intelecto e vasta cultura. O período histórico em que viveu, o Protetorado de Cromwell e sucessivas reviravoltas políticas, marcou-lhe a obra. Por seu espírito arguto, Locke exerceu profunda influência sob o pensamento e a política de sua época. No século XVIII, os iluministas franceses foram buscar em suas obras as principais idéias da Revolução Francesa. Montesquieu, por exemplo, se inspirou nele para formular a teoria da separação dos três poderes.

Em 1690, John Locke, no “Segundo Tratado sobre o Governo”, no capítulo “Do estado de natureza”, defende que

para compreendermos corretamente o poder político e ligá-lo à sua origem, devemos levar em conta o estado natural em que os homens se encontram, sendo este um estado de total liberdade para ordenar-lhes o agir e regular-lhes as posses e as pessoas de acordo com sua conveniência, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem (Locke, 2005: 23).

Montesquieu (1689-1755), por sua vez, buscou estabelecer em sua obra o equilíbrio entre a autoridade (o poder) e a liberdade dos cidadãos. Para o iluminista, as leis não deveriam ser arbitrariedades dos homens poderosos, mas uma imperiosa necessidade da “natureza das coisas”. Ao lado de Locke e Rousseau, Montesquieu representa a essência do pensamento ocidental.

Em 1748, Montesquieu escreveu sua famosa obra: “Do Espírito das Leis”. No início do livro, nas “Leis em Geral”, faz a seguinte afirmação:

O homem, no estado natural, teria mais a faculdade de conhecer do que propriamente conhecimento. É evidente que suas primeiras idéias não seriam idéias especulativas; buscaria a conservação de seu ser antes de procurar sua origem. Um tal homem sentiria sobretudo a própria fraqueza, e seu temor seria muito grande; e se necessitássemos recorrer à experiência para provar esse ponto, é suficiente dizer que foram encontrados nas florestas homens selvagens: tudo os faz tremer, tudo os faz fugir. Nesse estado todos se sentem inferiores, e é muito difícil alguém se sentir igual. (Montesquieu, 2006: 19-20).

Nascido em família afortunada, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) estudou latim e os clássicos durante a sua juventude, o que lhe conferiu grande cultura. Na fase adulta os problemas financeiros o fizeram abandonar os cinco filhos em orfanatos, fato que o atormentou Rousseau até o fim dos seus dias. A publicação dos seus livros provocou, em 1762, a decretação de sua prisão. Além disso, Rousseau dirigiu diversas obras contra desafetos políticos e religiosos, o que lhe rendeu perseguições, inimigos mortais e, também, a admiração dos revolucionários franceses de 1789.

Rousseau também contribuiu para a idéia de natureza e ambiente que temos hoje. No entanto, ocorre uma importante variação no conceito em relação ao que foi descrito por Hobbes, Locke e Montesquieu:

Hobbes pretende que o homem é naturalmente intrépido e não procura senão atacar e combater. Um filósofo ilustre pensa, ao contrário, e Cumberland e Pufendorf também o afirmam, que nada é

tão tímido como o homem no estado de natureza, sempre trêmulo e prestes a fugir ao menor ruído que o impressione, ao menor movimento que perceba. Pode ser assim em relação aos objetos que não conhece; e não duvido que ele não se impressione com todo os novos espetáculos que se lhe ofereçam, todas as vezes que não pode distinguir o bem do mal físicos que deve esperar, nem comparar suas forças com os perigos que deve correr, circunstâncias raras no estado de natureza, em que todas as coisas marcham de maneira tão uniforme, e em que a face da terra não está sujeito a essas mudanças bruscas e contínuas que causam as paixões e a inconstância dos povos reunidos. (Rousseau, 2005: 37).

Para Rousseau, a sociedade é que corrompeu física e moralmente o homem, conhecido pela expressão “o bom selvagem”. No estado de natureza, o homem consegue desenvolver as melhores características da espécie, como robustez, agilidade e coragem:

a natureza faz precisamente com eles o que a lei de Esparta fazia com os filhos dos cidadãos: torna forte e robustos os que são bem constituídos e faz morrer todos os outros, divergindo nisso das nossas sociedades, em que o Estado, tornando os filhos onerosos aos pais, os mata indistintamente antes do nascimento (Idem: 36).

O estado de natureza é idealizado por Rousseau como idílico, símbolo dos mais nobres valores morais. O pensador francês utiliza essa imagem da natureza para se contrapor às transformações socioeconômicas provocadas por uma sociedade que mantinha intactos vários privilégios aristocráticos e que sofria com o processo em curso de coisificação do homem (uma das características do capitalismo).

Apesar de defender uma espécie de “seleção natural” dos indivíduos, como viu-se em citação anterior, Rousseau criticou profundamente a sociedade aristocrática francesa pelas duras penas que impingia sobre a plebe camponesa e os trabalhadores urbanos e fundou as bases ideológicas da Revolução de 1789. O discurso de Rousseau, duzentos e cinquenta e dois anos depois, ainda soa muito familiar:

A extrema desigualdade na maneira de viver, o excesso de ociosidade de uns, o excesso de trabalho de outros, a facilidade de irritar e satisfazer nossos apetites e nossa sensualidade, os alimentos muito requintados dos ricos, que os nutrem com sucos excitantes e os afligem com indigestões, a má nutrição dos pobres, que chega muitas vezes a faltar-lhes, obrigando-os a sobrecarregar avidamente o estômago quando podem, as vigílias, os excessos de toda espécie, os transportes imoderados de todas as paixões, as

fadigas e o esgotamento do espírito, os pesares e as penas sem número que se experimentam em todos os estados e que perpetuamente arruínam as almas: eis os funestos fiadores de que a maior parte de nossos males são nossa própria obra e de que poderíamos evita-los quase todos conservando a maneira de viver simples, uniforme e solitária, que nos foi prescrita pela natureza. (Idem: 39).

Ao perceber que o estado de natureza não passa de um reflexo pálido de um passado glorioso que não retornará (lembre-se das referências à Esparta e as várias que faz a Roma Imperial), Rousseau elabora sua principal contribuição para a noção de Estado no capitalismo (o Pacto Social): “cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral, e recebemos enquanto corpo cada membro como parte indivisível do todo” (Rousseau, 2004: 32).

O conceito de natureza nos autores jusnaturalistas apresenta, portanto, duas variantes fundamentais: a) por um lado, a natureza é o estado selvagem, onde os homens disputam entre si sem o intermédio de uma racionalidade superior – sendo oposto ao conceito de civilização (cultura, leis, Estado, etc.) – o homem (natural) é o lobo do homem; b) mas também, a natureza é apresentada como estado de pureza, uniformidade, submetida a leis gerais – discurso em voga entre os naturalistas, filósofos e viajantes dos séculos XVIII e XIX.

Em qualquer uma das formas elaboradas pelos autores burgueses ingleses e franceses, a natureza foi superada pelo estado de sociedade (Estado) ou pela racionalidade humana, não sendo mais, portanto, parte do gênero humano, mas uma imagem de um passado distante ou mercadoria no comércio entre os homens. A ciência e a política dos séculos seguintes aprofundarão as diferenças entre natureza e civilização, impondo outros conceitos, como os de progresso e desenvolvimento (espalhando pelo globo o modelo de civilização europeu).

2. CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA NATUREZA

Com o esgotamento da explicação religiosa da realidade, o materialismo se fortalece como uma opção político-ideológica de superação do cristianismo e separação entre ciência, Estado e religião. Por isso, “o crescimento do materialismo,

tanto na ciência quanto na sociedade ao largo, era visto pela igreja estabelecida como ameaçador” (Foster, 2005: 45). E, de fato, diversos pensadores iluministas sofreram algum tipo de perseguição política, constrangimentos morais, foram presos ou mesmo condenados à morte por causa das suas opiniões “heréticas”.

O materialismo dos séculos XVIII e XIX, para John Bellamy Foster, pode ser dividido em duas partes: mecanicista e outra mais “focada nas interações orgânicas (e nas experiências sensoriais), conduzindo à vezes a um vitalismo universal, muitas vezes de caráter panteísta” (Idem: 47-48). Ambas vertentes conseguiram sobreviver até nossos dias, sendo que a primeira (mecanicismo) teve os representantes mais conhecidos, como Bukhárin, Plekhanov, Kautsky e uma geração inteira de materialistas austro-húngaros, russos, alemães e franceses.

Apesar das diferenças, uma tendência central era compartilhada por todos os materialistas e pensadores próximos do naturalismo:

Uma tendência radical a ver a realidade e até a mente humana como dependente da natureza, entendida em termos físicos; e a abster-se de recorrer a idéias de orientação divina ou a princípios teleológicos no entendimento do mundo que os cercava – apesar de isto à vezes resumir-se a simplesmente deslocar a divindade para a natureza ou para leis externas estabelecidas pela providência divina (Ibidem).

O naturalista Charles Darwin foi o grande nome do materialismo evolucionista no século XIX. Várias tendências teóricas buscaram nas suas descobertas a terrenalidade das suas concepções, pois Darwin superou a explicação divina para a origem do homem e das demais espécies. Ele foi o responsável pela morte de Deus, enquanto o grande arquiteto do universo. Se a evolução seguia seu curso, mesmo para os homens, qual seria a necessidade de uma consciência superior, extraterrena?

A principal obra de Darwin, “Sobre a Origem das Espécies por Meio da Seleção Natural” (1858), provocou um grande impacto sobre a comunidade religiosa da Inglaterra e Europa. Darwin sabia que suas idéias “tendiam a reduzir a estatura da espécie humana atribuindo sua origem à descendência de outras espécies ‘inferiores’” (Idem: 52-3). A comprovação científica do nosso parentesco com os macacos provocou a ira de muitos porta-vozes do mundo religioso, fato que ainda ocorre em vários lugares do mundo (como nos Estados Unidos, onde criacionismo e evolucionismo travam uma batalha nas escolas fundamentais).

Karl Marx (1818-1883) foi outro pensador materialista que deixou sua marca no século XIX e influenciou parte da política e das ideologias do século XX. Durante décadas se esteve contra ou a favor das teses de Karl Marx ou de seus seguidores. Suas teses não podiam ser simplesmente ignoradas, dado sua penetração em círculos de intelectuais, em instituições e nas experiências do socialismo real em vários países.

Darwin e Marx são os dois gigantes do materialismo por motivos similares: o primeiro na ciência natural, o segundo na economia política, dessacralizaram a natureza e a sociedade, introduziram o conflito (seleção natural e luta de classes) num sistema que era considerado, desde Aristóteles, como ordenado.

Segundo Foster, a primeira incursão de Karl Marx pelo materialismo foi na sua tese de doutorado, sob o título “A Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e a de Epicuro” (1840-1). Marx considerava Epicuro o iluminista da Antiguidade, o que, de fato, lhe conferiu um lugar de honra nas teorias dos principais pensadores dos séculos XVIII e XIX. Mas por que Epicuro causava tanto interesse nesses pensadores e em Marx?

Epicuro (341 a.c.) buscou inspiração nos atomistas Leucipo (430 a.c.) e Demócrito (460 a.c.), que consideravam a realidade um conjunto infinito de átomos imutáveis, que existiam no vácuo. Esses átomos tinham a propriedade do movimento e estabeleciam combinações que originavam as formas que nossos sentidos captam. Esse foi um grande avanço para a ciência natural, principalmente se considerarmos que a física moderna está baseada no estudo do comportamento dos átomos e das partículas, suas propriedades e metamorfoses.

Através de deduções, Epicuro afirmou que o tempo e o espaço eram ilimitados (acreditando existirem mundos igualmente infinitos). Além disso, foi um dos pioneiros do naturalismo evolucionista ao afirmar que o ser humano havia se desenvolvido a partir de origens animais. No entanto, nem tudo era fruto do determinismo naturalista (como ocorria com Demócrito), o pensamento humano, para Epicuro, era um dos símbolos da liberdade e da possibilidade frente ao mundo sensível (necessidade):

Os seres humanos eram fisicamente dotados de características que incluíam a capacidade de raciocinar. Apesar de a sensação em si não ter um conteúdo mental, ela dá lugar ao processo mental de discriminação das sensações em termos de categorias gerais construídas com base em sensações repetidas,

mas que, uma vez adquiridas, existem na mente de forma um tanto independente e se tornam a base para organizar os dados em categorias prontas (Idem: 59).

Para Epicuro a satisfação das necessidades era um imperativo para a vida, assim como a busca do prazer (não de uma forma hedonista). Na verdade, o pensador grego defendia que os homens deviam construir os meios para uma existência simples e adequada do ponto de vista da qualidade de vida. Por isso, o epicurismo é considerado uma das primeiras escolas de pensamentos grega a desenvolver uma visão ecológica, baseada no princípio da conservação.

A filosofia de Epicuro influenciou pensadores iluministas e “pós-iluministas”, como Thomas Hariot (1560-1621), Francis Bacon (1561-1626), Pierre Gassendi (1592-1655), Thomas Hobbes (1588-1679), John Evelyn (1620-1706), Robert Boyle (1627-1697), Isaac Newton (1642-1727), Giambattista Vico (1668-1744), David Hume (1711-1776), Immanuel Kant (1724-1804), Frederico Schelling (1775-1854), Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), entre outros de menor envergadura. O que demonstra a perenidade do pensamento de Epicuro entre a intelectualidade europeia dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Marx, por sua vez, se interessou pela forma como Epicuro, em pleno século IV a.C., resolveu o problema da existência dos deuses em um sistema onde ocorrem fenômenos ao acaso (para o pensador grego os átomos não seguiam uma trajetória linear):

O que fascinou Marx foi o fato de que a filosofia epicurista “afasta-se” de todos os modos de ser restritivos, tal como os deuses da filosofia epicurista se afastam do mundo – um mundo de liberdade e autodeterminação sobre o qual eles não têm ingerência. Em Epicuro, ‘a lei do átomo’ é a ‘repulsão’, a colisão de elementos; ela não precisa mais de nenhuma forma de fixação (Idem: 83).

O pensador grego, para Foster, “nunca buscou negar totalmente a necessidade (o que significa, como ele disse, que tudo podia provir de qualquer coisa), mas simplesmente enfatizou a possibilidade da liberdade, rompendo as fronteiras de tal necessidade” (Idem: 85). Apesar de considerar que Epicuro exagerou na “livre-volição” dos indivíduos, Marx carregou para sua obra a relação entre os conceitos de necessidade e liberdade do precursor grego, transfigurando-os nas representações da estrutura e da superestrutura. Para Marx, se Epicuro errou foi:

Sobretudo do lado da possibilidade abstrata, que exagerava o acaso e a livre-volição, por oposição à possibilidade real, que também reconhece a necessidade, e portanto é constricta. Ao insistir em que nenhum juízo deveria contradizer os sentidos, ele preferiu manter uma concepção clara do possível, enquanto permanecia aberto e não-determinante (mesmo sob o risco de tornar esta uma possibilidade abstrata) (Ibidem).

Para Marx, o estudo de Epicuro foi o trampolim para saltos maiores. Nos seus primeiros contatos com a filosofia alemã, estava influenciado pelo idealismo de Hegel, por isso foi considerado, por muitos especialistas marxianos, como um dos jovens hegelianos da primeira metade do século XIX.

Contudo, a tese de doutoramento de Marx possibilitou questionar o conceito de natureza de Hegel, processo de superação que será total quando tomar contato com a crítica de Ludwig Feuerbach (1804-1872) ao ilustre pensador idealista. Marx, que nunca esteve à vontade com o idealismo hegeliano, utiliza Feuerbach para transcender os limites do idealismo alemão.

Em Hegel, a natureza “não era algo que continha em si os meios para sua própria autodeterminação, da sua própria ação significativa; em vez disso, era meramente alienação a que o pensamento era obrigado a se submeter de forma abstrata-geral” (Idem: 102). O conceito de natureza em Feuerbach, ao criticar Hegel, sofre uma profunda transformação:

Não foi a simples rejeição da filosofia especulativa de Hegel por Feuerbach que teve importância para Marx, mas também o caráter sensorial do materialismo de Feuerbach, a sua ênfase no naturalismo. Feuerbach, ao rejeitar Hegel, também oferecia como alternativa uma ponte entre a crítica filosófica e a ciência natural (Idem: 105).

Nas obras subsequentes, a concepção de natureza em Marx ganha contornos mais definidos. A partir do texto “Manuscritos Econômico-filosóficos” (1844), Marx define o conceito de natureza que estará presente no conjunto de sua obra, e que, de certa forma, desmente os críticos do materialismo histórico que alegavam inexistir um conceito de natureza na obra marxiana ou que sua posição era secundária no corpo da teoria.

O capitalismo, para o pensador materialista, coisificou o ser humano e o seu trabalho (reduzindo-os a condição de mercadoria sujeita às flutuações da oferta e da procura). Além disso, separou, na prática e na teoria, a atividade braçal das funções

criativas do cérebro. O trabalho alienado transformou-se um martírio para o homem:

O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho, como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro (Marx, 2004: 114).

Segundo Marx, a universalidade do homem “aparece praticamente na universalidade que faz de toda a natureza o seu corpo inorgânico” (Idem: 116), ou seja, a natureza é a extensão física do corpo humano, pois forma uma parcela da vida e das atividades produtivas dos homens. Além disso, afirmava que a natureza se manifesta de diversas formas para o homem: “1) como imediato meio de vida; e igualmente 2) como objeto material e instrumento da sua atividade vital” (Ibidem). Ou seja, para Marx:

A natureza é o corpo inorgânico do homem, ou seja, a natureza na medida em que não é o próprio corpo do humano. O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza (Ibidem).

O trecho “a natureza se inter-relaciona consigo mesma” representa o ponto máximo do materialismo de Marx. Ao defender a naturalidade do homem e a historicidade da natureza, Marx procura romper a alienação capitalista do trabalho criativo, que é a natureza social do homem³:

Já que o trabalho alienado aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da espécie; transforma a vida genérica em meio de vida individual. Primeiramente, aliena a vida genérica e a vida individual; depois, muda esta última na sua abstração em objetivo da primeira, portanto, na sua forma abstrata e alienada (Ibidem).

Para Marx, “toda a auto-alienação do homem, de si mesmo e da natureza, manifesta-se na relação que ele postula entre os homens, para si mesmo e para a

³ . Segundo o próprio Marx: “o homem, um animal político, segundo Aristóteles, é por natureza um animal social” (Marx, 2006a: 379).

natureza” (Idem: 119). Como toda mercadoria no capitalismo, incluindo o produto do próprio trabalho, a natureza é algo estranho ao homem. Pela história da dinâmica das relações capitalistas, os campos, a água, as árvores, as rochas, os animais, etc., se transformaram em propriedades de algum dono. Até mesmo sua força de trabalho, manifestação da sua origem animal, é mercadoria à venda.

Visto que a própria natureza inorgânica, a extensão do seu corpo, foi roubada pela propriedade privada, o homem se vê desamparado diante do poderio econômico e da velocidade das máquinas. Seu corpo é consumido no ritmo em que são consumidos os recursos da natureza: “a propriedade privada constitui, assim, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador com a natureza e com si mesmo” (Idem: 120).

Ainda nos Manuscritos de 1844, Marx ressalta que o conceito de comunismo, “expressão positiva da eliminação da propriedade privada” (Idem: 135), se apresenta como:

Naturalismo inteiramente evoluído = humanismo, como humanismo inteiramente desenvolvido = naturalismo, estabelece a resolução autêntica do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem. É a verdadeira solução do conflito entre a existência e a essência, entre a objetivação e a auto-afirmação, entre a liberdade e a necessidade, entre o indivíduo e a espécie (Idem: 138).

O comunismo, que para Marx era a forma mais avançada de organização social, é semelhante ao naturalismo evoluído (que também é humanismo evoluído). É a “resolução” da cisão provocada pelo capitalismo entre o homem e o seu corpo inorgânico, a natureza: “constitui a união perfeita do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo integral do homem e o humanismo integral da natureza” (Idem: 140).

A história também é considerada uma manifestação da natureza. Em Marx, a “história constitui uma parte real da história natural, o desenvolvimento da natureza a caminho do homem. A ciência natural acabará um dia por incorporar a ciência do homem, da mesma maneira que a ciência do homem integrará em si mesmo a ciência natural” (Idem: 146). E arremata vaticinando contra a fragmentação das disciplinas científicas: “haverá apenas uma única ciência”.

Marx defende a unidade das ciências humanas-naturais alegando que mesmo as disciplinas humanistas estudam o objeto natureza:

O primeiro objeto do homem – o próprio homem – é natureza, sensibilidade, e as capacidades humanas sensíveis particulares, que unicamente encontram a realização objetiva nos objetos naturais, só podem alcançar o auto-conhecimento na ciência do ser natural. Até mesmo o componente do pensamento, o componente da manifestação vital do pensamento, a linguagem, é de característica sensível. A realidade social da natureza e a ciência natural humana, ou a ciência natural do homem, são expressões idênticas (Idem: 146).

Provavelmente Marx tenha derivado dessa relação entre ciências naturais e humanas a busca por descobrir as leis gerais do funcionamento do sistema capitalista. Mesmo ciente dos limites do método naturalista (leis invariáveis, imutabilidade, repetição, etc.), Marx não se furtou em definir as leis da dialética, a lei da mais-valia, a lei geral da acumulação capitalista, a lei do valor, entre outras. Antes de serem leis universais e irreversíveis, as leis definidas por Marx demonstravam como, no capitalismo, o indivíduo está impotente perante um sistema que funciona de forma quase automática, com ciclos de produção/reprodução que fogem ao controle dos indivíduos.

A principal obra de Marx, “O Capital” (primeiro volume lançado em 1867) é um estudo socioeconômico por excelência, traduziu para a linguagem corrente o funcionamento do sistema capitalista e explicou cientificamente as suas mazelas, enumerando as leis que configuram o modo de produção. Tratou de assuntos como o esgotamento e a deformação física dos trabalhadores por excesso de trabalho, a degradação dos solos e dos corpos (as naturezas), as péssimas condições de vida e de moradia dos operários, o trabalho infantil, o predomínio das máquinas (sobre os homens, acelerando a velocidade da produção), a escravidão em vários países, as crises de superprodução (que sempre afetam os trabalhadores de forma desastrosa), entre outros temas socioeconômicos.

Visto por esse ângulo, “O Capital” não pode ser taxado de economicista por ter colocado em evidência os males causados pelo dinheiro e pela mais-valia no capitalismo. Assim como determinados pesquisadores analisaram a cultura, a religião, a sexualidade, entre outros temas, Marx se concentrou na maneira como o homem é jogado na luta pela própria sobrevivência em um sistema que o reduz à condição de mercadoria. Críticos ou não de Marx, é preciso ter claro que “O Capital” foi uma colossal tentativa de compreender as novas formas de produzir e consumir na sociedade capitalista.

Em “O Capital”, Marx resgata a idéia de que “o trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza” (Marx, 2006a: 64-5). Em outro trecho, Marx afirma que “todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza” (Idem: 212). “O Capital” reflete o pensamento de Marx em um estágio mais apurado e refinado, o que significa dizer que as considerações feitas nos Manuscritos de 1844 são revistas e confirmadas.

No Capital ressurgem a idéia do corpo inorgânico do homem como representação da natureza:

A coisa que o trabalhador se apossa imediatamente – excetuados meios de subsistência colhidos já prontos, tais como frutas, quando seus próprios membros servem de meio de trabalho – não é o objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Desse modo, faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural, apesar da Bíblia (Idem: 213).

Marx e Engels, no seu tempo histórico e com os conceitos que dispunham, também foram ecologistas de primeira ordem. Em vários trechos Marx se preocupa com a situação das cidades, dos campos, das florestas e das moradias dos trabalhadores. Sua análise da realidade ambiental era global e dialética, abarcava todos os aspectos da vida social (o que inclui a economia). Apesar de não utilizar o conceito ambiente em sua obra, pode-se inferir as bases materialistas para a Educação Ambiental e para o conceito de ambiente atual.

Analisando a situação da agricultura no capitalismo, Marx afirma que a “preponderância cada vez mais da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e, de outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra” (Idem: 570). Ou seja, Marx alerta que é necessário a “volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário”, o que não ocorrendo poder estar “violando a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo” (Ibidem). Irá se perceber mais adiante, que isto de fato está ocorrendo em todo o mundo.

Nos parágrafos subseqüentes, Marx reafirma sua posição com relação a

superexploração dos homens e do solo:

Todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apóia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (Idem: 571).

No Livro 2 (1885) de “O Capital”, organizado por Engels, Marx faz uma referência a destruição das florestas: “O desenvolvimento da cultura agrícola e da indústria se tem revelado tão eficaz na destruição das florestas que o que se tem feito no sentido de conservá-las e regenerá-las não passa de uma grandeza que se desvanece inteiramente” (Marx, 2006b: 277). Além disso, faz menção ao período de maturação de uma árvore, que pode levar de 10 a 40 anos e os custos materiais envolvidos. Marx se preocupava com o ritmo de destruição da natureza, excedendo sua capacidade de regeneração.

Engels foi mais longe na antecipação do discurso ecologista. Apesar dos equívocos que cometeu ao estabelecer leis rígidas para a dialética (que é um processo de movimentos dinâmicos e imprevisíveis) na obra “Dialética da Natureza” (escrita entre 1872 e 1882) e ter incorrido nos erros do determinismo econômico, Engels compreendeu a tese segundo a qual os homens e a natureza são a mesma coisa.

O autor também afirma, com clareza fantástica, que “somos a cada passo advertidos de que não podemos dominar a Natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza, mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro; estamos no meio dela” (Engels, 1979: 224). Não seria possível dizer que essa frase foi escrita ou dita em algum texto ou evento de Educação Ambiental no século XXI?

Além disso, Engels faz outras ponderações e alertas que soariam como contemporâneos e, em certo sentido, pós-modernos:

Principalmente em virtude dos gigantescos progressos realizados pelas ciências naturais no século atual, cada vez nos encontramos em condições de conhecer as conseqüências mais remotas de nossas mais comuns atividades de produção; pelo

menos em condições de aprender a dominá-las. Mas, quanto mais se verifica isso, tanto mais os homens se sentirão unificados com a Natureza e tanto mais terão a consciência disso, tornando-se cada vez mais impossível sustentar essa noção absurda e antinatural que estabelece a oposição entre espírito e matéria, entre o homem e a natureza (Ibidem).

No final do século XIX, Engels, depois de delinear os sintomas da crise ambiental de seu tempo, chega à conclusão contra a qual relutam muitos ecologistas do século XXI: “a fim de conseguir essa regulação [que menciona na citação anterior], não basta o simples conhecimento. Para isso, será necessária uma completa revolução em nossa maneira de produzir e, ao mesmo tempo, de toda a ordem social atualmente dominante” (Idem: 225).

Para Engels estava claro que nos marcos do modo de produção capitalista seria impossível unificar o homem e a natureza, seria preciso transformar a sociedade por completo e não somente teorias e comportamentos individuais. Tampouco a técnica e a tecnologia, que no capitalismo estão a serviço do capital, podem garantir a mudança nos padrões de consumo e produção.

Materialistas como Marx e Engels demonstraram, de várias maneiras e de forma exaustiva, que o capitalismo é o seu próprio coveiro. Apropriações deterministas, mecanicistas, moralistas e reducionistas das obras marxianas e engelsianas suplantaram os aspectos analíticos e avançados das suas obras, a ponto de acreditar-se, por muitos anos, que marxistas, socialistas, comunistas e afins eram, por definição político-ideológica, insensíveis a questão ambiental e demais temas sociais, como gênero, etnia, sexualidade, etc. É certo que a experiência soviética, desastrosa do ponto de vista ecológico, contribuiu para o agravamento dessa leitura errônea.

A Revolução Industrial, a partir dos séculos XVII e XVIII, criaria as condições técnicas, tecnológicas e econômicas para que no campo e nas cidades se atingisse, de forma acelerada, o atual estágio de degradação ambiental. Cabe analisar a situação do presente e tirar lições preciosas para o futuro. Como o movimento ambientalista e o campo da Educação Ambiental situam o ambiente em relação ao capitalismo moderno? Quais são os desafios ambientais contemporâneos? Como a cisão entre natureza e homem se manifesta no capitalismo moderno?

3. AMBIENTE E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O movimento ambientalista, no seu desenvolvimento científico, social e militante, para Loureiro, colocou em questão a própria civilização:

O ambientalismo é aqui concebido como um projeto realista e utópico de múltiplas orientações, que se inscreve na política mundial, simultaneamente, como um posicionamento de apropriação simbólica e material que vai desde proposições civilizatórias, passando pelo questionamento da sociedade industrial capitalista e das características intrínsecas das leis de mercado, a iniciativas comportamentais ecologicamente corretas, tendo como eixo analítico o processo de atuação humana no ambiente e a discussão acerca da relação sociedade-natureza, visando a alcançar uma nova base civilizacional. (Loureiro, 2003: 17).

Tem-se um elemento importante para se pensar o conceito de ambiente, elaborado pelo movimento ambientalista e ecológico: o ambiente compreende a própria civilização, principalmente a relação sociedade-natureza, tão presente nas atuais preocupações globais. Além disso, Loureiro alerta para a necessidade, como viu-se na citação anterior, de uma “nova base civilizacional”.

No conceito de ambiente as ações antropogênicas ganham destaque:

Todo ser vivo, e especialmente os seres humanos, sempre atuaram no ambiente em um movimento de transformações e busca do equilíbrio em sentido dinâmico. O que ocorre após a Revolução Industrial capitalista é um aumento da intensidade e velocidade da ação antropocêntrica, além da afirmação de um sistema político-econômico individualista mundial, pautado na reprodução do capital, que, para isto, precisa de crescente consumo de matéria e energia. (Idem: 24).

Como se vê, o processo de produção social da mais-valia e de acumulação/reprodução do capital nos últimos trezentos anos de capitalismo, colocou a humanidade e todo o planeta diante de grandes desafios ambientais. No século XIX, Marx já alertava o mundo de que a exploração do trabalho pelo capital não tinha limites éticos. Ao analisar a situação do trabalho infantil (presente ainda hoje), o autor alemão dizia:

O fabricante exige jovens que aparentem já ter 13 anos. A queda surpreendente e vertical no número de meninos empregados com menos de 13 anos, que freqüentemente aparece nas estatísticas inglesas dos últimos 20 anos, foi, em grande parte,

segundo o depoimento dos inspetores de fábrica, resultante de atestados médicos que aumentavam a idade das crianças para satisfazer a ânsia de exploração do capitalista e a necessidade de traficância dos pais (Marx, 2006a: 454).

O capitalismo mundial obrigou milhões de famílias e indivíduos a viverem em condições de vida absolutamente decompostas. As previsões menos pessimistas mencionam milhões de novos refugiados, dessa vez por catástrofes climáticas, esgotamento dos solos, secas severas, entre outros fenômenos ambientais:

O processo de desdobramento do capitalismo mundial, cuja base se assenta na produção de mercadorias para sua reprodução e não para a satisfação das necessidades materiais básicas socialmente definidas, conduziu ao ápice de nossa história de rompimento e de degradação da qualidade de vida e do ambiente. (Loureiro, 2003: 28).

Mesmo cientes de tamanha destruição ambiental, as classes dominantes, detentoras dos meios de produção, não encaminham soluções concretas para estancar a crise civilizacional em curso. A ação desses grupos nacionais e mundiais “fica pautada no plano moral e não no estrutural, como se o problema determinante dependesse unicamente, para ser resolvido, da superação individual de uma abstrata falta de ética e de consciência ambiental” (Idem: 37). Dentre vários motivos, essa “cegueira” das classes dominantes ocorre por motivos objetivos, concretos:

A continuidade/reprodução de uma sociedade em bases capitalistas pressupõe não só a garantia dos meios materiais necessários a cada ciclo de produção, mas também a reprodução das classes sociais, fazendo com que haja sempre pessoas sem condições de produzirem/manterem as sua próprias vidas e que, assim, precisam se submeter aos donos do capital (Gonçalves, 2005: 48).

O discurso da moralidade aplicado à questão ambiental, uma construção ideológica (superestrutural) das classes dominantes, oculta as diferenças estruturais entre as classes sociais, esconde a própria luta de classes por trás de cada generalização. Loureiro aponta que é necessário reconhecer que “existem bases materiais que situam historicamente os atores sociais individuais e coletivos” e que subsistem “desigualdades estruturais que geram necessidades e níveis de participação cidadã diferenciados” (Loureiro, 2003: 40-1).

Por outro lado, James Petras considera igualmente abstrato se referir a termos vagos, como mercado, sistema, entre outros do jargão de esquerda, para

tratar das influências político-econômicas concretas dos fenômenos ambientais:

Assim como a concepção universalista não leva em conta as dimensões sociais das causas e consequências da destruição do meio ambiente, as considerações abstratas sobre o “mercado” e o “sistema de preços” não permitem reconhecer com nitidez os papéis desempenhados pelos agentes principais da atividade agrícola internacional: as multinacionais, os bancos e os próprios Estados nacionais (Petras, 1999: 389).

Os espaços urbanos representam a situação econômica e ambiental imposta por um sistema caótico e individualista. As cidades modernas transformaram-se em espaços da atomização do indivíduo, pois ele busca viver sozinho, na luta por sobrevivência, ladeado por milhões de outras pessoas. Aqueles que o sistema não isola pela pobreza, limitando seu raio de ação, distancia através da concorrência ou do medo da violência:

De um lado, ficam os excluídos: despreparados para a rude competição do mercado, angustiados pela premência das necessidades básicas insatisfeitas, acuados e levados ao desespero, muitas vezes deformados por uma assimilação doentia das “regras do jogo” capitalista. Do outro, os privilegiados, que, por serem bem-sucedidos, vivem em estado de apreensão, apavorados, cercados de subalternos nos quais não podem confiar inteiramente, empenhados em proteger suas vidas e seu patrimônio de perigos crescentes, encastelados atrás de grades e muralhas. (Konder, 2000: 66).

Mas quem é esse homem que, vivendo “encastelado atrás de grades e muralhas”, não consegue compreender que o atual modelo social, considerando os desastres que já provocou, está esgotado? Leandro Konder nos diz que o “homem burguês”, constituído por um emaranhado de relações de exploração e processos de alienação, comove-se com a “recomendação cristã que pede a cada um que ame o próximo como a si mesmo, porém também não pode deixar de se sensibilizar com a chamada ‘Lei do Gérson’, que manda ‘levar vantagem’ sempre, em tudo” (Idem: 29).

O autor de “Os sofrimentos do ‘Homem burguês’”, lembra que liberdade, igualdade e fraternidade são as três palavras-de-ordem da Revolução Francesa, expressão histórica do avanço da hegemonia da burguesia européia. Contudo, no capitalismo esses conceitos tiveram destinos incertos: a liberdade no capitalismo “não adquire contornos precisos no plano conceitual” (Idem: 30) e na prática cotidiana; a igualdade “passou a ser vista como reivindicação suspeita, utopia irrealizável que é utilizada por demagogos mal-intencionados” (Ibidem); e, por fim, a

fraternidade “é, dos três, o valor que maiores mistificações ideológicas tem sofrido” (Idem: 31), virou prática benemerita de alguns ou alvo de deboche de outros.

Não somente entre os indivíduos e grupos sociais existem diferenças socioeconômicas que, através de sua análise, nos ajudam no entendimento da crise civilizacional, também os “países consomem de modo desigual e se apropriam da natureza de modo distinto, segundo sua inserção no socioambientalismo capitalista, o que impede qualquer tipo de consideração generalista” (Loureiro, 2006: 123).

Segundo Petras, a produção da crise ambiental esta associada a uma “determinação de classes: afinal de contas, são as indústrias capitalistas as responsáveis pela emissão de poluentes e os Estados capitalistas aqueles que não conseguem regulamentá-las” (Petras, 1999: 381). Para o referido autor, existe desigualdade social até mesmo na extensão e gravidade das catástrofes ambientais:

O alcance do poder destrutivo das catástrofes naturais varia significativamente de acordo com as diferentes classes sociais. Os pobres e a classe trabalhadora são invariavelmente os menos aptos a resistir a tal impacto, tanto na esfera local quanto mundial. Em qualquer lugar do planeta os pobres e os trabalhadores são sempre as classes mais vulneráveis. Não obstante, coube aos pobres do Terceiro Mundo a pior sorte (Idem: 385).

O continente africano é uma prova espantosa dessa desigualdade socioambiental: possui 800 milhões de habitantes (o dobro do continente europeu); têm grandes reservas de petróleo; extensas jazidas de minérios com alto valor comercial; diversas matérias-primas inexistentes em outros continentes; e, mesmo assim, é responsável por 1% do PIB mundial. Os resultados dessa realidade: populações inteiras vivendo com menos de um dólar por dia; guerras tribais matam milhares todos os anos, o que mantém um clima de instabilidade institucional em dezenas de países; o continente guarda dois terços dos portadores de HIV do mundo; a mortalidade infantil mata milhares de crianças todos os anos; a ONU avalia que 40% da população seja analfabeta; entre outras tragédias.

Por outro lado, com 300 milhões de habitantes, os Estados Unidos e suas empresas consomem metade dos recursos ambientais do planeta. Além disso, são responsáveis por ¼ da poluição atmosférica global, um absurdo se considerarmos que possuem aproximadamente 5% da população mundial. E as tendências de mudanças nesse quadro não são animadoras, pois o Governo Bush negou-se a

assinar o Protocolo de Quioto, não se comprometendo, portanto, com a diminuição das emissões de gases poluentes na atmosfera. A alegação é recorrente: os EUA não querem colocar em risco as suas taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

Outros dados são importantes para definirmos o quadro das desigualdades entre os países. A questão do consumo é um ponto nevrálgico para discutirmos a pobreza no planeta, como já percebemos na comparação entre o continente africano e os Estados Unidos. O artigo “O Estado do Consumo Hoje”, de Gary Gardner, Erik Assadourian e Radhika Sarin, pesquisadores da *Worldwatch Institute*, alerta que:

o aumento disparado do consumo na última década – e as projeções alucinantes que logicamente dele derivam – indica que o mundo como um todo se verá, em breve, frente a um grande dilema. Caso os níveis de consumo que as centenas dos milhões de pessoas mais afluentes gozam hoje repliquem-se por, pelo menos, metade dos cerca de 9 bilhões de pessoas que deverão ser adicionadas à população mundial em 2050, o impacto em nossa oferta de água, qualidade do ar, florestas, clima, diversidade biológica e saúde humana será extremamente grave (*Worldwatch Institute*, 2004: 4).

Segundo a tabela abaixo, podemos observar que existem profundas disparidades econômicas nas raízes dos problemas ambientais (alterações no clima, pobreza, desemprego, epidemias, debilidade das instituições e serviços públicos, etc.):

Tabela 1.

| Gastos com Consumo e População, por Região, 2000 | | |
|--|---|-----------------------------------|
| Região | Participação nos Gastos Mundiais do Consumo Privado | Participação na População Mundial |
| Estados Unidos e Canadá | 31,5% | 5,2% |
| Europa Ocidental | 28,7% | 6,4% |
| Leste da Ásia e do Pacífico | 21,4% | 32,9% |
| América Latina e Caribe | 6,7% | 8,5% |
| Europa Oriental e Ásia Central | 3,3% | 7,9% |
| Sul da Ásia | 2,0% | 22,4% |
| Austrália e Nova Zelândia | 1,5% | 0,4% |
| Oriente Médio e África do Norte | 1,4% | 4,1% |
| África Subsaariana | 1,2% | 4,1% |

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators Database*, hospedado no site media.worldbank.org/secure/data/qquery.php. in: *Worldwatch Institute*, 2004: 7.

Os pesquisadores do *Worldwatch Institute*, alertam que “a presença da fome frente à oferta de alimentos reflete a realidade de seu alto custo para a grande

parcela da população pobre mundial, que não dispõe de renda suficiente para adquiri-lo” (Idem: 9). Na prática, significa dizer que as populações pobres da Tanzânia, Madagascar e Tajiquistão gastam, respectivamente, 67%, 61% e 48% da sua renda *per capita* com alimentação. Por outro lado, nos Estados Unidos, Japão e Dinamarca consomem 12%, 16% e 13% das rendas familiares com alimentos. Além disso:

Os ricos do mundo não só absorvem mais calorias do que os pobres, mas essas calorias provêm de alimentos mais intensivos em recursos, como carne bovina e laticínios, que são produzidos por meio do uso de grandes volumes de grãos, água e energia. As pessoas nos países industrializados obtêm 856 de suas calorias diárias de produtos animais, contra 350 nos países em desenvolvimento (Ibidem).

A fome foi analisada por Marx no século XIX e explicada da seguinte maneira: “o aumento e a diminuição da massa de indigentes refletem as mudanças periódicas do ciclo industrial” (Marx, 2006a: 759). Os processos produtivos e a acumulação de capitais determinaram milhões de óbitos por fome e miséria em todo o globo, como exemplo Marx lembra que “entre 1769 e 1770, os ingleses fabricaram na Índia uma epidemia de fome, açambarcando todo o arroz e retardando depois sua venda, de modo a obter preços fabulosos” (Idem: 866). Em nota de rodapé, o autor alemão nos diz que morreram mais de um milhão de hindus por conta da ganância inglesa.

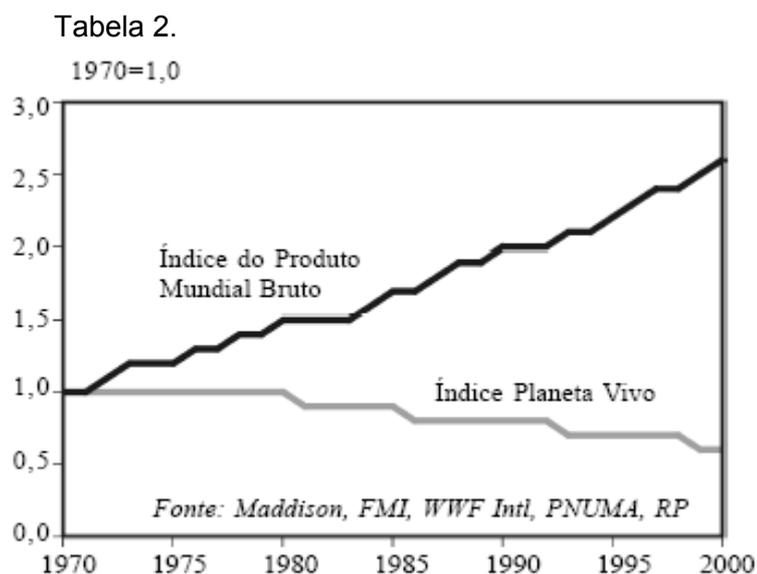
Uma informação estarrecedora é obtida a partir da comparação entre os gastos com itens de luxo e os investimentos necessários para o atendimento das necessidades básicas das populações pobres: gasta-se com cosméticos, rações de animais, perfumes, cruzeiros marítimos e sorvetes algo em torno de 75 bilhões de dólares por ano; para garantir saúde reprodutiva para todas as mulheres, a erradicação da fome e da má-nutrição, a alfabetização universal, água potável para todos e a vacinação das crianças do planeta, seria necessário um gasto extra na ordem de 47,3 bilhões de dólares. Como é possível, diante de tamanhas distorções, a manutenção desse sistema econômico?

Os resultados dessa ordem mundial estão surgindo em velocidade estonteante. O uso dos combustíveis fósseis fez crescerem os níveis de dióxido de carbono na atmosfera (31% em relação a 1750) e junto disparou a temperatura global. O consumo de madeira em 1999 foi o dobro da década de 1950 e com isso

metade da cobertura verde do planeta deixou de existir.

O nível do mar já subiu de 10 a 20 centímetros, conseqüência do degelo das calotas polares e do aquecimento dos oceanos. Cerca de 20% das áreas agriculturáveis e 70% dos pastos sofreram degradação, o que provocou a queda da produtividade na agricultura (13%) e na pecuária (4%). Os padrões de produção e consumo do capitalismo estão depredando os meios de sobrevivência das comunidades e inviabilizando a vida no planeta.

O Índice Planeta Vivo, desenvolvido pela *WWF Internacional* (Fundo Mundial para a Natureza), serve para calcular o nível de degradação (ou de saúde) dos oceanos, florestas, rios e demais sistemas naturais, contabilizando os fenômenos que se mencionou acima. Desde 1970, o Índice registrou queda de 35% na saúde da natureza no mundo:



Fonte: *Worldwatch Institute*, 2004: 20.

A saúde do planeta está relacionada diretamente com os padrões de produção e consumo planetários. O relatório do Grupo de Trabalho I, do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (ONU), aponta que “tanto as emissões antrópicas de dióxido de carbono passadas quanto as futuras continuarão contribuindo para o aquecimento e a elevação do nível do mar por mais de um milênio, em razão das escalas de tempo necessárias para a remoção desse gás da atmosfera” (ONU, 2007: 24).

Segundo o mesmo relatório, os desastres ambientais se intensificarão em um futuro próximo: “é provável que os ciclones tropicais (tufões e furacões) fiquem

mais intensos, com maiores picos de velocidade de ventos e mais precipitação fortes associados aos aumentos atuais das temperaturas de superfície dos mares tropicais” (Idem: 21). E como nos alerta o marxista James Petras, serão os países pobres os mais atingidos pelas catástrofes ambientais e a destruição das infra-estruturas básicas (moradia, saneamento, saúde, educação, etc.).

Soffiati chama o atual estágio de “crise absoluta”, pois além de ser antrópica, planetária, conjuntural e possivelmente estrutural, a crise também mostra um “viés absoluto”, ou seja, “crise absoluta é aquela que se define não apenas ante o mau funcionamento ou o funcionamento desejado de um sistema, mas também do relacionamento desse sistema com os ecossistemas em que ele se insere” (Soffiati, 2002: 50). Uma crise absoluta que impossibilita pensar-se em soluções reformistas ou intra-sistema para problemas que possuem origem relacional (homem/homem – humanidade/ambiente).

Não se pode esquecer que a lógica mercantilista que “degrada o meio ambiente não é uma condição inata dos seres humanos, mas o resultado das relações sociais constituídas e constituintes de um meio de produção, promotor de um modelo de desenvolvimento, que imprime uma forma de relação entre sociedade e natureza” (Guimarães, 2006: 16). Pensar que o homem é essencialmente “mau” ou “destruidor”, adotando uma postura moralista quanto às contradições da humanidade, inviabiliza a construção de qualquer alternativa política para a crise civilizacional.

Além disso, não se pode pensar em qualquer ação ecológica ou política pública, mesmo as mitigatórias, sem levar em consideração os agentes políticos e socioambientais envolvidos. Como empresas, governos locais ou estaduais, organizações não-governamentais, sindicatos, escolas e órgãos ambientais fiscalizadores de uma cidade se comportam diante das questões ecológicas e ambientais? Essas questões habitam as discussões na sociedade, nos espaços de poder, como elas transitam pelas classes sociais?

Tem-se uma indicação importante para que se caracterize o conceito de ambiente: investigar como, em cada formação social concreta, estão organizados o Estado, a sociedade civil e seus respectivos aparelhos de hegemonia, entre eles os meios de construção e manutenção da chamada opinião pública, a mídia. Se o ambiente compreende a própria civilização, cabe perguntar que modelos básicos de estruturas e superestruturas formam essa mesma civilização.

Para Loureiro, “o ser humano é um ser social, que vive e se define a partir das relações sociais”, pois nossa naturalidade exige essa interação para a “realização social”. Dessa forma, afirma o autor, “a sociedade constitui a unidade substancial da humanidade e da natureza, a realização do naturalismo do ser humano e do humanismo da natureza” (Loureiro, 2003: 27). Nesse sentido, propõe uma importante inversão na prioridade ontológica do capitalismo:

O entendimento de que na sociedade capitalista a prioridade ontológica está na dimensão econômica não significa que possa ser desconsiderada a dinâmica que se estabelece entre esta dimensão e as dimensões política, cultural e social, o que seria a negação do próprio método e da historicidade na ação humana. (Idem: 50).

O “economicismo” da formação social de tipo capitalista solapa e subordina os outros aspectos da realidade, reduzindo a multiplicidade de sons, entendimentos, vozes e percepções a um quadro monocromático, de aparente ordem e estabilidade. O ambiente que, numa perspectiva global e dialética, se caracteriza pela cultura, ideologia, Estado, organizações de caráter privado, natureza humanizada, entre outros elementos, fica reduzido ao valor de troca no mundo das mercadorias. O homem e a natureza são transformados em mercadorias, devidamente compartimentados e divididos para melhor comercializá-los.

A lógica da “racionalidade quantitativa e instrumental do capitalismo é contraditória com uma racionalidade ambiental que considere os ciclos naturais e a vida como imperativo humanista” (Idem: 74). Além disso:

A consolidação do modo de produção capitalista, “casada” com o pensamento cartesiano, gerou uma possibilidade, única na história, de determinados grupos sociais se apropriarem dos bens naturais segundo interesses individuais e mercantis. A racionalidade aí embutida é a de que se pode reduzir a realidade a quantidades e utilizar os espaços públicos e a natureza como recursos para a produção privada objetivando um pretens ‘bom funcionamento’ da sociedade (Loureiro, 2006: 134).

Desse processo de fragmentação nasce a alienação na relação entre homem e natureza:

A alienação resulta no afastamento da natureza, uma vez que a práxis da atividade econômica aliena o ser humano do produto de seu trabalho, sendo o estranhamento da natureza parte do mesmo processo. Logo, a desarmonia vivenciada no mundo contemporâneo é o resultado de relações sociais determinadas no

capitalismo e não um problema de ordem psicológica ou existencial. (Loureiro, 2003: 61).

O problema central, colocado dessa forma por Loureiro, nos remete a uma reflexão: a superação da divisão entre cultura, natureza e produção, passa necessariamente pela revolução cultural da atual civilização. Está no cerne do funcionamento do atual sistema a destruição-precarização do ambiente em favor de parcelas ínfimas da população:

O sentido da dominação da natureza se traduz, atualmente, na dominação de uma classe sobre outras, de elites políticas e econômicas sobre o conjunto da população; poucos que, a partir de certo modo de produção e apropriação privada, consomem por muitos; relações sociais específicas que resultam da degradação da base de sustentação da vida e da própria condição humana (Loureiro, 2006: 147).

A luta pela humanização do ambiente, tornando-o espaço promotor de uma vida saudável para todos e não apenas local das trocas comerciais, atravessa, na visão de Loureiro, um embate no campo das ciências: “a ciência moderna hegemônica e ainda dominante se baseia em um pressuposto reducionista e linear, na cisão sujeito-objeto, na simplificação dos fenômenos sociais” (Loureiro, 2006: 135).

O ambiente, portanto, numa perspectiva progressista, agrupa todas as relações sociedade-natureza, enquanto apresentadas dessa maneira, objetivando superar essa dicotomia em breve. E nesse processo, o autor considera que a dialética, pelas características que descreve, tem um papel transformador:

Um método que parte da premissa de que somos natureza com singularidades que nos diferem das demais espécies, sem que isso signifique pensar o humano fora da natureza ou, ao contrário, pensá-lo com um organismo biológico diluído no plano natural. Que pensa o processo de transformação da realidade social enquanto princípio de realização humana, pelo qual modificamos a natureza dita exterior, sendo dialeticamente modificado em um movimento de concretização da nossa natureza específica, sendo essa dinâmica o que estabelece a unidade sociedade/natureza; natureza/cultura; ser social/ser biológico; matéria/espírito; corpo/mente (Loureiro, 2004: 99).

Contudo, ciente das formulações puramente cerebrinas de muitos intelectuais considerados pós-modernos (e mesmo modernos), Loureiro faz uma importante ressalva: “a construção de um paradigma que se afirme como ecológico

não se esgota em mudanças na forma de pensar, é parte de um projeto político a ser concretizado por educadores ambientais e demais grupos sociais comprometidos com a ruptura da sociedade vigente” (Loureiro, 2006: 136). A crítica de Loureiro foi dirigida também a Edgar Morin, quando diz que existe, em sua obra:

ausência ou secundarização de proposições concretas no campo da ação política, da práxis educativa ambiental e de organização dos movimentos sociais, que indiquem caminhos práticos que possam ser trabalhados pelas forças populares e atores sociais comprometidos com o projeto de ruptura com a modernidade capitalista (Loureiro, 2004: 120).

Por fim, Loureiro pondera que Morin “exagerou” na preocupação metodológica, colocando em segundo plano os desafios políticos que cada proposição transformadora encarna. Existe, pois, uma:

relativa secundarização, feita nas últimas publicações, dos processos históricos e políticos na análise da transformação societária, numa formulação enfaticamente filosófica e metodológica que o afasta de muitas discussões que se darão nos movimentos sociais, partidos de massa e espaços públicos de participação (Idem: 119).

A crítica de Loureiro procede, não somente no caso de Edgar Morin, mas também na formulação desta dissertação. A tradução das idéias para o plano da concretude não é um procedimento simples, principalmente aquelas propostas que defendem a ruptura de um sistema socioeconômico multiforme e, comprovadamente, resistente a abalos históricos, o que Gramsci chama de crise de hegemonia. Quais mecanismos coletivos e individuais dispõe-se para essa tarefa hercúlea?

Existem movimentos institucionais e da sociedade civil trabalhando no sentido de construir alternativas ao atual modelo socioeconômico hegemônico e descrito nos parágrafos anteriores. Por esse motivo, é interessante analisar os principais documentos produzidos nos últimos anos no campo da Educação Ambiental e extrair deles noções acerca do conceito de ambiente.

A PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999), aponta em seus princípios (Art. 4º, inciso II) que os educadores ambientais e o Estado brasileiro tratam o conceito de ambiente em sua “totalidade, considerando a interdependência sistêmica entre o meio natural e o construído, o socioeconômico e o cultural, o físico e o espiritual, sob o enfoque da

sustentabilidade” (MMA, 2005a: 37). Considera-se um avanço a lei estabelecer que “interdependência sistêmica” é o método como o Estado brasileiro vê a questão ambiental.

O Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental, através de um breve diagnóstico da situação ambiental na região, aponta que em todo o continente e ilhas:

aparecem sinais preocupantes de uma grave degradação ambiental. Alguns dos problemas mais comuns incluem: a deterioração da diversidade biológica, a destruição maciça das bacias hidrográficas, a destruição acentuada das condições ambientais nas zonas costeiras e mares territoriais, o desflorestamento maciço, a contaminação das águas e do ar, a perda da identidade cultural, assim como as deletérias condições de vida de muitas populações rurais. Essa situação aumenta a vulnerabilidade da população frente às mudanças econômicas globais, a ameaça de enfermidades epidêmicas e a ocorrência de catástrofes ambientais (Idem: 85).

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento construído sob a influência da Eco-92, declara que:

a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia na superprodução e superconsumo. (Idem: 57).

Contudo, cabe uma ressalva quanto ao conceito de sustentabilidade (presente nos títulos de conferências, encontros, nos argumentos de documentos políticos e estudos técnicos, etc.), principalmente quanto aos aspectos propagandísticos e midiáticos do uso que tem sido feito desse conceito.

Entre as várias objeções, podemos dizer que dois princípios do pensamento sustentável são estranhos para o capitalismo: processos de longo prazo (projeto de futuro) e regulação (limitação) do mercado. Layrargues aponta que “trilhar o rumo do ‘desenvolvimento sustentável’, incorporar os sistemas de gestão ambiental nas empresas, ou adotar um comportamento individual ‘ecologicamente correto’ não significa estar imune às clássicas doutrinas político-ideológicas” (Layrargues, 2006: 74).

Marx reforça a idéia de que o anarquismo da produção e do uso dos recursos ambientais no capitalismo faz parte da natureza do próprio sistema: “O modo capitalista de produção, ao mesmo tempo que impõe economia em cada negócio particular, produz, com seu sistema anárquico de concorrência, o desperdício mais desmedido dos meios de produção e das forças de trabalho da sociedade” (Marx, 2006a: 602). Além disso, lembra que tal anarquia tem conseqüências nefastas para os trabalhadores:

[O capitalismo] revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança ininterruptamente massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção para outro. Exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos. Entretanto, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho, com suas peculiaridades rígidas. Já vimos como essa contradição absoluta elimina toda a tranqüilidade, solidez e segurança da vida do trabalhador, mantendo-o sob a ameaça constante de perder os meios de subsistência, ao ser-lhe tirado das mãos o instrumental de trabalho (Idem: 552).

Para Gustavo Lima, existem limites, em nossa opinião intransponíveis, para o sucesso da sustentabilidade nos marcos do capitalismo:

Os processos de concentração e centralização de riqueza e poder, o gigantismo das empresas e burocracias governamentais, o desemprego estrutural endêmico, as assimetrias econômicas entre os países do norte e do sul, assim como as desigualdades internas que atingem a ambos, embora com maior intensidade nos do sul. Todos esses processos limitam a liberdade e a independência dos indivíduos, inviabilizam a existência de uma democracia participativa, comprometem a preservação dos recursos naturais e multiplicam o exército de excluídos, vistos como cidadãos de segunda categoria (Lima, 2002: 123).

Além disso, é evidente que por mais que busquemos “trazer ao dia-a-dia valores cooperativos, coletivos, harmoniosos para reger a relação humano-natureza, as relações sociais no marco do capitalismo permanecem baseadas em valores competitivos, individualistas, dissociativos” (Layrargues, 2006: 99). O que nos leva a refletir que, mesmo considerando os avanços metodológicos e políticos nos documentos nacionais e internacionais sobre a Educação Ambiental e o Meio Ambiente, a noção de sustentabilidade não pode ser o único suporte conceitual para esse debate, suas limitações concretas são flagrantes.

Na perspectiva do ambientalismo e do próprio Tratado, a redefinição da

nossa relação com o ambiente (e enquanto natureza) é um dos fatores determinantes para mudanças mais drásticas no modelo socioeconômico vigente:

o projeto de emancipação humana se associa ao projeto de redefinição de nossa inserção na natureza, já que um sem o outro implica a perpetuação dos modelos vigentes e panoramas fascistas de defesa da espécie humana ou, no extremo oposto, de defesa das espécies compreendidas como naturais (Loureiro, 2003: 13).

Como se pode perceber, o ambiente é muito mais do que “meio físico”. O conceito de ambiente se sustenta no tripé cultura (superestrutura) - natureza (humanizada) – estrutura (a produção da vida material). Esses três elementos estão presentes em todas as sociedades humanas e respondem pelos diversos momentos da vida social.

Diante da discussão sobre os conceitos de natureza, ambiente e Educação Ambiental, seus limites, possibilidades e histórias, pode-se passar para a análise da obra de Antonio Gramsci e uma breve investigação sobre os principais autores que discutem a teoria gramsciana. Como Gramsci trata os conceitos de liberdade, necessidade, política, hegemonia, Estado e sociedade civil?

III - VISÕES SOBRE ANTONIO GRAMSCI

1. HISTÓRIA DE GRAMSCI

Para compreender a origem do pensamento de Antônio Gramsci (1891 - 1937), é preciso percorrer os principais acontecimentos históricos da época em que o autor viveu. A concepção dialética da história, presente nos Cadernos do Cárcere de Gramsci, nasce do envolvimento prático do teórico nas lutas organizadas pelo Partido Comunista Italiano (PCI) e o Partido Socialista Italiano (PSI) e nas atividades sindicais em Turim.

O contexto histórico em que viveu Gramsci possibilita acompanhar como o conceito de hegemonia se transformou em um processo dialético entre práxis e teoria, entre atuação política nas questões socioeconômicas italianas e o contato com a literatura marxista, principalmente o leninismo e as orientações da III Internacional Comunista.

Para destacar os acontecimentos mais relevantes na vida de Gramsci, utilizamos a cronologia construída por Valentino Gerratana, edição italiana dos *Quaderni del Cárcere* (Turim: Einaudi, 1975, p. XLIII-LXVIII), e reproduzida na recente edição brasileira dos Cadernos do Cárcere (Gramsci, 2004c: 49-79), organizada por Carlos Nelson Coutinho, e, também, a biografia de Gramsci escrita por Giuseppe Fiori, “A vida de Antonio Gramsci”.

Antônio Gramsci nasceu na cidade de Ales, Sardenha, e tinha seis irmãos. Era uma criança com saúde frágil que possuía um defeito físico relacionado à doença de Pott (tuberculose óssea), fato que lhe rendeu o apelido de “corcunda”. Segundo Fiori, Gramsci foi uma criança atormentada por sucessivas doenças e debilidades orgânicas.

Aos quatro anos de idade, Nino, como era chamado no ambiente familiar, foi “desenganado” pelos médicos: “os médicos me tinham dado como morto e minha mãe conservou até mais ou menos 1914 um pequeno caixão e a roupinha especial que deveria servir para me sepultar” (Fiori, 1979: 22).

Além disso, a família Gramsci foi vítima de perseguição política, o que rendeu a prisão de Francesco Gramsci (havia apoiado o candidato derrotado nas

eleições de março de 1897, Francesco Cocco Ortu). A ausência do pai, fez com que Peppina Marcias, mãe de Gramsci, fosse obrigada a sustentar sozinha sete filhos pequenos. Isso angariou a admiração de Gramsci por sua mãe, comprovado por várias referências nas Cartas do Cárcere.

Desde a infância até a juventude, Gramsci foi taciturno, melancólico, só demonstrava simpatia aos amigos mais próximos. A deformidade física também o constrangia, principalmente nas brincadeiras de infância. Esse estado de ânimo fez com que Gramsci se voltasse para a leitura e o estudo sistemático, atividade que só era impedida pelas doenças ou pela miséria (o que ocorreu na passagem do ensino fundamental para o médio, visto que em sua região não existia tal modalidade).

Entre 1905 e 1906, “Francesco e Peppina fizeram os cálculos e decidiram que poderiam mandar Antonio para o ginásio de Santulussurgiu” (Fiori, 1979: 48), pois Gramsci “continuava estudando sozinho, com a ajuda de aulas particulares ocasionais, durante os dois anos que passou em Ghilarza” (Ibidem). Contudo, os três anos que ficou no Ginásio Carta-Meloni, de Santulussurgiu, foram péssimos para a formação de Gramsci, resultado da falta de estrutura básica e ensino precário.

A situação econômica da Ilha da Sardenha piorava a cada ano. No campo, os pequenos produtores e suas famílias sofriam com a queda nos preços dos produtos e a fome generalizada. Nas minas e manufaturas, a exploração dos trabalhadores os submetia a jornadas de trabalho de 13 ou 15 horas diárias. Ao longo de toda a década de 10, os conflitos entre patrões, governos e empregados foram resolvidos com perseguições e tiroteios, resultando na morte de dezenas de trabalhadores.

Em 1910, Gramsci se transforma em correspondente do Jornal “*L’Unione Sarda*” na aldeia de Aidomaggiore, porém sua situação financeira se agravava, sendo obrigado a longos períodos de fome e privações das mais diversas. Entre 1911 e 1912, Gramsci acompanhava, com certa distância, as atividades do irmão mais velho, Gennaro Gramsci, na Câmara do Trabalho (organização que reunia operários, empregados, socialistas, anarquistas, entre outros).

Na Universidade, em Turim, a partir de 1912, Gramsci conheceu os colegas universitários que formaram a direção da revista semanal “*L’Ordine Nuovo*”: Ângelo Tasca, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini. Em 1913, os amigos presenciaram a grande mobilização de operários da indústria automobilística, que resultou numa

greve de 96 dias. Togliatti, mais tarde, vai escrever:

Em determinadas horas da manhã, quando abandonávamos a sala e, do pátio, saíamos nos pórticos que iam dar no Po, encontrávamos grandes levas de homens diferentes de nós que tomavam aquele caminho. Toda uma multidão se dirigia para o rio e para os parques às suas margens... E lá íamos nós também, acompanhando aqueles homens; ouvíamos os seus discursos: falávamos com eles e nos interessávamos por suas lutas. À primeira vista, pareciam diferentes de nós estudantes; parecia uma outra humanidade. Mas não era uma outra humanidade (Idem: 104).

Entre 1908 e 1911 se aproxima dos grupos juvenis do PSI sardo, mas sem demonstrar grande entusiasmo. Nesse momento inicia suas leituras de Marx (“por curiosidade intelectual”, diria mais tarde) e escreve o primeiro ensaio. Escreve em 1910, o trabalho escolar “Oprimidos e Opressores”:

É realmente maravilhosa a luta que a humanidade trava há tempos imemoriais: luta incessante, com a qual busca desfazer e romper todos os vínculos que o desejo de domínio de um só, de uma classe ou mesmo de todo um povo⁴ tenta lhe impor. É esta uma epopéia que teve inúmeros heróis e que foi escrita pelos historiadores de todo o mundo. O homem, que em certo momento se sente forte, com a consciência da própria responsabilidade e do próprio valor, não quer que nenhum outro lhe imponha sua vontade e pretenda controlar suas ações e seu pensamento (Gramsci, 2004a: 43).

Gramsci viveu parte de um período histórico marcado por fortes antagonismos no plano das idéias e da luta de classes. As primeiras quatro décadas do Século XX foram palco de duas guerras mundiais, de uma revolução socialista e da ascensão (e queda) do nazi-fascismo. Um momento histórico conturbado, acompanhado por Gramsci com espírito crítico e que, de forma determinante, marcou sua vida.

Em 1914, início da Primeira Guerra Mundial, Gramsci se coloca ao lado dos movimentos mais radicais de Turim contra a neutralidade do PSI frente ao conflito europeu. Escreve no jornal “*Il Grido del Popolo*”, o artigo “Neutralidade ativa e Operante”:

Mesmo na extraordinária confusão que a presente crise europeia criou nas consciências e nos partidos, todos estão de

4 . O conceito “povo” será utilizado por nós a partir do conceito de classes subalternas de Gramsci.

acordo num ponto: o presente momento histórico é de indizível gravidade, suas conseqüências podem ser gravíssimas. E, já que tanto sangue foi derramado e tantas energias foram destruídas, façamos de modo que o maior número possível de questões que o passado deixou sem solução seja resolvido e que a humanidade possa retomar seu caminho sem que um cinzento quadro de tristezas e injustiças ainda lhe obstrua a passagem, sem que seu futuro possa ser a curto prazo atravessado por outra destas catástrofes (Idem: 47).

Entre 1914 e 1916, Gramsci se esforça em produzir artigos para os principais jornais socialistas locais e nacionais, entre eles “*Il Grido del Popolo*”, “*L’Unita*” e “*Avanti!*”. Seus artigos logo ganham a atenção pelo estilo excêntrico e a mescla entre prática e teoria, bem diferente do formato seco e desinteressante dos escritores socialistas de sua época. Além disso, sabia apelar para o humor e a linguagem polêmica quando desejava atenção para seus argumentos.

Em 1917, o próprio Gramsci desconhece os detalhes dos acontecimentos na Rússia (reclama da censura dos jornais italianos). Mesmo assim, escreve o artigo “Notas sobre a Revolução Russa” (no jornal “*Il Grido del Popolo*”):

É esse o mais grandioso fenômeno até agora produzido pela ação humana. O homem malfeitor comum se tornou, na Revolução Russa, o homem tal como Emanuel Kant, o teórico da moral absoluta, havia pregado, ou seja, o homem que diz: “fora de mim, a imensidão do céu; dentro de mim, o imperativo da minha consciência”. O que essas pequenas notícias nos revelam é a libertação dos espíritos, é a instauração de uma nova consciência moral (Idem: 104).

Durante o período da juventude, Gramsci está muito próximo do idealismo de Benedetto Croce e Giovanni Gentile (como vai afirmar mais tarde, se considerando “tendencialmente croceano”). Aproximou-se da obra marxiana e engelsiana na medida em que penetrava na vida política do PSI. Aos poucos, Gramsci vai depurando sua visão de mundo do idealismo conservador da Itália no início do século XX.

Além das leituras e do articulismo nos jornais, outra experiência marcou fortemente sua visão histórica: os Conselhos de Fábrica⁵ em Turim. Este fato

5 Segundo Gruppi: “A primeira Comissão Interna se constituíra em 1905 na empresa Itália. Posteriormente, durante a guerra, as Comissões Internas se haviam reconstituído, sobretudo como instrumento de colaboração entre o patronato e os operários,

agregou um elemento de exigência prática ao pensamento de Gramsci, que nunca se contentou somente com elaborações teóricas. Para ilustrar suas teses, Gramsci resgatava acontecimentos do passado ou do presente para demonstrar o movimento real da história⁶ e apontar as fontes inspiradoras da sua visão do mundo.

Em 1917, preocupado com as questões culturais⁷, pois as considerava essenciais para a transformação da sociedade, Gramsci funda “- fora dos quadros do PSI - um 'Clube de Vida Moral', um grêmio destinado a promover debates intelectuais que eduquem moral e culturalmente os jovens socialistas” (Coutinho, 2003a: 19). O militante sardo, desde a juventude, entendia a revolução de forma ampla, relacionada com o cotidiano e a vida cultural (e não restrita ao campo econômico e político). Ou seja, “educação, cultura, filosofia, socialismo: tudo isso estava entrelaçado na cabeça do jovem Gramsci” (Buttigieg, 2003: 43).

Macciocchi acrescenta que a “transformação intelectual e moral [pretendida por Gramsci], enquanto momento da revolução cultural, deve dar-se em dois tempos: não apenas após a tomada do poder pela classe operária, mas também ainda durante toda a fase preparatória” (Macciocchi, 1980: 17). Atividade cultural, pedagógica, política e de mobilização (guerra de posição) são, para Gramsci, as estratégias para a revolução no Ocidente.

Ainda em 1918, Gramsci “se coloca como meta 'traduzir Lênin em italiano' (...)” (Coutinho, 2003a: 23), o que já evidenciava a intenção de se aproximar da experiência do proletariado russo. Gramsci considerava Lênin o teórico que havia expandido o materialismo histórico, fazendo a melhor e mais profunda crítica à filosofia de Marx (a aplicação prática):

Como deve ser entendida a afirmação de que o proletariado alemão é o herdeiro da filosofia clássica alemã? Não quereria Marx indicar a função histórica da sua filosofia, transformada em teoria de uma classe que se transformaria em Estado? *Para Ilitch, isto realmente aconteceu em um determinado território. Em outro local*

tendo em vista a produção bélica; só posteriormente é que se haviam transformada em instrumentos de luta operária” (Gruppi, 1978: 52).

6 . Para Gramsci “a unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados [grifo nosso]. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e 'sociedade civil' [grifo nosso]” (Gramsci, 2002a: 139).

7 Para Schlesener: “A Escola de Cultura [organizada por Gramsci] se apresentava como uma das alternativas educacionais que o grupo de ‘L’Ordine Nuovo’ incentivava, movidos pela idéia de que a revolução implicava um trabalho intenso de formação cultural e da personalidade” (Schlesener, 2002: 103).

*assinalei a importância filosófica do conceito e da realidade da hegemonia, devida a Ilitch. A hegemonia realizada significa crítica real de uma filosofia, sua realidade dialética*⁸ (Gramsci, 1995: 93-4).

Para Buci-Glucksmann, é preciso reconstituir a relação prática e teórica entre Gramsci e Lênin: “processo no curso do qual Gramsci confronta sua própria formação de juventude a uma experiência historicamente nova. Perpétuo processo de ajustamento da teoria e da prática, onde a prática política estimula e freqüentemente precede a teoria (no sentido filosófico do termo)” (Buci-Glucksmann, 1980: 162). Para a autora, Gramsci percebe em Lênin uma teoria da revolução e da criação de um novo Estado, uma teoria do imperialismo e a formação de um partido revolucionário na prática.

Em 1919, Gramsci e seus companheiros do PSI e velhos colegas de universidade, criam a revista “*L’Ordine Nuovo*” (A Nova Ordem)⁹, lançando o primeiro número no dia 1º de Maio. Publica na revista o texto “Democracia Operária”, onde ensaia as primeiras defesas das comissões de fábrica:

As comissões internas são órgãos de democracia operária que é necessário libertar das limitações impostas pelos empresários e nos quais é preciso infundir vida e energia novas. Hoje, as comissões limitaram o poder do capitalista na fábrica e desempenham funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substituíra o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e de administração (Gramsci, 2004a: 247).

A revista “*L’Ordine Nuovo*” transforma-se no motor de “um vigoroso movimento, do qual surgirão os conselhos (...) em quinze empresas agrupando mais de 30 000 trabalhadores” (Macciocchi, 1980: 56). Segundo Macciocchi, a polêmica contra o “reformismo do partido e do sindicato desenvolveu-se no plano dos ataques políticos, e adquiriu uma força revolucionária que, através de muitos pontos de vista, torna-a ainda bastante atual” (Ibidem). Gramsci, no movimento dos Conselhos de

8 Grifo nosso.

9 Para Gramsci, o semanário “*L’Ordine Nuovo*”, tinha uma função organizativa e educativa dos trabalhadores reunidos nas Comissões de Fábrica: “Deve-se fazer com que os operários tomem consciência do que é a produção capitalista, do que é o ciclo produtivo, de qual é a função do operário no centro de produção. Essa consciência leva o operário a situar-se além do seu estado de assalariado, de elemento passivo do processo produtivo; leva-o a compreender sua própria função política e histórica. Nasce assim, na concreticidade da luta, na concreticidade das relações produtivas, a consciência de classe. Uma visão teórica e uma nova cultura que se formam, não remoendo o saber tradicional, mas graças ao contato do marxismo com as experiências vivas da luta operária” (Idem: 52).

Fábrica, adquire os seus primeiros adversários políticos, pois enfrenta as burocracias sindicais e partidárias.

Na "Greve dos Ponteiros dos Relógios", em 1920, percebeu a ausência de um instrumento político organizado (como o PSI, que negou apoio), capaz de construir a solidariedade entre os trabalhadores das diversas regiões e atividades econômicas. Por isso, "após a ocupação das fábricas e a derrota do movimento, Gramsci já se orienta claramente para a cisão com o PSI" (Coutinho, 2003a: 37).

Até mesmo os setores considerados radicais dentro do PSI criticaram o grupo de "*L'Ordine Nuovo*" pelas ações diretas nas fábricas. Inevitavelmente, a grande mobilização nas fábricas e o modelo de organização proposto pelo grupo ordinovista, geraram um intenso debate teórico sobre o papel dos soviets no PSI. Para Bordiga, liderança maximalista, "os soviets se tornam revolucionários quando a maioria já é comunista". Para Gramsci, entretanto, era "preciso que a maioria das massas seja organizada (nos Conselhos) para que se coloque concretamente a conquista comunista dessa maioria, e mais amplamente da revolução" (Buci-Gluksmann, 1980: 217).

Se com a Revolução de 1917, Gramsci compreendeu a amplitude da luta de classes no plano internacional¹⁰ e as tarefas que precisavam ser resolvidas também no plano dos Estados nacionais, foi na experiência em Turim que percebeu a importância do partido político, ou, num primeiro momento, a necessidade de uma organização nacional mais ampla.

A ocupação de fábrica se apresentava para Gramsci como "a crítica radical da estrutura industrial. Radical porque (...) nega a apropriação privada e a disciplina-coerção que a torna possível e a garante. Nega o Estado" (Dias, 2000: 213). E negava principalmente a tática do PSI e dos sindicatos tradicionais por não colocarem na ordem do dia a questão da propriedade privada.

Após ocuparem as fábricas de Turim, o que faziam os trabalhadores? Com quem comercializariam seus produtos? A profundidade do que significava modificar a sociedade se apresenta de forma violenta para Gramsci e seus companheiros. A luta, que parecia cheia de possibilidades no plano imediato, esbarrava no

10 . Para Gramsci "toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações absolutas e relativas no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares. As relações internacionais reagem passiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos). Quanto mais a vida econômica imediata de uma ação se subordina às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa esta situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários" (Gramsci, 2002a: 20).

enraizamento do comodismo e do senso comum no cotidiano dos trabalhadores¹¹.

Para Macciocchi, nos Conselhos de Fábricas encontramos os embriões da tese da “associação entre produtores” de Marx e da autogestão, que Gramsci vai desenvolver nos Cadernos do Cárcere:

Nos conselhos encontramos o fundamento de todos os princípios de autogoverno – ou da autogestão, como diriam hoje alguns -, da direção política, social e cultural sobre as outras camadas sociais, sobre o conjunto da sociedade, agrupando cidadãos, camponeses e operários. Gramsci condena a posição “ortodoxa” do marxismo, segundo a qual não é possível dirigir as fábricas sem dirigir o Estado (tal era a polêmica de Bordiga) e vê, ao contrário, no conselho, a prefiguração de um “contrapoder” estatal, precisamente porque ele concebe a conquista do poder (Macciocchi, 1980: 148).

Mesmo expressando suas posições políticas com clareza e reunindo as massas de trabalhadores contra os patrões das fábricas de Turim, a maior cidade industrial da Itália, nada impediu que Gramsci e seus companheiros fossem taxados de “anarco-sindicalismo pelos reformistas do movimento sindical, de voluntarismo, de economicismo, de sindicalismo, ou até de bergsonismo, por subestimar a luta direta por soviets políticos” (Buci-Glucksmann, 1980: 215). Essa não será a primeira cisão teórica e política na vida de Gramsci, seu espírito inquieto incomodou a burocracia sindical e partidária italiana.

O militante sardo reconhece “que a ocupação, em si, é muito limitada, pois o poder, a administração pública, a distribuição da produção, o provimento das fábricas com matéria-prima, continuava nas mãos do capital e do Estado” (Schlesener, 2002: 122). E dessa forma, a partir da experiência concreta, o economicismo e o corporativismo se transformam em duas fontes de preocupação para Gramsci ao escrever os Cadernos do Cárcere.

As experiências de Gramsci com o PSI e as Comissões de Fábrica, revelam que não bastava avançar em conquistas econômicas ou da máquina estatal para transformar a sociedade, era preciso influir decisivamente na vida social e cultural, desenvolvendo novos modos de conviver, uma nova cultura e, principalmente, um novo homem. Com a derrota, Gramsci compreendeu a importância de construir a

11 . Na Itália e demais países de maioria católica, o movimento operário católico possuía características conservadoras. No entanto, é preciso salientar que no Brasil partes significativas dos missionários e membros da pastoral operária são de tendência progressista. Muitos colaboraram com os militantes que resistiram à Ditadura Militar.

hegemonia em sentido mais amplo:

Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (Gramsci, 2002b: 62-3).

A experiência com “*L’Ordine Nuovo*” e a Revolução de Outubro de 1917 garantiram as condições para que Gramsci se apropriasse da famosa “11ª Tese sobre Feuerbach, que orientará todo o seu trabalho da prisão: em que sentido a filosofia pode transformar o mundo, tornar-se uma força atuante na história, desenvolver uma imensa atividade de educação?” (Buci-Glucksmann, 1980: 424).

A crise com o PSI revelou outros aspectos do pensamento político e dialético de Gramsci. No PSI “era dominante entre os dirigentes socialistas italianos uma concepção positivista do marxismo; e essa concepção servia como uma luva para justificar ideologicamente a prática política imobilista, fatalista, que predominava então nas correntes” (Coutinho, 2003a: 12-3). Contra isso, Gramsci dedicou intensas polémicas com as principais lideranças do partido, até o inevitável rompimento na década de 20.

Edmundo Dias reforça que, além do positivismo, o PSI era contaminado pelo evolucionismo (outra concepção que Gramsci abominava) e, por conseguinte, considera que “fazer com que o ‘marxismo’ apareça como um conjunto de leis exteriores que fatalmente ocorrerão, leva a abdicação da vontade” (Dias, 2000: 89). E conclui:

O abandono pelos reformistas da tarefa da diferenciação da classe, a não-distinção de suas formas organizativas em relação à da classe burguesa são consequência disso. O partido, para a velha direita socialista, não se diferenciaria totalmente dos partidos burgueses: é, como aquele, um partido parlamentar que quer governar a nação pelo sufrágio popular (Ibidem).

Entre 1921-23, Gramsci passou um tempo na Rússia, onde pôde entrar em contato com a Internacional Comunista. Também foram anos marcados por acontecimentos como a expulsão da corrente reformista do PSI, a “Marcha sobre Roma” organizada pelos fascistas, a prisão de várias lideranças comunistas e a

ilegalidade do PCI. Em 1924 morre Lênin e Gramsci escreve com consternação:

O Partido Comunista Russo, com seu líder Lênin, ligou-se de tal modo a todo o desenvolvimento do proletariado russo e, portanto, ao desenvolvimento de toda a nação russa, que não é possível nem mesmo imaginar um sem o outro, o proletariado como classe dominante sem que o Partido Comunista fosse o inspirador da política do governo, sem que Lênin fosse o chefe de Estado (Gramsci, 2004b: 238).

Em Moscou, Gramsci toma contato com a idéia de Frente Única da Internacional Comunista, que estabelecia a tática de compor blocos políticos com forças sociais progressistas e construir avanços democráticos nas sociedades europeias. Porém, nem mesmo a Internacional “leninista” escapou da crítica de Gramsci quando realizou a famosa “virada” de 1929:

O texto dos Cadernos também revela a insatisfação de Gramsci com as concepções teóricas e estratégicas da Internacional Comunista. Ainda que a nova organização tivesse sido fundada por Lênin para romper com o passado reformista da II Internacional, nela se repetiam velhas idéias e concepções. Os elementos característicos da projeção política dos partidos comunistas europeus eram o economicismo e uma visão catastrofista das possibilidades do sistema capitalista (Acanda, 2006: 164).

Após a prisão, em 1926, Gramsci interligou a idéia de Frente Única da Internacional com os conceitos de guerra de posição/movimento e de hegemonia. O teórico sardo utiliza a metáfora da organização militar para discutir a inovação tática apresentada por Lênin:

Parece-me que Ilitch¹² havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, onde, como observa Krasnov, num breve espaço de tempo os exércitos podiam acumular quantidades enormes de munição, onde os quadros sociais eram por si sós ainda capazes de se tornarem trincheiras municiauíssimas. (...) exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil, etc. (Gramsci, 1995: 262).

De 1924 a 1926, a situação política italiana passa por momentos de

12. Gramsci, para despistar seus vigias na prisão, utilizava códigos nos textos, como “Ilitch” para designar Lênin.

tensionamento, principalmente entre as forças progressistas e o novo gabinete fascista comandado por Mussolini. Além disso, o PCI atravessa um duro processo de discussão interna, notadamente entre Gramsci e Amadeo Bordiga, líder da chamada fração de esquerda ou maximalista. Em 8 de novembro de 1926, o líder comunista sardo é preso pelo regime fascista e em 18 de novembro condenado a cinco anos de prisão, pena aumentada para 20 anos em 1928.

Em 1929 começa a escrever os famosos Cadernos do Cárcere e a estudar de forma sistemática a história da Itália e dos intelectuais. Na prisão consegue autorização para encomendar livros, receber assinaturas de revistas e dispõem de algumas obras de Marx. Produz de forma intensa, em longos períodos de leitura e escrita, só impedidos pelas crises de saúde que desde a infância o atormentavam.

Macciocchi descreve o cenário das idas e vindas de Gramsci entre as prisões de Mussolini, enfocando sua biblioteca ambulante:

Sua biblioteca de prisioneiro cabia toda numa única maleta de fibra deformada, que ele amarrava com uma correia de couro para impedi-la de abrir. Através dessa imagem, que resume toda a pobreza dessa biblioteca que Gramsci arrastava consigo de uma penitenciária para outra, é possível captar melhor a universalidade de sua atividade intelectual, que já se comparou à de Voltaire, não apenas graças ao seu saber enciclopédico, mas também por essa vontade crítica, que se afirma de um modo quase agressivo em praticamente todas as esferas do conhecimento (Macciocchi, 1980: 85).

Nos anos de prisão, ocorreram os principais debates teóricos e estratégicos na Internacional Comunista. Para Vacca, a coletivização forçada na URSS foi importante para a elaboração teórica do autor sardo na prisão: “Entre os eventos que mais influenciaram a redação dos Cadernos, creio não ser errado concentrar a atenção sobre o IV Congresso da Internacional Comunista, sobre a passagem da URSS da NEP à ‘revolução pelo alto’, (...) perante a ‘grande crise’ de 1929-1932” (Vacca, 1996: 133).

Segundo Vacca, a chamada “virada” na URSS transformou a visão “do socialismo como um processo mundial de duração histórica, [passando] a uma noção dicotômica da ‘estrutura do mundo’, que, em substância, refletiu a opção, então prevalecente na URSS, pelo auto-isolamento” (Idem: 135). Essa “virada” reflete a derrota da Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, que defendia a tese da Revolução Permanente e a internacionalização do bolchevismo. As

conseqüências dessa mudança atingiram todos os níveis do pensamento e da prática do comunismo mundial:

A afirmação de que o mundo estava dominado por uma contraposição sistêmica entre capitalismo e socialismo – o primeiro definitivamente arruinado e o segundo, ao contrário, graças aos sucessos da “construção do socialismo” na URSS, destinado a uma inexorável vitória – equivalia a vedar aos processos iniciados pela Revolução de Outubro qualquer perspectiva de desenvolvimento (Ibidem).

A “virada” foi amplamente criticada por Gramsci, pois essa nova tática “afirmava o caráter inevitável de um enfrentamento direto de classes (‘classe contra classe’ era a palavra de ordem), recusando qualquer tática de aliança a ponto de classificar de ‘social-fascista’ a social-democracia” (Macciocchi, 1980: 47-8). Gramsci criticou essa postura como uma manifestação de maximalismo e economicismo:

Em plena “reviravolta”, isto é, no momento em que se esperava que a crise econômica desembocasse imediatamente na revolução socialista e em que, em função dessa convicção, se havia realizado uma brusca mudança de sentido, Gramsci fez uma série de exposições políticas para os prisioneiros de Turim. Ele rejeitou a linha do PCI e da Internacional, criticando o catastrofismo de inspiração economicista e o dogmatismo que dele derivava (Idem: 92).

Essa postura de Gramsci não foi poupada pela liderança aprisionada, clandestina ou no exílio do PCI. A maior liderança do partido e o melhor quadro teórico não resistiu ao poder excludente da burocracia estalinista em formação na URSS. Segundo Macciocchi, Gramsci foi condenado ao “isolamento (...) depois que este manifestou seu desacordo com Stalin sobre as relações com a Internacional, a partir da virada do PCI em 1929” (Idem: 32).

Com o fortalecimento dos fascistas na Itália, Alemanha e Espanha, a Internacional percebe o grande equívoco do seu isolamento em relação a social-democracia e os socialistas. Do sectarismo, a Internacional, virou-se para seu oposto, a conciliação entre classes – a tese da Frente Popular (Idem: 93):

Segundo alguns testemunhos, a política das “frentes populares” era para ele [Gramsci], de fato, “uma política que visava à defesa das instituições democráticas burguesas e não uma política orientada no sentido da revolução socialista”: ela era ditada pela necessidade de defender o Estado soviético e não tinha nenhuma incidência sobre o desenvolvimento da revolução em outros países

(Ibidem).

Em substituição a Frente Popular na Itália, Gramsci propôs a tática da Assembléia Constituinte como um instrumento que “resultava da análise precisa da realidade política e social do país, e colocava-se, portanto, como ‘meio’ para assegurar o sucesso da revolução contra o aventureirismo sectário, por um lado, e a colaboração de classes, por outro” (Ibidem). Novamente, o autor sardo se viu na contramão do que propunha a Internacional Comunista e o PCI.

Citando Macciocchi, os diversos atritos entre Gramsci e a direção do PCI resultaram numa ruptura política irremediável:

“Com certeza, pode-se agora falar” – escrevia Leonardo Paggi no número 3 de Crítica Marxista de 1966 – “de uma ruptura total com o comitê central do partido”. E, embora Amendola tenha, em 1967, rejeitado desdenhosamente essa interpretação (Crítica Marxista, Caderno especial nº 3, 1967), de fato, ninguém jamais desmentiu Fiori, quando ele escreveu em sua bela biografia de Gramsci que este último não havia mais tentado retomar contato com Togliatti e a direção do PCI, durante o último ano (Idem: 33).

A situação de ruptura política com o PCI ficou patente após a morte do militante sardo, pois “atrás do seu caixão havia apenas duas pessoas: sua cunhada Tatiana e seu irmão Carlo. Porém, um mês mais tarde, Togliatti ‘recuperava’ Gramsci para o partido, redigindo um ensaio cujo título era: ‘O dirigente da classe operária italiana’” (Ibidem). Após a morte de Gramsci, Togliatti será o principal “promotor” dos Cadernos do Cárcere, ocultando as profundas divergências do pensador com o partido após 1929, e transformando-o no campeão da esquerda italiana. Togliatti, que foi o responsável por uma linha gradualista na Itália (sustentada a partir de uma distorção da teoria de Gramsci), criou para si a imagem de herdeiro e representante do pensamento gramsciano. A visão de Gramsci foi monopolizada pelo partido (PCI) por longos anos.

Para Perry Anderson, Gramsci “incorporou em si mesmo uma unidade revolucionária entre teoria e prática, do tipo que havia caracterizado o legado clássico” (Anderson, 2004: 64-5). As experiências dos Conselhos de Fábrica e da fundação do PCI “permaneceram como fontes criativas do seu pensamento durante o longo período de aprisionamento, que o abrigou das conseqüências intelectuais da stalinização fora da Itália, mas que lentamente o matava” (Ibidem). Após a queda do “socialismo real”, o marxismo menos ortodoxo assumiu novas interpretações para

conceitos tradicionais, como Estado e sociedade civil, o que libertou Gramsci do monopólio partidário.

No dia 30 de Abril de 1937, às 4h30min, um derrame cerebral põe fim a uma das mentes mais interessantes da história do comunismo mundial. Após 46 anos de uma vida atormentada pelas limitações físicas e as desilusões políticas, Gramsci deixa extensa obra e vários artigos que influenciaram o pensamento socialista em todo o mundo. Além disso, fica o testemunho da sua rebeldia contra o dogmatismo e o sectarismo de um tipo de socialismo burocrático que se mostrará incapaz de realizar os sonhos dos povos.

2. LEITURAS DE GRAMSCI

As múltiplas visões e aplicações da teoria gramsciana impedem que se incorra em reducionismos¹³, seja rotulando-o de leninista, de hegeliano¹⁴ ou de croceano¹⁵. Na verdade, o pensamento de Gramsci transcende aos rótulos e, numa demonstração de vitalidade, resiste aos enquadramentos mecânicos.

No entanto, contrariando qualquer possibilidade de interpretar a obra do autor sardo de forma aberta e dialética, tentou-se "encontrar desde a afirmação das idéias de Lênin, até a fundamentação para a aceitação das teses maoístas [Macciocchi], passando pela suposta confirmação de uma estratégia reformista" (Acanda, 2006: 161). O próprio PCI "apresentou-o como precursor de sua própria linha política gradualista de construção de coalizões [Togliatti]" (Ibidem).

Domenico Losurdo, no livro "Antonio Gramsci: do liberalismo ao 'comunismo crítico'", defende que o jovem Gramsci estava muito próximo do liberalismo representado por Croce e Gentile, opositores da hegemonia católica na Itália. Contudo, adverte que a atitude de Gramsci para com o liberalismo foi de herança e

13 . Gramsci debate a questão do reducionismo, por exemplo, na relação entre o "erro político" e a economia, negando a idéia de reflexo imediato: "o materialismo histórico mecânico não considera a possibilidade de erros, mas interpreta todo ato político como determinado pela estrutura, imediatamente, isto é, como reflexo de uma real e duradoura (no sentido de adquirida) modificação da estrutura. O princípio do 'erro' é complexo: pode se tratar de um impulso individual motivado por um cálculo errado, bem como, também, de manifestações das tentativas de determinados grupos ou grupelhos para assumir a hegemonia no interior do agrupamento dirigente, tentativas que podem fracassar" (Gramsci, 1995: 118).

14 . Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831), filósofo e idealista alemão.

15 . Benedetto Croce (1866 – 1952), filósofo e idealista italiano.

superação, ao estilo do que havia feito Marx e Engels com a filosofia clássica alemã:

Partindo do *Risorgimento* e das polêmicas contra o *Syllabus*, reivindicando a modernidade atacada pelo documento pontifício e defendendo Hegel, condenado enquanto moderno e liberal, fazendo constante referência a Croce e Gentile (naquele momento com posições solidamente liberais), assumindo tais posições, Gramsci começa de alguma maneira como liberal (Losurdo, 2006: 23).

Perry Anderson, por sua vez, assevera que Gramsci foi “o único entre os mais importantes teóricos do marxismo ocidental que não era filósofo, e sim político. Nenhum interesse puramente profissional poderia tê-lo motivado a buscar um ascendente para Marx” (Anderson, 2004: 86). Anderson aponta que o primeiro autor clássico a inspirar Gramsci também foi um político, Maquiavel.

Para Gramsci, segundo a leitura de Anderson, “o ancestral mais influente do marxismo era obrigatoriamente um teórico da política como ele, e não um filósofo. Ele também usou em seu trabalho termos e temas tirados diretamente do sistema do florentino” (Ibidem). Não à toa, Gramsci utiliza o termo “Príncipe” em suas obras como sinônimo para partido revolucionário. Além disso, Anderson afirma:

O reformismo é interpretado como uma perspectiva “corporativa” similar àquela das cidades italianas, contra cuja estreiteza sectária Maquiavel investira. O problema de um “bloco histórico” formado pelo proletariado e pelo campesinato é examinado pelo exame dos seus planos de uma “milícia” popular florentina (Idem: 86-7).

Maquiavel tem grande importância na formulação que Gramsci faz dos conceitos de força e consenso na política, fundamentais para a consistência teórico-prática de outro conceito, o de hegemonia. A tipologia política foi apresentada por Gramsci como derivada do “trinômio ‘território’, ‘autoridade’ e ‘consenso’”. Para Gramsci, o pensamento de Maquiavel “também poderia ser chamado ‘filosofia da práxis’” (Ibidem).

Outra influência, segundo Buci-Glucksmann, era Labriola, um mestre marxista importante, que influenciou a maneira como o sardo encarava o materialismo dialético:

Em contraste com qualquer posição positivista, que separa a ciência da filosofia (excluindo esta última), o marxismo supera potencialmente a oposição entre a ciência e a filosofia, em proveito

do que Labriola chama de “uma filosofia científica”. Com isso cabe entender que, contrariamente a todas as interpretações do marxismo em partes separadas e separáveis (a economia, a política, a filosofia), Labriola recusa-se a isolar as disciplinas. Ele se recusa a reproduzir no interior do marxismo separações originárias da divisão institucional do trabalho intelectual (Buci-Glucksmann, 1980: 455).

Para a autora do profundo estudo “Gramsci e o Estado”, Christine Buci-Glucksmann, quando o autor italiano diz que “é preciso fazer triunfar a maneira como Labriola colocou a questão da filosofia, isso significa que, para ele, a filosofia marxista não é um sistema” (Idem: 456), ou seja, o marxismo não poderia ocupar a posição de outras filosofias tradicionais como “atividade quimérica e positivista de síntese das ciências” (Ibidem).

Giorgio Baratta, por seu turno, apresenta Gramsci como um intelectual dividido entre dois mundos aparentemente opostos. Por um lado, o “modernista-industrialista fascinado ao mesmo tempo pela classe operária e pela burguesia produtiva do americanismo, em busca do universal; do outro, o sulista (...) sensibilizado com o ‘nacional-popular’, teórico do folclore e do particular” (Baratta, 2004: 55). Ou seja, para Baratta:

Em termos mais concretos, mas também mais gerais: nos diversos “temas” que ele aborda (a lingüística, a economia, a política, a crítica literária) produz-se uma tensão muito forte entre uma visão cada vez mais mundial-internacional dos fenômenos estudados e uma análise voltada para as especificidades, particularmente as nacionais e regionais (Idem: 55-6).

Essa dualidade em Gramsci garantiu que escrevesse o artigo “A Questão Meridional” (1926), onde analisava as relações entre Norte e Sul na Itália. O Norte industrializado, dinâmico e dirigente do país, o Sul rural, tradicional e atrasado. Para Gramsci, o bloco agrário-industrial entre a burguesia nortista e a aristocracia sulista era a base social dos diversos governos conservadores. Por isso, propunha a quebra desse bloco conservador-liberal pela formação de outra aliança, um bloco socialista entre operários do norte e camponeses do sul. Somente um homem de “alma dupla” poderia perceber a importância tática dessa análise histórica.

Luciano Gruppi, renomado comentador gramsciano, reconhece a originalidade do marxismo de Gramsci, mas o relaciona diretamente com o leninismo e a experiência da Revolução Russa. A ponto de iniciar o livro “O Conceito de Hegemonia” por uma longa explanação sobre a prática e a teoria leninista acerca da

hegemonia (ainda que Lênin não faça uso desta palavra nos escritos próximos da Revolução de 1917). Gruppi diz:

Gramsci compreendeu como a revolução de outubro havia sido a crítica viva de uma falsa interpretação do marxismo: como, depois da revolução de outubro, se deva reexaminar a interpretação do marxismo que se afirmara na II Internacional e no Partido Socialista Italiano. É preciso reafirmar a função do sujeito revolucionário e liberar-se de uma concepção do marxismo como determinismo econômico vulgar (Gruppi, 1978: 51).

Apesar da estreita relação político-ideológica entre Gramsci e Lênin, o que ressaltamos são as distinções. No tema da hegemonia, Gruppi dissecou as diferenças entre os conceitos apresentados por Lênin e Gramsci, garantindo, portanto, a originalidade do pensamento do segundo:

Há uma diferença de significado entre Gramsci e Lênin, porque Gramsci – quando fala de hegemonia – refere-se por vezes à capacidade dirigente, enquanto outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e à dominação. Lênin, ao contrário, entende por hegemonia sobretudo a função dirigente. O termo “hegemonia” aparece em Lênin, pela primeira vez, num escrito de janeiro de 1905, no início da revolução (Idem: 11).

Na análise da relação entre Gramsci e Lênin, Losurdo assera uma diferença fundamental entre os dois líderes revolucionários: “ao contrário de Lênin – um dado que não deve ser perdido de vista -, Gramsci vive a experiência do fascismo e da estabilização do capitalismo” (Losurdo, 2006: 193-4). Lênin era o teórico e líder de uma revolução vitoriosa, que irradiou esperança por todo o mundo ocidental; Gramsci era o mártir “rejeitado” de uma grande derrota frente ao fascismo (derrota que contou com a míopia da Internacional Comunista).

Outro exemplo significativo das diferenças entre Gramsci e Lênin, está na discussão sobre o Estado. Gramsci inverte o caminho ao defender que a extinção do Estado começa antes da tomada do poder¹⁶, ainda sob a vigência do sistema capitalista e num processo político-pedagógico:

16 . A concepção de poder em Gramsci está conectada com o conceito de hegemonia: "pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz [da sociedade]" (Gramsci, 2002b: 63).

enquanto Lênin (e mais ainda Engels) prevê uma extinção quase automática do Estado, como resultado da extinção progressiva das classes no plano econômico e da difusão do saber entre as massas, Gramsci parece supor a necessidade de uma luta no terreno específico da política e das instituições socialistas a fim de tornar possível o fim da alienação que se expressa na existência de um Estado separado da sociedade, qualquer que seja seu conteúdo de classe (Coutinho, 2003a: 139).

Outra diferença conceitual e histórica entre Gramsci e Lênin é apontada por Portelli: segundo o autor, Lênin, ao mencionar o termo hegemonia, “insiste sobre seu aspecto puramente político; o problema essencial para ele é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado”; Gramsci, ao contrário, situa a luta na sociedade civil, pois “o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política)” (Portelli, 2002: 78).

Nelson Coutinho, portanto, ao analisar a influência do pensamento de Lênin em Gramsci, diz que o segundo compreendia o líder russo não:

como repositório de definições acabadas, de um Lênin entendido como criador de um “leninismo” doutrinário e abstrato (tal como o que Stalin¹⁷ começava então a propor), mas em nome do método dialético e materialista que está na base da ação prática e das principais formulações políticas do grande revolucionário russo (Idem: 57).

Gramsci, ao tomar contato com Lênin e a experiência do processo revolucionário russo, as vicissitudes e os acertos, principalmente no que tange ao papel do Partido Bolchevique, compreendeu a necessidade de “conquistar na luta cotidiana a hegemonia da classe operária”, e ao buscar aplicar o mesmo conceito de organização na Itália, “revela ter aprendido mais uma lição de Lênin” (Idem: 59).

Para Coutinho, nos Cadernos do Cárcere, Gramsci estabelecerá outra relação com Lênin, pois será quando “a herança de Lênin não será mais uma relação de assimilação, mas uma relação dialética de continuidade/superação” (Idem: 62). E é nesse sentido, de continuidade e superação¹⁸, que debatemos a

17 . Iosif Vissarionovitch Djughashvili ou Josef Stálin (1879 – 1953), ditador russo.

18 Gramsci buscava “o papel criador da práxis humana na história, sua percepção das 'relações de força' como momento constitutivo do ser social, levam-no a privilegiar o estudo do fenômeno político em suas várias determinações. Por outro lado, foi a importância atribuída por Lênin à política uma das principais razões do permanente fascínio que o fez até mesmo ignorar ou minimizar os indiscutíveis pontos de ruptura entre sua reflexão e a do autor de Estado e revolução” (Coutinho, 2003b: 68).

relação existente entre Gramsci e os teóricos que o antecederam, como Marx, Engels, Antônio Labriola, Benedetto Croce e o próprio Lênin. Ou seja, “o Gramsci maduro não nega todas as conquistas do leninismo, mas conserva seu núcleo central ao mesmo tempo em que o desenvolve” (Idem: 83-4).

Edmundo Dias, no início do livro “Gramsci em Turim” (2000), aponta que não tem interesse em buscar rótulos para Gramsci:

O campo da nossa reflexão é o da especificidade do pensamento gramsciano. E não o do acerto ou erro em relação à matriz de “verdade” leninista, como querem e praticam muitos especialistas em Gramsci. Do mesmo modo, não é a sua relação como qualquer outra matriz de “verdade”¹⁹, seja ela a de Croce, Sorel, Bergson²⁰, etc., como preferem outros. Para tanto é necessário afirmar que Gramsci parte de questões/problemas seus para enfrentar os problemas colocados à sua reflexão pelos campos políticos e ideológicos (contraditórios) do seu tempo (Dias, 2000: 14).

Norberto Bobbio, por sua vez, defende que a originalidade de Gramsci (inclusive no que o distingue de Marx) representa a sua maior contribuição ao conjunto do marxismo. Nesse sentido, não importa se Gramsci era leninista ou não, como será visto em algumas das observações em que Bobbio localiza Gramsci fora do campo marxista, tudo em nome da preservação do que existe de original no materialismo histórico do teórico italiano.

Para Bobbio, “lendo Gramsci, dávamo-nos conta de que era muito mais importante aquilo que ele dizia do que como dizia (isto é, com qual método), como

19. Sobre a verdade, Gramsci, em polêmica com Benedetto Croce, desenvolve um pensamento interessante: “Quando, por razões ‘políticas’, práticas, para tornar um grupo social independente da hegemonia de um outro grupo, fala-se de ‘ilusão’, como é possível – de boa fé – confundir uma linguagem polêmica com um princípio gnoseológico? Ao contrário, a filosofia da práxis pretende justificar a historicidade das filosofias, não mediante princípios gerais, mas através da história concreta; esta historicidade é dialética, já que dá lugar a lutas de sistemas, a lutas entre maneiras de ver a realidade, e seria estranho que alguém convicto da própria filosofia, considerasse como concretas e não-ilusórias as crenças adversárias (e se trata disso, pois, de outro modo, os filósofos da práxis deveriam considerar como ilusórias as suas próprias concepções ou, então, serem céticos agnósticos)” (Gramsci, 1995: 261-2).

20. Alguns autores, como Bobbio e Edmundo Dias, fazem a defesa que Gramsci buscou boa parte das suas referências nesses autores italianos: “No campo da ciência política, destacavam-se os Elementos de ciência política de Gaetano Mosca. Não obstante as severas críticas a que havia submetido não tanto o regime parlamentar quanto a sua degeneração, o parlamentarismo, Mosca continuava a ver no sistema representativo o mal menor contra as três possíveis tiranias da época: a ditadura do proletariado, o retorno ao Estado absoluto e o corporativismo. Mas, do seu ensinamento, a lição que havia obtido o maior número de discípulos era a lição realista e pessimista (que convidava ao pessimismo) da perpetuidade das elites no poder, com a conseqüente refutação do falso ideal da soberania popular. Robert Michels dela extrairia até mesmo uma lei, a famosa lei férrea das oligarquias, que forneceria aos detratores da democracia um argumento finalmente científico ou considerado como tal” (Bobbio, 1999: 88).

também sob qual 'etiqueta' dever-se-ia colocá-lo" (Bobbio, 1999: 113). A análise de Bobbio nos coloca uma questão fundamental: não é possível "etiquetar" Gramsci de forma dogmática²¹, contudo, faz-se uma ressalva: o método é fundamental para que não se desnature o marxismo presente na teoria do autor sardo. Gramsci é marxista²² e o método dialético é fundamental na sua obra e na forma "como dizia" as coisas.

Ao analisar, por exemplo, o conceito de sociedade civil, Bobbio diz que este "pretende-se derivado do de Hegel". Onde:

a sociedade civil que Gramsci tem em mente, quando se refere a Hegel, não é a do momento inicial, na qual explodem as contradições que o Estado irá dominar, mas a do momento final em que, através da organização e da regulamentação dos diversos interesses (as corporações), são postas as bases para a passagem ao Estado (Bobbio, 1982: 36).

Bobbio faz essa referência da derivação hegeliana do conceito de sociedade civil em Gramsci, pois considera que "a sociedade civil compreende não mais 'todo o conjunto das relações materiais', mas sim todo o conjunto das relações ideológico-culturais; não mais 'todo o conjunto da vida comercial e industrial', mas todo o conjunto da vida espiritual e intelectual" (Idem: 33). Ou seja, Bobbio discute o conceito de sociedade civil com base numa interpretação equivocada da teoria marxiana.

Semeraro insiste na leitura polêmica de Bobbio sobre o conceito de sociedade civil. Semeraro, analisando o discurso de Bobbio, esclarece a posição do autor social-liberal:

Se para Marx a sociedade civil, com seu conjunto da vida comercial e industrial, "é o teatro de toda história", para Gramsci é a

21. Bobbio completa o pensamento: "Em segundo lugar, era um marxismo não-escolástico, não-dogmático e não-exegético: não-escolástico porque não repetia fórmulas mas estudava problemas reais, ainda que à luz daquilo que havia apreendido de Marx, de Engels e de Lênin: não-dogmático porque não acreditava que pudesse resolver os problemas reais citando Marx, mas estudando a história e levando em grande conta aquilo que haviam dito autores diferentes de Marx, e não-marxistas (como de resto havia feito Marx, com a diferença de que Marx, para fazer a crítica da economia política, havia estudado os clássicos da economia, e Gramsci, para fazer a crítica da política, estudou o clássico da política por excelência, Maquiavel); não-exegético porque, nas raras vezes em que introduz no seu discurso uma citação de Marx ou de Lênin, não está torturado pelo falso problema da interpretação genuína de Marx, que atormenta tantos marxólogos de hoje, como se o marxismo fosse uma idéia platônica e não um produto histórico, e como se somente aquele que correspondesse à idéia fosse o 'verdadeiro' Marx, que apenas alguns poucos videntes estão em condições de ver" (Bobbio, 1999: 113).

22 . O que não significa negar a originalidade do pensamento de Gramsci frente ao legado de Karl Marx.

vida intelectual e espiritual, com seu conjunto de relações ideológicas e culturais, o que mais conta. Pois, enquanto em Marx a estrutura é o momento primário e subordinante e a superestrutura é o momento secundário e subordinado, em Gramsci acontece o contrário (Semeraro, 1999: 181).

Além disso, Semeraro nos diz que Bobbio se apropria do conceito gramsciano de “catarse” para “demonstrar como os elementos superestruturais e o papel da consciência desempenham uma função determinante no sistema teórico de Gramsci, sintetizando numa série de antíteses” (Ibidem). Essas antíteses são: momento econômico-momento ético-político, necessidade-liberdade, objetivo-subjetivo, força-consenso. Bobbio busca a antítese entre sociedade civil e Estado para dar ênfase ao primeiro termo.

Contudo, na visão de Nelson Coutinho, Norberto Bobbio comete um equívoco que compromete sua análise do marxismo de Gramsci:

Bobbio chega a uma falsa conclusão: como em Marx a sociedade civil (a base econômica) era o fator ontologicamente primário na explicação da história, Bobbio parece supor que a alteração efetuada por Gramsci o leve a retirar da infra-estrutura essa centralidade ontológico-genética, explicativa, para atribuí-la a um elemento da superestrutura, precisamente à sociedade civil (Coutinho, 2003a: 122).

Portanto, ao desconsiderar que Marx relacionava dialeticamente estrutura e superestrutura, Bobbio concebeu o conceito de sociedade civil em Gramsci como derivado do de Hegel. Como a sociedade civil é um conceito central no pensamento do autor italiano, essa interpretação de Bobbio “revela, em essência, um Gramsci idealista, em oposição à interpretação materialista da história desenvolvida por Marx” (Acanda, 2006: 188).

Semeraro, demonstrando boa vontade com a interpretação de Bobbio, assevera que o autor liberal italiano destacava “a novidade do pensamento gramsciano também em relação a Lênin”, pois, segundo Bobbio, “a hegemonia para Gramsci vai além do recinto do partido e da política tradicional e se estende aos diversos espaços da sociedade” (Semeraro, 1999: 182-3). Entretanto, Semeraro cai em contradição e critica Bobbio por não ter percebido as diferenças entre Hegel e Gramsci e as similitudes deste com Marx, fazendo o leitor ser induzido a “crer que a verdadeira fonte de Gramsci é a Filosofia do Direito de Hegel, e não a Crítica da Economia de Marx” (Idem: 184).

Para Semeraro, ao apresentar Gramsci como o teórico da sociedade civil, das superestruturas, e Marx o teórico da economia, da estrutura, ficava mais fácil “fazer dele [Gramsci] um pensador distinto e oposto em relação aos ‘clássicos’ e à tradição marxista” (Idem: 185). Nesse sentido, no que tange a visão de Bobbio sobre o marxismo de Gramsci, Semeraro concorda contraditoriamente, portanto, com Coutinho, Vacca, Losurdo e outros comentadores gramscianos.

Mas como podemos encaixar a tentativa de Bobbio de deslocar Gramsci do marxismo no espectro da política e da intelectualidade italiana das décadas de 70, 80 e 90? Segundo Vacca, após uma contínua campanha ideológica de tentar comprovar a “inexistência de uma teoria marxista do Estado (...), desferiu-se um golpe contra a teoria gramsciana da hegemonia” (Vacca, 1996: 117). O objetivo era o mesmo de sempre: “negar ao movimento operário a legitimidade de força de governo” (Ibidem).

Em 1977, segundo Vacca, a tese dos críticos de Gramsci era afirmar que o conceito de hegemonia era incompatível com o de pluralismo e de democracia, sendo conceitos antitéticos. Esse argumento servia de instrumento panfletário contra a esquerda eleitoral da Itália e a intelectualidade que afirmava a profunda relação de Gramsci com a democracia. Esses críticos do conceito de hegemonia o apresentavam como uma “adaptação da ‘ditadura do proletariado’ (na forma afirmada na Rússia com a Revolução de Outubro) às condições da Europa Ocidental” (Idem: 118).

Além disso, Bobbio e um grupo de intelectuais liberais defenderam que o “tema da ‘extinção do Estado’”, na obra de Gramsci, “tem um papel marginal” e “uma função utópica”. Ao contrário, Vacca acredita que “constitui uma idéia reguladora, operada como um critério programático” (Idem: 122). E nem se pode afirmar que a extinção do Estado seja uma posição de hostilidade à idéia de democracia e predomínio da sociedade civil sobre a sociedade política (a tese da “reabsorção” de Gramsci):

Gramsci não é um crítico da democracia política, mas de seus limites: dos vínculos e das deformações que ela sofre nas condições históricas dadas. Não se pode dizer, por outro lado, que de modo semelhante ao do movimento comunista (e de boa parte do socialismo europeu dos anos 1930), ele ponha em antítese democracia e capitalismo (Idem: 124).

No que tange a democracia, Vacca busca responder aos intelectuais liberais, principalmente Bobbio, afirmando que “para os ‘novos agrupamentos progressivos’, ela é um modelo de organização política do Estado e da sociedade a ser integrado e reformado, não certamente a ser destruído” (Idem: 124-5). E Gramsci parte desse reformismo radical para ampliar a democracia a toda formação social, dissolvendo o Estado em relações de autogestão entre os homens. Gramsci, portanto, é muito mais democrata do que qualquer liberal sincero.

Continua-se no estudo de Bobbio para facilitar o esclarecimento de dois extremos em que não é possível incorrer-se ao discutirmos as contribuições de Gramsci para o campo da ciência política e do marxismo: de um lado, não se pode asfixiar o pensamento de Gramsci através de rotulações estereis, negando as inovações que introduziu no pensamento marxista; no outro extremo, não é correto esquecer a importância que o autor sardo dava ao método dialético, ao conceito de formação sócio-econômica, de ideologia²³ e ao partido revolucionário.

Gramsci era comunista, fundou o PCI e, como tal, desejava a revolução e o fim do capitalismo. Mudavam, evidentemente, as táticas e as análises sobre a situação nacional, que, no caso de Lênin, era a conjuntura russa; no de Gramsci, a italiana. Obviamente, não havia interesse na escola liberal em reconhecer que um dos maiores pensadores italianos do século XX, o sardo mais lembrado em estudos de ciência política, era marxista e fundador de um partido comunista.

Além de Bobbio, outra rotulação polêmica da obra de Gramsci foi promovida por Perry Anderson. O autor inglês enquadrou Gramsci no chamado Marxismo Ocidental, figurando na terceira geração de marxistas. É interessante como Anderson divide as gerações de materialistas dialéticos de acordo com os períodos históricos, sendo que cada geração está internamente subdividida:

1) A Primeira Geração: a) começa, obviamente, com Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895); b) na seqüência, alguns contemporâneos dos fundadores do marxismo, estão Labriola (1843-1904), Mehring (1846-1919), Kautsky (1854-1938) e Plekhanov (1856-1918); c) mais distantes, Lênin (1870-1923), Rosa Luxemburgo (1871-1919), Hilferding (1877-1941) e Trotsky (1879-1940); d) encerrando esse ciclo,

23. O autor sardo diz o seguinte sobre a ideologia: “Para a filosofia da práxis, as ideologias não são de modo algum arbitrárias; elas são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e denunciados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade, etc., mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da inversão da práxis” (Gramsci, 1995: 269-270).

estão Bauer (1881-1938), Preobrajenski (1886-1937) e Bukhárin (1888-1938);

2) A Segunda Geração (que Anderson chama de Marxismo Ocidental): a) primeira onda, ainda sob a influência das revoluções recentes, mas tendendo cada vez mais para as academias e rodas intelectuais: Lukács (1885-1971), Korsch (1886-1971), Gramsci (1891-1937), Benjamin (1892-1940), Horkheimer (1895-1973), Della Volpe (1897-1968) e Marcuse (1898-1979); b) a segunda onda, afastada do movimento operário e desempenhando papel exclusivamente teórico: Lefebvre (1901-1991), Adorno (1903-1969), Sartre (1905-1980), Goldmann (1913-1970) e Althusser (1918-1990); c) por fim, o mais recente do Marxismo Ocidental foi Colletti (1924-2001).

Para Anderson, o que caracteriza o Marxismo Ocidental é que “em primeiro lugar, houve uma predominância do trabalho epistemológico, focado essencialmente nos problemas do método. Em segundo, o principal campo substantivo em que o método foi efetivamente aplicado passou a ser a estética -, ou, em sentido mais amplo, superestruturas culturais” (Anderson, 2004: 113). Além disso, os marxistas ocidentais desenvolveram uma imensa variedade de temas desconsiderados pelo marxismo da primeira geração, como linguagem, educação, sexualidade (erotismo, como é o caso de Marcuse), entre outros. Anderson também atribuiu aos marxistas ocidentais um “consistente pessimismo”:

O método como impotência, a arte como consolação, o pessimismo como imobilidade: não é difícil identificar elementos de tudo isso na configuração do marxismo ocidental, pois o determinante radical na formação desta tradição foi a derrota – as longas décadas de estagnação e reveses, muitos destes terríveis sob qualquer perspectiva histórica, pelas quais passou a classe operária do Ocidente depois de 1920 (Ibidem).

Contudo, Anderson adverte que, “apesar de tudo, seus principais pensadores permaneceram imunes ao reformismo” e, considerando, para o autor inglês, toda a “distância que os separava das massas, nenhum deles capitulou diante do capitalismo triunfante como o fizeram antes deles alguns teóricos da Segunda Internacional, como Kautsky” (Ibidem). Nesse quadro, mesmo com algumas pequenas ressalvas, está incluso o prisioneiro Gramsci.

A reação ao polêmico texto de Anderson apareceu em vários autores. Giuseppe Vacca alerta que mesmo o tratamento teórico dado por Gramsci aos termos ocidente e oriente não autoriza encaixá-lo nessa classificação: “O nexos entre

os dois pares conceituais guerra manobrada/guerra de posição e Oriente/Ocidente não permite incluir Gramsci na família do 'marxismo ocidental'. Em sua reflexão, Oriente e Ocidente são categorias morfológicas e não geopolíticas" (Vacca, 1996: 138), o que significa dizer que Oriente não é sinônimo de guerra de movimento, assim como Ocidente (o pano de fundo do estudo gramsciano) não é similar a guerra de posição.

Domenico Losurdo dedicou mais atenção ao Marxismo Ocidental de Anderson. Para este autor a tese do pensador inglês é "bastante discutível", pois sugere uma "aproximação que não poucas vezes é feita entre Gramsci de um lado e Bloch e Lukács (e, às vezes, o assim chamado 'marxismo ocidental' em seu conjunto) de outro" (Losurdo, 2006: 198). Apesar da ressalva, Losurdo considera que:

há um inegável traço comum: a recusa da análise positivista do materialismo histórico. Estimulados à militância comunista pelo horror à guerra, pelo sentimento de libertação e pelas esperanças suscitadas pelo Outubro, por uma revolução desencadeada em circunstâncias e com modalidade que levaram os "ortodoxos" do marxismo vulgar a gritar ao escândalo ou a balançar a cabeça, os autores aqui confrontados sublinhavam, mesmo com acentos diferentes, o momento da subjetividade, da consciência e da práxis (Ibidem).

Apesar dos traços históricos apontados acima, comuns a maioria dos marxistas daquela época, quais motivos políticos e teóricos permitiriam agrupar autores tão diferentes? Losurdo responde afirmando que "a aproximação dos autores visa a construir a categoria de 'marxismo ocidental', contraposto ao 'oriental' e, sobretudo, à concreta experiência histórica desenvolvida depois da Revolução de Outubro" (Idem: 204). Uma opção que, segundo Losurdo, oculta arbitrariamente as diferentes formas de assimilação do marxismo por cada um dos autores agrupados por Anderson.

Outra comprovação de que não pode pôr Gramsci ao lado de Adorno, Horkheimer, Marcuse (Escola de Frankfurt), está na escolha dos temas centrais. Nos primeiros, sobressaem os temas estéticos, midiáticos, culturais, pedagógicos, entre outros, não se preocupando com as grandes questões nacionais, do Estado e da política. Por outro lado, "Gramsci e ainda mais Lênin, se inclinam a celebrar em Napoleão o protagonista de uma espécie de exportação da revolução e a condenar as guerras de libertação nacional antinapoleônicas [antiburguesas]" (Idem: 232-3).

Continuar a fazer valer a dicotomia marxismo ocidental/marxismo oriental significaria, aos olhos de Gramsci, continuar a suportar a hegemonia das classes dominantes no Ocidente; é difícil imaginar uma incompreensão ou distorção mais radical do que a que pretende transformar o próprio autor dos Cadernos do Cárcere em um representante, e mesmo o representante mais eminente, de um suposto marxismo ocidental (Idem: 276).

Buci-Glucksmann, por sua vez, critica a inclusão de Gramsci no Marxismo Ocidental, pois tal “aproximação, sem ser inteiramente falsa, não deixa de produzir uma leitura idealista ou reformista de Gramsci, separando-o de Lênin e encerrando-o em uma crítica do materialismo em nome exclusivamente da práxis” (Buci-Glucksmann, 1980: 264).

Enquanto muitos autores ocidentais se desiludiram com a vida política ou se transformaram em “ilustres militantes” do movimento comunista na Europa (o caso de Sartre, Althusser, Lefebvre, entre outros), Gramsci foi preso pela repressão, isolado por seus camaradas e faleceu rompido com o PCI. Entretanto, em momento algum Gramsci abandonou a via da revolução socialista ou da luta de massas, sua crítica era contra as táticas equivocadas da direção do PCI e não contra o partido, defendendo teoricamente a necessidade de sua existência.

Gramsci foi impedido de continuar dirigindo (com vinha fazendo desde 1922) o partido comunista, isso sem mencionar que tentou, da prisão, influenciar os debates sobre a “virada” de 1929. Por isso, com base na história e não em análises conceituais, não podemos compará-lo com as “estrelas” do marxismo alemão, francês e inglês das décadas de 60 e 70, muito mais interessados em serem a “consciência” do que o corpo do movimento comunista.

O presente capítulo não tem a pretensão de esgotar a multiplicidade de opiniões sobre Gramsci. Existem infinidades de novas e inéditas publicações sobre Gramsci sendo lançadas todos os anos. As contribuições do autor sardo estão cada vez mais vastas e se está descobrindo os usos que pode-se fazer dos seus conceitos. O desafio é definir um lugar para Gramsci no debate ambiental e como instrumento teórico para uma melhor compreensão da Educação Ambiental.

IV - O MARXISMO GRAMSCIANO

1. O HISTORICISMO ABSOLUTO

Para Gramsci, o marxismo foi além do pensamento idealista hegeliano²⁴, “é o coroamento de todo este movimento de reforma intelectual e moral, dialetizado no contraste entre cultura popular e alta cultura” (Acanda, 2006: 106), em outras palavras, o marxismo seria a filosofia que historiciza a sua própria existência e que não concebe a história humana como realização de uma predestinação divina, concepção típica do fatalismo.

Gramsci, fiel ao historicismo marxiano, aponta a filosofia da práxis como o “resultado de toda a história precedente. Da crítica ao hegelianismo, nascem o idealismo moderno e a filosofia da práxis. O imanentismo hegeliano torna-se historicismo; mas só é historicismo absoluto com a filosofia da práxis” (Idem: 127). Dessa forma não é possível imaginar que Gramsci não compreenderia o significado de apropriar-se do hegelianismo puro, sem o crivo da crítica filosófica, como defende Norberto Bobbio.

Gramsci questionou a apropriação monolítica e antidialética dos conceitos e análises marxianas pelos pensadores mecanicistas, principalmente aqueles envolvidos na crítica à Revolução Russa. É o que nos comprova Macciocchi ao destacar a polêmica gerada ao redor do artigo de Gramsci, “Revolução contra O Capital” (24 de dezembro de 1917, jornal “*Avanti!*”): “é sua maneira própria, qualificada pelos burocratas ortodoxos como não marxista, de ler O Capital levando em conta o fato de que a revolução explodiu num mundo semi-industrializado como a Rússia, e não num país capitalista desenvolvido, submetido às leis estudadas por Marx” (Macciocchi, 1980: 52). No referido artigo de juventude (por isso exige critério em sua utilização), Gramsci, em linguagem polêmica, assevera:

24 . Para Gramsci, essas teorias (sistemas) possuem uma função hegemônica fundamental: “Estes sistemas influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes, como elemento de subordinação a uma hegemonia exterior, que limita o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa, sem influir positivamente sobre elas, como fermento vital de transformação íntima do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, com relação ao mundo e à vida” (Gramsci, 1995: 144). Gramsci considera que o marxismo nasce justamente para romper com a concepção negativa da filosofia, que somente intervém nas classes subalternas como elemento coercivo - sem elevá-las à condições intelectuais e culturais superiores (travando combate contra o conservadorismo e a desagregação intelectual do senso comum).

Ela [Revolução Russa] é a revolução contra “O Capital” de Karl Marx. O Capital de Marx era, na Rússia, o livro dos burgueses, mais do que dos proletários. Era a demonstração crítica da fatal necessidade de que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização de tipo ocidental, antes que o proletariado pudesse sequer pensar em sua desforra, em suas reivindicações de classe, em sua revolução. Os fatos superaram as ideologias. Os fatos fizeram explodir os esquemas críticos dentro dos quais a história da Rússia deveria se desenvolver segundo os cânones do materialismo histórico. Os bolcheviques renegam Karl Marx: afirmam – e com o testemunho da ação explicitada, das conquistas realizadas – que os cânones do materialismo histórico não são tão férreos como poderia se pensar e se pensou (Gramsci, 2004a: 126).

Contudo, Gramsci não se importava com as críticas que o acusavam de idealista, pois acreditava que o marxismo seria o instrumento para a construção de uma nova filosofia (nova hegemonia), o que exigiria, portanto, “liberá-lo de suas escórias positivistas, de todos os seus elementos herdados das diferentes tradições culturais nas quais ele se desenvolveu, sob uma forma nacional ou mesmo internacional” (Buci-Glucksmann, 1980: 417).

Para Leandro Konder, Gramsci “desenvolveu uma interpretação bastante original da filosofia de Marx. Para ele, a perspectiva do pensador alemão era a de um ‘historicismo absoluto’” (Konder, 2002: 102). Konder afirma também que a perspectiva revolucionária de Gramsci:

o incitava a tentar contribuir para a criação de organizações capazes de atuar num sentido político-pedagógico, capazes de ajudar a população a tornar mais críticas suas maiores atividades já existentes. Sua intenção era a de mobilizar o maior número possível de pessoas para a realização de um programa que resultasse em aumento da liberdade e em diminuição da coerção na sociedade (Idem: 110).

Buci-Glucksmann asserta que o autor sardo pensava o “materialismo histórico como ciência da política, porque ciência de um Estado integral” (Buci-Glucksmann, 1980: 428). A posição de Gramsci elimina qualquer possibilidade de “sociologismo” e a “redução do marxismo a uma simples teoria crítica” (Ibidem). A intenção de Gramsci era revolucionar a filosofia e não somente apresentar mais uma tendência no espectro político-teórico. Novamente é preciso lembrar a 11ª Tese sobre Feuerbach: “os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do

que se trata é de transformá-lo” (Marx, 1998: 103).

Jorge Luís Acanda, por sua vez, escreve no prefácio do livro “Sociedade civil e Hegemonia”, que o “caráter dialético da concepção de Gramsci sobre os processos que ocorrem na sociedade faz a herança deste autor ser tão mal interpretada. (...) Gramsci não concebia os fenômenos sociais como coisas, e sim como sistemas de relações” (Acanda, 2006: 11-2). Acanda demonstra como os conceitos de Gramsci (hegemonia e sociedade civil) circularam pelos diversos movimentos sociais e países, inclusive Cuba, e aponta as várias interpretações “sofridas” por esse autor.

O marxismo de Gramsci se explicita quando passa-se a discutir as análises que o autor desenvolveu sobre as histórias da Itália e da Europa. Nesses momentos, o historicismo e o método dialético de Gramsci se mostram em plena forma, capazes de entrelaçar os acontecimentos mais complexos.

Gramsci soube relacionar com maestria as histórias da Europa e do povo italiano. Analisou os processos históricos nacionais não apenas como fatos isolados, mas como releituras e interpretações italianas da conjuntura europeia. Localizou no tempo, no espaço e no plano das idéias, os períodos da história italiana: o Império Romano, o fortalecimento do Papado, o Renascimento cultural, a Reforma Protestante (e a Contra-Reforma) e o longo processo do *Risorgimento*²⁵ (unificação italiana).

É, por exemplo, “no contexto da história italiana, da formação tardia do Estado, do processo de concentração capitalista em meio à guerra” (Schlesener, 2002: 43) que Gramsci vai construir os conceitos de hegemonia e de cultura. Nos Cadernos, o autor sardo dedica várias notas para analisar os principais literatos italianos e europeus, assim como o contexto histórico em que viviam.

A literatura, aliás, tem papel fundamental no estudo de Gramsci sobre a formação do Estado italiano, e nesse sentido o conceito de História é fundamental para compreendermos as relações que Gramsci estabeleceu entre as conjunturas nacional e internacional. Para Gramsci a história não é apenas a atuação dos líderes “mas também a ineliminável possibilidade da intervenção ativa e consciente dos de

25 .Segundo Coutinho "o movimento de unificação nacional, o *Risorgimento*, realizado em meados do século XIX, foi dirigido pela burguesia liberal moderada, em aliança com os grandes setores latifundiários e sob a égide da monarquia piemontesa. Isso fez dele o que Gramsci costumava chamar de 'revolução passiva' (...), quer dizer, um processo de transformação que exclui a participação no novo bloco de poder das forças democráticas e populares, das forças interessadas na completa erradicação dos restos feudais" (Coutinho, 2003a: 66).

baixo. Fortalecer essa intervenção era a meta, o ideal do pensador italiano” (Konder, 2002: 110). Ou seja: "Toda problemática gramsciana, está centrada na história como intervenção da vontade, como criação humana, se opõe à percepção da história como ciência natural, possuidora de uma fria objetividade" (Dias, 2000: 111).

Gramsci se coloca em oposição à concepção de história dos intelectuais positivistas-evolucionistas do PSI: "Contra o determinismo economicista dos socialistas reformistas, ele vai afirmar a história como campo de possibilidades mais do que de certezas" (Ibidem). E no campo das possibilidades imprevisíveis e não das certezas inquestionáveis é que Gramsci vai resgatar o materialismo dialético-histórico de Marx e Engels.

A relação de interdependência entre o contexto nacional e o internacional é, portanto, um dos elementos fundantes do marxismo de Gramsci. O teórico percebe que refletir dialeticamente sobre os processos históricos europeus ajuda a compreender a própria história nacional. A dialética se constitui, na percepção de Gramsci, justamente pela interpenetração dos contrários, onde cada parte está relacionada com o todo e o todo com cada parte. A leitura que Gramsci faz da questão nacional é dialética:

A relação “nacional” é o resultado de uma combinação “original” (em certo sentido), que deve ser compreendida e concebida nesta originalidade e unicidade se se quer dominá-la e dirigi-la. Por certo, o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é “nacional”, e é deste ponto de partida que se deve partir. Mas a perspectiva é internacional e não pode deixar de ser. É preciso, portanto, estudar exatamente a combinação de forças nacionais que a classe internacional deverá dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e as diretrizes internacionais (Gramsci, 2002a: 314).

A necessidade de relacionar contextos nacional e internacional se intensifica pelas pressões políticas das primeiras décadas do século XX, quando o clima de tensionamento militar joga as nações em duas guerras devastadoras. Para problematizar a situação italiana, Gramsci precisa refletir sobre o fascismo na Europa e o fortalecimento dos Estados Unidos como nova potência econômica (Americanismo²⁶) - suplantando a antiga metrópole, Inglaterra; e também sobre o

26 . Conceito de Americanismo para Gramsci: "A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do livre-cambismo ou da efetiva

surgimento da União Soviética.

O militante sardo dedica longa reflexão sobre o Americanismo e o Fordismo nos Cadernos do Cárcere. As transformações que o capitalismo estadunidense estava provocando na vida dos trabalhadores (divisão do trabalho e intensificação do ritmo na produção) tinham fortes conseqüências morais, psíquicas e culturais. O que, na visão de Gramsci, afetaria o modo de vida no mundo inteiro. Os acontecimentos das décadas de 20 e 30, circunscritos no território estadunidense, influenciaram o atual modo de produção e transformaram os Estados Unidos no centro do mundo capitalista. O que demonstra que Gramsci estava correto em suas previsões sobre a pujança do americanismo.

O Americanismo é o exemplo do qual se serve Gramsci para consolidar sua argumentação dialética sobre a interdependência existente entre economia, moral, cultura, Estado, intelectuais e massa trabalhadora. Para homens como Henry Ford²⁷, não bastava revolucionar as linhas de produção em suas indústrias, era necessário "formar" operários adaptados a situações de trabalho adversas e estimular o consumismo na sociedade. De certa forma, o desenvolvimento do cinema, do rádio e da televisão completou o processo de massificação e alienação do indivíduo pretendido por Ford.

No plano nacional, Gramsci identificou as principais forças sociais que atuaram no *Risorgimento* e caracterizou suas ações e o seu discurso. Nessa leitura dos processos nacionais reforçou a construção das suas principais categorias:

Boa parte das categorias gerais que Gramsci vai elaborando, e que constituem a trama de uma verdadeira teoria da política, foi construída a partir dos casos e das vicissitudes da história italiana. Quem quer que tenha alguma familiaridade com os seus escritos sabe qual a importância que neles teve a reflexão sobre a história do Renascimento para o estudo do problema dos intelectuais, ou a reflexão sobre o *Risorgimento* para a definição do conceito de bloco histórico e de hegemonia, ou a reflexão sobre a história do movimento operário italiano para a formulação da distinção entre o momento econômico-corporativo e o momento ético-político, ou ainda a reflexão sobre o advento do fascismo para a formulação da distinção entre guerra de movimento e guerra de posição (Bobbio, 1999: 115).

liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como 'sociedade civil', através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio" (Gramsci, 2001: 259).

27 . Henry Ford (1863 – 1947), industrial estadunidense, responsável pela implantação da linha de produção no fabrico de automóveis e pela reorganização da produção sob novas bases tecnológicas.

A análise do *Risorgimento* possibilitou criticar o fato de as lideranças desse movimento não terem aproveitado as revoltas de 1848-49 para dar um caráter nacional-popular para o movimento. Na opinião de Gramsci, as lideranças teriam sido conservadoras ao não estimularem um papel ativo por parte do povo: "para construir história duradoura, não bastam os 'melhores', são necessárias as energias nacional-populares mais amplas e numerosas" (Gramsci, 2002b: 52). Segundo Dias, "a burguesia italiana unificou o país, mas apenas como território. A unidade política só poderia ter sido realizada, de fato, a partir de um programa que 'aproximasse' as classes" (Dias, 2000: 140).

A crítica sobre a falta do sujeito popular é um dos exemplos claros da leitura dialética que o teórico sardo faz da realidade. A lei dialética da quantidade que se transforma em qualidade se aplica com eficiência no exemplo do renascimento da Itália como nação. Qualidade que, se não garante avanços imediatos nas condições de vida, pelo menos possibilitaria que novos atores sociais aparecessem na cena, principalmente os trabalhadores.

2. CONCEPÇÃO GRAMSCIANA DA DIALÉTICA

O autor sardo buscava superar²⁸ os principais expoentes do idealismo italiano e empreendeu campanha contra a lógica formal e o materialismo vulgar (mecanicista, evolucionista e fatalista)²⁹. Ao criticar a sociologia de Bukhárin³⁰, Gramsci apontava a diferença principal entre a dialética e o materialismo evolucionista:

A sociologia é uma tentativa de extrair experimentalmente as leis de evolução da sociedade humana, de maneira a “prever” o futuro com a mesma certeza com que se prevê que de uma semente nascerá uma árvore. O evolucionismo vulgar está na base da sociologia, que não pode conhecer o princípio dialético da passagem da quantidade à qualidade, passagem que perturba toda lei de

28 . Superação no sentido que estamos adotando nesse texto: assimilação e reelaboração.

29 . Conforme definição do próprio Antonio Gramsci.

30 . Nikolai Ivanovich Bukhárin (1888 – 1938), revolucionário russo, executado por ordens de Stálin.

uniformidade entendida em sentido vulgarmente evolucionista (Gramsci, 1995: 151).

Este é outro fundamento do pensamento marxista de Gramsci: busca desarticular o mecanicismo que se sustenta na lógica formal, para reafirmar a importância do método dialético e do historicismo para o materialismo histórico:

[Bukhárin] continua a considerar que a filosofia da práxis esteja dividida em duas: a doutrina da história e da política e a filosofia, que ele diz ser o materialismo dialético, não mais o velho materialismo filosófico. Colocada assim a questão, não mais se compreende a importância e o significado da dialética, que, de doutrina do conhecimento e substância medular da historiografia e da ciência política, é degradada a uma subespécie de lógica formal, a uma escolástica elementar (Idem: 159).

A dialética tem função essencial na obra gramsciana. Ao evidenciar as forças sociais em contradição nos fatos históricos que analisa, seus projetos e visões de mundo, Gramsci se afasta do causalismo:

A filosofia do Ensaio Popular [Bukhárin] pode ser chamada de um aristotelismo positivista, uma adaptação da lógica formal aos métodos das ciências físicas e naturais. As leis da causalidade, a pesquisa da regularidade, da normalidade, da uniformidade, substituem a dialética histórica (Idem: 161).

Como fez com outros adversários, Gramsci destrincha o livro "Ensaio Popular" com rigor teórico:

Gramsci recusa sim, de modo enfático, a redução da economia às relações técnicas de produção, uma redução feita, entre outros, por Bukhárin e Achille Loria, que precisamente por isso são duramente criticados nos Cadernos. A estrutura econômica não é, para Gramsci, a simples esfera da produção de objetos materiais, de coisas, mas é o modo pelo qual os homens estabelecem seu "metabolismo" com a natureza e produzem e reproduzem não só estes objetos materiais, mas sobretudo suas próprias relações sociais globais (Coutinho, 2003b: 76).

Para o marxista italiano nada descaracterizava mais o legado de Marx do que o abandono do método dialético e sua substituição por qualquer filosofia liberal, como o kantismo. Para ele a dialética era o princípio fundamental do movimento histórico, das mudanças sociais, e não apenas mais uma metodologia. Essa

polêmica contra Bukhárin denota o conceito de dialética em Gramsci:

Na história real, a antítese tende a destruir a tese, a síntese será uma superação, mas sem que se possa estabelecer a priori o que será “conservado” da tese na antítese, sem que se possa “medir” a priori os golpes como em um *ring* convencionalmente regulado. Que isto ocorra de fato, ademais, é uma questão de “política” imediata, já que – na história real – o processo dialético se fragmenta em momentos parciais inumeráveis; o erro consiste em elevar a momento metodológico o que é pura imediaticidade, elevando, precisamente, a filosofia o que não é senão ideologia (Gramsci, 1995: 216).

A compreensão de Gramsci sobre a dialética nos oferece alguns elementos importantes. Ao afirmar que tese e antítese lançam mão de todas as armas na “luta” que travam, denota a impossibilidade da conciliação entre os contrários. Se fosse possível tal conciliação, a segunda afirmação de Gramsci também seria falsa: para o autor sardo é impossível medir ou prever o que será conservado e superado da tese e da antítese na síntese. Os dois princípios fortalecem a necessidade da relação entre teoria e prática na pesquisa científica.

Os Cadernos do Cárcere, que começaram a ser escritos (1929) logo após a sua prisão em 1926, representam exatamente o esforço colossal de entender o século XX através do método dialético e dos fundamentos do marxismo e nesse processo, Gramsci modificou o próprio marxismo, desenvolveu reflexões que até então não haviam ocupado as atenções dos demais comunistas. O teórico dedicou sua reflexão a produção cultural, literária e teatral italianas – temas que ocupavam posição marginal na tradição marxista. Gramsci cita Engels para ilustrar seu pensamento:

Deve-se recordar (...) a afirmação de Engels de que a economia só em “última análise” é o motor da história (nas duas cartas sobre a filosofia da práxis, publicadas também em italiano), que deve ser diretamente conectada ao trecho do prefácio à Crítica da economia política, onde se diz que os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias (Gramsci, 2002a: 49-50).

Gramsci compreendeu que o movimento das classes sociais é algo complexo e fundamental para a manutenção ou reforma/revolução do *status quo* e também essencial para as transformações nas relações de produção. A

possibilidade de solução para os problemas sociais não está somente no Estado (não virá de cima para baixo) ou na estrutura (que não se revoluciona automaticamente ou por decreto), mas se encontra na sociedade civil.

Nesse sentido, voltamos às duas noções gramscianas sobre a dialética: não se pode calcular as transformações na estrutura e no Estado, provocadas pelas lutas entre as classes sociais; só o estudo da sociedade civil e das mudanças políticas podem revelar as conseqüências possíveis e prováveis³¹ das lutas sociais.

Na sociedade civil é onde se desenvolve a atividade criativa e criadora dos seres humanos e onde as alianças políticas entre as classes e grupos sociais são constituídas pelas lideranças e grupos de intelectuais orgânicos. Na sociedade civil é que residem sindicatos de trabalhadores e patronais, Igrejas, ideologias, escolas, intelectuais individuais, partidos políticos, meios de comunicação. Ao caracterizar o Estado e a sociedade civil, Gramsci os distingue e os conceitua:

É preciso distinguir a sociedade civil tal como é usada nestas notas (isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado) do sentido que lhe dão os católicos, para os quais a sociedade civil, ao contrário, é a sociedade política ou o Estado, em oposição à sociedade familiar e à Igreja (Idem: 225).

Ao dar destaque ao elemento criativo e dinâmico do bloco histórico ou da formação social, Gramsci fortalece politicamente as forças sociais que lutam por uma sociedade mais justa. Fixando-se nos elementos positivos e ativos da relação entre sociedade civil, Estado e estrutura, Gramsci dinamiza a concepção marxista da história que, na sua visão, passa a ser construída politicamente pelos homens e mulheres organizados.

Quando, por exemplo, os trabalhadores se reúnem em partidos, centrais e confederações sindicais, demonstram uma intencionalidade que é fator ativo no próprio processo produtivo. Não à toa, os empresários também fundam os seus partidos políticos, movimentos e confederações, pois reconhecem a importância desses instrumentos para a realização dos seus fins econômicos.

Da luta entre organização de trabalhadores e patronais não se pode dizer quais serão os resultados ou acordos possíveis. Vários elementos concorrem para o sucesso de qualquer uma das forças em colisão. A previsão, como nos alerta o autor

31 . Provável no sentido de quem opera ativamente no processo histórico para atingir determinado objetivo.

sardo, se circunscreve apenas ao campo das ações políticas imediatas, onde os desejos e táticas estão relativamente explícitos.

Gramsci insistiu nesse aspecto do bloco histórico e o fez justamente ao rebater a interpretação do marxismo de Benedetto Croce. Para Croce, o marxismo havia elegido a economia como o novo "deus oculto" e estava certo no que diz respeito às tendências mecanicistas. O próprio Gramsci precisou combater as deformações na dialética, como as realizadas por Bukhárin, para resgatar o papel transformador e ativo do homem (e, por consequência, do revolucionário).

Na visão de Croce, o marxismo, de síntese do pensamento moderno e elixir para os movimentos sociais, ficou reduzido a um mero economicismo, um evolucionismo esquemático, completamente antidialético. Novamente o intelectual sardo empreende um duelo com o idealismo para reabilitar o elemento ativo do marxismo, a dialética. Gramsci rebate Croce:

A afirmação de Croce de que a filosofia da práxis "destaca" a estrutura das supra-estruturas, recolocando assim em vigor o dualismo teológico e afirmando um "deus oculto-estrutura", não é exata e não é, tampouco, uma invenção muito profunda (Gramsci, 1995: 263).

O mesmo processo de teologização aconteceu com o Estado soviético no sistema stalinista e na concepção de diversas tendências marxistas: "Para Gramsci a estatolatria é compreensível de um ponto de vista histórico, ou seja, em função das condições em que ocorreu a revolução russa; mas não deve ser nem teorizada nem aceita sem que se ponham em movimento contratendências que tornem rapidamente possível dispensá-la" (Liguori, 2003: 182).

Além disso, "as notas que Gramsci irá dedicar à 'estatolatria' parecem representar claramente uma crítica à ação de Stalin, ou seja, ao fortalecimento do Estado-coerção em detrimento dos organismos da então embrionária sociedade civil soviética" (Coutinho, 2003a: 73). O militante sardo estava atento aos desvios da cúpula soviética e, fiel a sua concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura, condenou o que chamamos hoje de estatolatria (concepção antidialética e monolítica).

3. POLÍTICA E LIBERDADE

O militante sardo reabilitou o papel político dos homens, das classes sociais e dos partidos na construção da história. Aparece, desde os escritos da juventude, a defesa política da vontade (potência) dos homens e da liberdade. Depurado do idealismo gentiliano e croceano da juventude, o conceito de liberdade em Gramsci buscou ser o contraponto ao determinismo da estrutura.

Para Semeraro, junto com a concepção histórica e filosófica apresentada por Gramsci, merece que se considere “o destaque dado à liberdade e à vontade; a insistência sobre a ‘reforma moral e intelectual’ e a ação educativa das massas, a importância da escola e dos elementos culturais; a formação da consciência e a organização das classes subalternas” (Semeraro, 1999: 153). Ao discutir, por exemplo, o papel da escola, Gramsci propõe uma grande revolução na forma como são organizados os currículos e o próprio sistema de ensino. O objetivo era unificar a escola, pois esta estava dividida entre o humanismo clássico ensinado para as classes dirigentes, e o ensino técnico para os filhos das classes subalternas.

Quanto à questão cultural, Macciocchi insistiu em aproximar Gramsci das experiências na China, pois nos diz que “a obra gigantesca de elaboração de uma filosofia da práxis, realizada por Mao, foi não somente capaz de transformar a mentalidade de milhões de homens atrasados e submissos, mas também de fazer deles, antes mesmo da tomada do poder, a nova classe dirigente” (Macciocchi, 1980: 169).

A autora italiana, que visitou a China durante a Revolução Cultural maoísta, afirma que os pensamentos de Gramsci, mesmo que não haja correspondência histórica, estavam em curso e modificando a vida de milhões de chineses. Intelectuais eram obrigados a trabalharem em serviços braçais nas aldeias do interior da China e, nessas regiões, os Comitês Revolucionários (compostos na maioria por camponeses) comandavam as leituras e os debates de obras marxianas e marxistas.

Para Macciocchi, na China, os homens estavam adquirindo a vontade-potência necessária para aprofundar a revolução socialista, criando, portanto, “centenas de milhões de seus ‘próprios’ intelectuais, isto é, homens com uma visão do mundo totalmente nova, homens que trabalham com a cabeça e com os braços,

afastando assim qualquer risco de formação de uma nova casta burocrática ou privilegiada” (Idem: 170).

Outro elemento importante para discutir-se o papel da vontade e da política na obra de Gramsci, é o conceito que este fazia do materialismo mecanicista. Segundo Buci-Glucksmann, a rejeição de Gramsci se dá pelo fato de que o “materialismo mecanicista é incapaz de compreender ‘a transformação do ideal em real’ na história e em cada vida individual. Em termos gramscianos: ele não compreende que a ‘reforma das consciências’ é um fato filosófico, ele ignora toda tese gnosiológica relativa às superestruturas” (Buci-Glucksmann, 1980: 437). Ou seja:

O materialismo mecanicista é incapaz de compreender a teoria do reflexo enquanto um processo, incapaz de aplicar a dialética à *bildertheorie*. O reflexo permanece “mecânico” porque o critério da prática não é colocado em uma dupla acepção: enquanto critério de verdade e enquanto “determinante prático da ligação do objeto com aquilo que é necessário ao homem” (Ibidem).

Na concepção da autora, o erro do mecanicismo tem “conseqüências políticas terríveis”, pois imobiliza os homens diante da economia (estrutura). Se fosse possível um reflexo fiel da estrutura na superestrutura, não teria sido possível a vontade-potência dos franceses em 1789, dos operários russos em 1917, dos cubanos liderados por Fidel Castro em 1954, entre outras demonstrações históricas do gênero. O homem, para Gramsci, carrega as possibilidades cognitivas e físicas para sua libertação.

Pensando de forma dialética e ao analisar o papel político do homem diante da sociedade, Gramsci afirma:

Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. É uma ilusão, e um erro, supor que o ‘melhoramento’ ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é “individual”, mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para o exterior, atividade transformadora das relações externas, desde com a natureza e com os outros homens – em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive – até à relação máxima, que abraça todo o gênero humano. Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente “político”, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens realiza a sua “humanidade”, a sua “natureza humana” (Gramsci, 1995: 47-8).

Os exercícios da liberdade e da atividade política possuem dimensões individuais, pois tratam da participação de cada um na vida pública, mas elas só são plenas e transformadoras quando coletivas. A liberdade individual é a concepção típica do liberalismo, mote fundador do Estado de direito. Gramsci alerta, ao contrário, que são conceitos ambientais, ou seja, que obrigatoriamente necessitam de interações com a sociedade e a natureza para se concretizarem.

A política é apresentada por Gramsci de duas formas: uma considerada como acepção ampla e outra restrita. Em sua acepção ampla, a política “é identificada com liberdade, com universalidade, ou, mais precisamente, com todas as formas de práxis que superam a simples recepção passiva ou a manipulação dos dados imediatos da realidade” (Coutinho, 2003b: 70). A acepção restrita seria aquela abordada pela ciência política e circunscrita pelas relações institucionais, ou seja, aquela que “envolve o conjunto das práticas e das objetivações diretamente ligadas às relações de poder entre governantes e governados” (Idem: 72).

A política é instrumento de construção da liberdade, de rompimento gradativo ou abrupto com um mundo dominado pela necessidade, ou seja, pela economia e suas dinâmicas. A política possibilita a construção de uma sociedade em que os homens podem desenvolver suas potencialidades plenamente e não apenas a partir das demandas do mercado de trabalho.

Parte da população brasileira e mundial vive em “mundos de pura necessidade”, estando alijados das formas de manifestação do poder político. A educação transformadora pode ser um dos instrumentos da passagem do mundo da necessidade para o da liberdade, rompendo com o individualismo, pondo fim na guerra hobbesiana³² de “todos contra todos”. Proporcionando a reflexão coletiva para os problemas sócio-ambientais da atualidade.

Em Gramsci, “catarse” (ou “*catarsis*”) é sinônimo de política na acepção ampla do conceito:

Pode-se empregar a expressão “*catarsis*” para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de

³² . Thomas Hobbes (1588-1679), inglês nascido em Westport.

liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em fonte de novas iniciativas (Gramsci, 1995: 53).

Gramsci reinterpreta a famosa expressão marxiana de que os homens tomam consciência da sua exploração e da estrutura através das superestruturas. Essa constatação leva à liberdade? O homem reconhecendo os grilhões que o prendem, pode, diante dessa revolução cultural, decidir os destinos da sociedade. Com dividir a propriedade privada, que tanta miséria já provocou? Como dividir a riqueza produzida nos campos e cidades? Como reduzir o consumo de mercadorias a patamares seguros? Como a tecnologia (mecanização, informatização, engenharia genética, etc.) pode contribuir para a melhoria das condições de vida no planeta?

O momento catártico (a sociedade civil) está, portanto, relacionado dialeticamente com a estrutura e a superestrutura (Estado), não sendo "criação absoluta, não opera no vazio, mas no interior das determinações econômico-objetivas que limitam (mas sem de modo algum cancelar) as margens de realização da liberdade" (Coutinho, 2003b: 78).

Semeraro, por sua vez, pensa o momento catártico como o "ponto de partida de toda a filosofia da práxis" (Semeraro, 1999: 50). Semeraro, ao exemplo de Bobbio, acredita que a maior contribuição de Gramsci foi no campo das superestruturas. Portelli também credita importância ao termo "catarse", pois confirma a tese de Gramsci de que as superestruturas não são meros reflexos da estrutura: "esfera da ideologia, da sociedade civil, é o momento mediador entre estrutura e superestrutura" (Portelli, 2002: 63).

Na perspectiva de Gramsci "quanto mais se amplia a socialização da política, tanto mais se desenvolve a sociedade civil, o que significa que os processos sociais serão cada vez mais determinados pela teleologia (pela 'vontade coletiva') e cada vez menos será coercitiva a causalidade automática da economia" (Coutinho, 2003b: 79), em outras palavras, a economia capitalista, que subjuga a vontade humana, deixará de ser determinante nas relações sociais e de produção. A liberdade humana, não entendida somente como subjetividade humana, passaria a ser o fundamento da sociedade.

A vontade humana, a liberdade, torna-se um elemento importante na análise do autor sardo: "Gramsci vê o movimento social como um campo de alternativas, como uma luta de tendências, cujo desenlace não está assegurado por nenhum

'determinismo econômico' de sentido unívoco, mas depende do resultado da luta entre vontades coletivas organizadas" (Coutinho, 2003a: 43). A economia pode possibilitar, restringir ou dificultar algumas "vontades coletivas organizadas", mas não as determina como reflexo imediato.

De acordo com Coutinho, a relação ontológica entre política e economia na obra de Gramsci "permite-lhe não apenas fundar de modo adequado suas várias análises concretas da totalidade social, mas representa também um desenvolvimento dos princípios gerais do materialismo histórico" (Coutinho, 2003b: 80).

Ao não subordinar completamente a política à economia, Gramsci complexifica os processos históricos e evita a redução do seu pensamento a um mero economicismo:

A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infraestrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, devendo ser combatida praticamente com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas (Gramsci, 1995: 117).

A liberdade tem sido pensada no sistema capitalista a partir do olhar econômico. O economicismo, mesmo marxista, colocou o acento no processo produtivo ao mencionar a história da "libertação" dos servos do sistema feudal como a história da capitalização das economias européias. Mas na verdade, estavam fortalecendo uma concepção necessitarista, onde a vontade humana fica submetida aos dissabores da sobrevivência no mercado de trabalho, que o indivíduo não pode conhecer, muito menos controlar (a famosa "mão invisível").

A Educação Ambiental e o movimento ecologista sempre deram importância para a idéia de liberdade, principalmente quando isso significa autogestão e participação política. Para Minc, "o conceito ecológico da autonomia incorpora o poder de a comunidade, o movimento sindical e os cidadãos disporem de liberdade para criar alternativas no consumo, na produção e na cultura" (Minc, 1997: 106).

O Tratado de Tbilisi, apresentado no segundo capítulo dessa dissertação, colocou a política como um dos aspectos que precisam ser considerados na constituição das finalidades da Educação Ambiental. O Tratado de Educação

Ambiental igualmente assevera que a Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica, sendo um “ato político”. A preocupação de agregar a política no discurso ambiental justifica a exposição que se está fazendo nesse capítulo.

Para Loureiro, a liberdade “não é uma idéia transcendental. Possui um caráter prático transformador que se refere à superação pela práxis dos limites definidos na história” (Loureiro, 2004: 129). A práxis funciona de forma plena no coletivo, em comunhão com outros homens e mulheres, mas também depende da vontade individual. E nesse sentido, Loureiro e Gramsci estão em sintonia ao conceberem a liberdade como um dos temas preferenciais dos revolucionários.

A práxis “se refere à ação intersubjetiva, entre pessoas e dos cidadãos e não à produção material e de objetos, que se relaciona ao trabalho, ambas estando, evidentemente, interligadas”. (Idem: 130). A práxis, portanto, tem relação direta com as “escolhas conscientes” que construímos nas atividades do cotidiano, seja através do diálogo ou da intervenção no mundo material, da produção (ações também movidas pela vontade).

Além disso, a liberdade não pode ser conquistada sem o resgate da natureza do homem, “num processo de reconhecimento dos nossos limites naturais, à identificação e superação consciente e ativa dos limites que a sociedade nos coloca, definindo democraticamente novos limites considerados válidos para a convivência social e coletiva, num contínuo transformar” (Idem: 129-0).

Para Loureiro, a construção de uma sociedade coerente, do ponto de vista ambiental, implica considerar “modelos societários”, que através da repartição dos meios de produção, “garantam a liberdade e o desenvolvimento das potencialidades humanas, pautados em uma nova ética na relação sociedade-natureza” (Loureiro, 2003: 76). Essa perspectiva rompe com a concepção individualista de liberdade no capitalismo, onde o homem não possui as condições materiais adequadas para desempenhar suas funções políticas.

No segundo capítulo apresentou-se a crítica de Lima ao conceito de sustentabilidade, visto que seus limites concretos são imensos e possuem ação direta sobre a liberdade dos indivíduos. Segundo Lima, o poderio das empresas, dos governos e a miséria endêmica são processos que “limitam a liberdade e a independência dos indivíduos, [inviabilizando] a existência de uma democracia participativa” (Lima, 2002: 123).

Como já viu-se, Gramsci foi o autor que deu importante contribuição sobre a

“necessidade de uma ação cultural, de uma práxis ético-cultural que solidifique a passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade” (Loureiro, 2003: 107). Parte desta idéia o interesse de coligar-se a Educação Ambiental e o marxismo gramsciano para auscultar-se as possíveis inter-relações e complementaridades.

Quais podem ser as lições tiradas das análises de Gramsci e da Educação Ambiental sobre os conceitos de política e a liberdade? Primeiramente, o conceito de política é um instrumento que serve para a transformação da sociedade, sua eficiência máxima é atingida quando o partido (príncipe moderno) articula política-instrumento com a cultura. Por isso, Gramsci é considerado, por vários autores, como o teórico das superestruturas.

Em segundo lugar, a política autônoma enfrenta o economicismo. A forma monolítica de compreender as relações entre economia e sociedade (materialismo mecanicista) reduz a política à condição de mero reflexo, como analisou-se no início desse capítulo. Como o economicismo é a representação entre as ideologias do reino da necessidade, da estrutura, seu combate (que se dirige à burocracia sindical e partidária) fortalece a vontade-potência entre os trabalhadores.

Em terceiro lugar, a liberdade pode ser considerada uma finalidade-instrumento, ou seja, é uma finalidade da política que possibilita, por sua vez, outros avanços qualitativos. No caso das teorias gramsciana e ambiental, a liberdade representa a superação dos limites sociais impostos pelos padrões de produção e consumo do capitalismo. Como foi analisado no segundo capítulo, o capitalismo impõe restrições alimentares e ambientais para milhões de pessoas em todo o mundo. Da mesma forma, não se pode associar capacidade de consumo com liberdade, essa é a tese capitalista. É preciso revolucionar toda a civilização, começando por sua base (“nova base civilizacional”).

Em quarto lugar, a liberdade está associada à realização humana. E, portanto, não pode ser conquistada sem a recomposição do corpo inorgânico do homem (cf. pág. 38), ou seja, a natureza que lhe foi arrancada no processo de alienação do trabalho. Nesse sentido, a perspectiva gramsciana da política e da liberdade, enquanto instrumentos da transformação social, possibilitam um corpo teórico materialista para a Educação Ambiental.

Em quinto lugar, sendo o conceito de liberdade a antítese da necessidade, e a política a antítese do economicismo, pode-se afirmar que ambos possuem estreita relação com outros dois conceitos, o de hegemonia e sociedade civil. Sem essa

relação não é possível política, nem liberdade: a hegemonia significa, em outras palavras, a universalidade de uma visão de mundo; a sociedade civil, por sua vez, é o palco dessa universalização.

As questões ecológicas não foram tratadas por Gramsci nos termos que são atualmente, isso seria historicamente impossível, mas o autor sardo deixou conceitos que tranquilamente podem ser adaptados para o discurso ambiental. A seguir, tratar-se-á do conceito de natureza na obra de Gramsci, investigando o movimento interno do conceito na teoria do pensador. Gramsci contribuiu para a teoria materialista da natureza? Quais transformações ocorrem entre os escritos da juventude e os da maturidade?

V - O CONCEITO DE NATUREZA EM GRAMSCI

O movimento ecologista adquiriu força no mundo a partir das décadas de 60 e 70, quando a possibilidade de uma hecatombe nuclear colocava a humanidade em risco. A Educação Ambiental, ainda incipiente, acompanhava os passos do ambientalismo e, apesar de ganhar espaço nas academias e fóruns na final da década de 70, foi retomada com força na década de 90. A Educação Ambiental, portanto, enquanto campo de pesquisa nas ciências humanas e naturais, se comparada com outras temáticas, é um fenômeno muito recente.

Como integrante das políticas públicas, a Educação Ambiental é ainda mais incipiente, basta verificar-se as datas dos principais eventos dessa história (primeiro capítulo): Ministério do Meio Ambiente foi criado em 1992, em 1995 a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) em 1999 (a sua regulamentação em 2002, com a criação da Diretoria de Educação Ambiental), o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) em 2004, entre outras ações.

No Brasil, ainda existem poucas pesquisas sobre a teoria e aplicações da Educação Ambiental e os cursos de pós-graduação, específicos para a área, são jovens, os mais longevos não possuem vinte anos de existência. Tem-se, portanto, um longo caminho pela frente e muitos estudos ainda estão para serem realizados, principalmente nesse momento, em que se faz necessário o surgimento de propostas de possíveis soluções para a crise ambiental.

Essa pequena introdução, na verdade, serve de advertência ao leitor(a): se ainda se está em processo de desenvolvimento e evolução da Educação Ambiental no Brasil e no mundo, não se pode esperar que homens e mulheres, do início do século XX, tenham feito uso das terminologias e temáticas que não lhes são contemporâneas, como ambientalismo, ecossistema, biosfera, ecologia, entre outras. O conceito de natureza em Gramsci, portanto, está influenciado pelo contexto político, teórico, cultural e econômico de sua época.

A forma como Gramsci tratou o conceito de natureza, em vários casos, está vinculada a seus temas preferenciais, como: 1) a política italiana; 2) a correlação de forças (hegemonia e contra-hegemonia) entre as classes sociais; 3) a elaboração de uma tática para a revolução ético-política no Ocidente (guerra de posições); 4) e

reflexões sobre o debate da reforma cultural, que deve acompanhar a transformação político-social no Ocidente (escola, jornalismo, literatura, religião, senso comum, etc.).

Onde se encaixa, então, o conceito de natureza? Obviamente, o conceito de natureza é o pano de fundo desse gigantesco projeto de reforma político-cultural pensado pelo autor italiano. Não bastava conquistar o Estado, o poder em forma de coerção, para Gramsci era preciso conquistar as mentes e os corações dos indivíduos (o consenso na sociedade civil), transformando o senso comum em um “novo senso comum” sobre o homem e, conseqüentemente, sobre a natureza (uma visão unitária e coerente da realidade).

Gramsci partiu dos componentes menos complexos dos sistemas filosóficos para, em um processo de desconstrução-construção, ir redefinindo os conceitos de homem, filosofia, senso comum, história, política e, obviamente, o conceito de natureza: “a pergunta prática, existencial e ao mesmo tempo universal sobre o homem não pressupõe – para Gramsci – uma natureza igual e eterna dos homens, dos indivíduos, de todos os tempos e de todos os espaços” (Baratta, 2004: 119). A grande reforma cultural, proposta por Gramsci, exigia a transformação radical de todos os conceitos e práticas sociais (nessa perspectiva podemos incluir a questão ambiental).

Não à toa, as principais contribuições do autor sardo para a análise dos conceitos de homem e natureza estão nos cadernos em que se dedica ao exame da filosofia de Benedetto Croce, o principal filósofo idealista italiano. Segundo Baratta, o exame realizado por Gramsci na filosofia, na sociologia e na economia não tem como alvo “o destino ontológico do homem, mas o conjunto das relações sociais e naturais com as quais o ser de cada um de nós é tecido” (Idem: 128).

Antes de examinarmos a obra de Gramsci, torna-se imperativo retomar a concepção de natureza na teoria marxiana e engelsiana. Como viu-se no segundo capítulo, para Marx a natureza se manifesta para o homem como “1) imediato meio de vida; e igualmente 2) como objeto material e instrumento da sua atividade vital” (cf. pág. 28). Essa noção será importante para compreender-se a análise que Gramsci fez do referido conceito.

Além disso, Marx considerava a natureza o corpo inorgânico do homem, ou seja, uma natureza que se manifesta no homem, pelos processos metabólicos e pelos instintos, e diante do homem: “Afirmar que a vida física e espiritual do homem

e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza” (cf. Idem). O trabalho vivo, integral ou não-alienado é o elemento de mediação entre a natureza inorgânica e a natureza humana.

Para concluir essa breve exposição, cabe dizer que Marx e Engels consideravam perigosa a relação predatória que o homem trava com sua própria natureza. Existem inúmeras passagens (cf. pág. 31-3) onde Marx e Engels se apresentam como verdadeiros ecologistas do século XIX. Em muitos trechos as descrições de Marx sobre o esgotamento dos solos, as cidades esfumaçadas e as péssimas condições de vida dos trabalhadores, se aproximam daquelas situações de depredação do ambiente apontadas no subtítulo “Ambiente e Modo de Produção capitalista”, no segundo capítulo.

Não se trata, portanto, de uma concepção que reduz a natureza a depósitos de recursos econômicos, prontos para serem transformados em mercadorias. Essa é a concepção capitalista e liberal da natureza, brilhantemente analisadas nos “Manuscritos Econômicos-Filosóficos” e no “O Capital”. Para o marxismo o homem é natureza e, ao destruí-la, destrói a si mesmo. E quando Marx e Engels afirmam que os homens se relacionam entre si e com a natureza através do trabalho, eles estão, na verdade, inserindo todas as relações sociais no complexo das reações bioquímicas planetárias, estão no ciclo de produção e reprodução da vida.

1. NATUREZA E O JOVEM GRAMSCI

Antes de se ingressar na análise do conceito de natureza, presente nos “Cadernos do Cárcere”, cabe buscar-se na juventude de Gramsci os primeiros indícios do conceito de natureza e como se apresentam. A coletânea chamada “Escritos Políticos”, condensada em dois volumes pela Editora Civilização Brasileira, agrega os artigos publicados por Gramsci em revistas e jornais entre os anos 1910 e 1926. A coletânea também reúne o epistolário de Gramsci com vários companheiros comunistas antes da prisão, pois as “Cartas do Cárcere” (igualmente editada em dois volumes) agrupam as correspondências trocadas com amigos e parentes após a prisão.

Gramsci se aproximou do conceito materialista de natureza de maneira gradual, num processo de apropriação teórica que acompanhou a descoberta do

próprio marxismo. No artigo “Oprimido e Opressores”, que escreveu enquanto freqüentava o último ano do ensino médio no Colégio Dettòri, na cidade de Cagliari, em novembro de 1910, Gramsci, aos dezenove anos, demonstrava que ainda não dominava o conceito materialista de natureza: “parece um cruel destino para os humanos serem dominados por este instinto, o de quererem devorar-se uns aos outros, em vez de fazerem convergir as forças unidas para lutar contra a natureza e torná-la sempre mais útil às necessidades dos homens” (Gramsci, 2004a: 43).

Nesse trecho, que está longe de representar o pensamento maduro dos “Cadernos do Cárcere”, foi flagrante a influência do liberalismo no pensamento do jovem sardo. Na verdade, o jovem Gramsci reproduz o discurso corrente, o senso comum, entre as tendências liberais e católicas, que enxergavam a natureza como um manancial de riquezas ou uma criação divina a serviço do homem. Explora-se, no segundo capítulo, as conseqüências desse conceito de natureza-recurso-criação (ainda predominante neste início de século XXI) para a vida no planeta.

Quando Gramsci asseverava que parece ser o destino dos homens “devorarem-se”, ao invés de cooperarem entre si, imediatamente se é remetido ao corolário de Thomas Hobbes, que construiu sua teoria liberal sobre a sociedade com base em dois aforismos: *homo homini lupus* (o homem é o lobo do homem) e *bellum omnium contra omnes* (guerra de todos contra todos). Essa visão da humanidade “em guerra” foi reproduzida sob diversas formas políticas e estatais e, em todas elas, os resultados foram nefastos para os homens e a natureza.

O conceito de homem do jovem Gramsci também era pueril e marcado pelo senso comum liberal: “o homem – que, por sua natureza, é hipócrita e fingido – não diz ‘quero conquistar para destruir’, mas sim ‘quero conquistar para civilizar’” (Idem: 43-4). Gramsci pecou pela generalização e por excesso de pessimismo com relação à humanidade. Além disso, não demonstra ainda o conceito de homem que lhe será muito caro na maturidade: não existe uma essência (natureza humana) que sirva de modelo para os homens em qualquer tempo e espaço.

É evidente, que na juventude, Gramsci considerava a natureza um agente externo que deveria ser dominado pela força. A natureza tinha que servir ao homem, ser útil nos seus planos. Essa visão que, para o início do século XX, poderia ser considerada comum, continua muito forte nos dias de hoje e está na base do humanismo cristão e não-cristão.

Apesar de ter participado de grupos de estudo marxista no PSI e mesmo

após ingressar na redação do jornal socialista “*Avanti!*”, Gramsci continua a não utilizar o conceito de natureza na perspectiva materialista. Os motivos para o desconhecimento do conceito materialista de natureza podem ser vários, entre eles: a juventude (imaturidade) do autor sardo, a leitura mecânica de Marx pelo PSI, ou mesmo, a disponibilidade das obras marxianas no mercado editorial italiano. O que pode explicar o artigo “Socialismo e Cultura”, publicado em 29 de janeiro de 1916 no “*Il Grido del Popolo*”, onde Gramsci asseverava que “o homem é sobretudo espírito, ou seja, criação histórica, e não natureza” (Idem: 58).

A passagem está eivada de idealismo, concepção teórica hegemônica nos espaços acadêmicos que Gramsci frequentou até 1915 (a Universidade de Turim). Benedetto Croce e Giovanni Gentile, liberais e idealistas, são os principais nomes da intelectualidade italiana no início do século XX. Croce gozava de grande prestígio nos meios acadêmicos e políticos, principalmente nas regiões sulistas. Sua teoria era considerada a obra mais rigorosa e cosmopolita do pensamento moderno italiano. Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci se propôs a colocar o idealismo italiano em exame, partindo de uma profunda crítica da obra croceana.

Para saber os limites do conceito de natureza na perspectiva idealista, basta lembrar a crítica de Marx a Hegel, acusando-o de não possibilitar à natureza uma existência fora da consciência do homem, ou seja, fora do processo de autoconhecimento de si realizado pelo espírito universal. A natureza e toda a realidade são obras do espírito humano e, por isso, o homem conhece a natureza como manifestação do espírito criador. Os limites dessa concepção são evidentes, por isso Marx virou-a de ponta-cabeça, “mundanizou” o homem e “materializou” a natureza.

Por esse motivo, a relação entre os homens e a natureza, proposta futuramente por Gramsci, não poderá ser pensada “em termos da relação entre um sujeito (idéia) e um mesmo objeto (objetivação), caro ao idealismo gentiliano e aos outros do mesmo gênero” (Baratta, 2004: 467). Entretanto, foram Gentile e Croce (e não Marx) que mais decisivamente influenciavam Gramsci nesse momento. Os conceitos de história, homem e natureza continuavam subordinados ao “espírito hegeliano”.

No artigo “Três princípios, três ordens”, publicado em 11 de fevereiro de 1917, no único número da revista “*La Città Futura*” (órgão da Federação Juvenil Socialista do Piemonte - Itália), Gramsci resiste ao positivismo naturalista, que

conduz ao comodismo: “A lei natural, o fatal andamento das coisas dos pseudocientistas, foi substituída pela tenaz vontade do homem. O socialismo não morreu, porque não morreram, para ele, os homens de boa vontade” (Gramsci, 2004a: 94). Nesse trecho, a natureza continua sendo conceituada como força exterior, estranha e até mesmo oposta aos homens (o que é potencializado pelo positivismo de determinados intelectuais). Para o jovem Gramsci, a tenacidade dos homens vence as leis da natureza. Contudo, mais do que apresentar um conceito de natureza, o trecho se dedica a criticar o positivismo e a paralisia política que este provoca.

No final de 1917, precisamente em outubro, ocorreu a Revolução Russa. Esse evento histórico consolidou as expectativas que Gramsci tinha no movimento operário, apesar de não ter resolvido as ligações conceituais que mantinha com o idealismo. Como viu-se no terceiro capítulo, a Revolução Russa representou para Gramsci a confirmação de que o marxismo era uma teoria revolucionária:

Se os bolcheviques renegam algumas afirmações de O Capital, não renegam seu pensamento imanente, vivificador. Eles apenas não são “marxistas”; não construíram a partir das obras do Mestre uma doutrina rígida, feita de afirmações dogmáticas e indiscutíveis. Vivem o pensamento marxista, o que não morre nunca, que é a continuação do pensamento idealista italiano e alemão, e que em Marx se havia contaminado de incrustações positivistas e naturalistas (Idem: 127).

O trecho acima, do polêmico texto de Gramsci, além de contraditório, pois associa o “Mestre” ao positivismo e como “continuação” do idealismo, demonstra que o autor sardo ainda não havia assimilado a profundidade epistemológica do pensamento marxiano. Além disso, associou Marx ao naturalismo do século XIX. O que não se pode saber é se esta análise foi fruto de uma leitura direta ou indireta de O Capital ou ainda, uma incompreensão sobre a relação entre homem e natureza contida nesta obra.

Entre 1918 e 1919, Gramsci colabora com a publicação de textos de John Reed, Lênin, Arthur Ransome, Bukhárin, Bela Kun, Jules Humbert-Droz, Daniel De Leon, Barbusse, entre outros autores de orientação socialista. Cresce o interesse dos socialistas italianos pelas experiências dos conselhos operários e dos soviets na Rússia e Hungria. Os quatro companheiros de “*L’Ordine Nuovo*” buscaram contribuir para a formação de uma cultura socialista mais densa na região meridional

da Itália.

Como resultado desse conjunto de eventos, a grande transformação no conceito de natureza gramsciano ocorre em 9 de fevereiro de 1918, no artigo “A Organização Econômica e o Socialismo”, publicado no *“Il Grido del Popolo”*: “A cisão entre política e economia, entre organismo e ambiente social, defendida pela crítica sindicalista, não passa para nós de uma abstração teórica da necessidade empírica, inteiramente prática, de cindir provisoriamente a unidade social ativa para melhor estudá-la, para melhor compreendê-la” (Idem: 139).

Para o autor Baratta, “‘Orgânico’, ‘organismo’, ‘organicamente’ são metáforas biológicas, com as quais Gramsci destaca a unidade epistemológica de ‘natureza’ e ‘história’” (Baratta, 2004: 120). O conceito naturalista de “organismo”, presente nos artigos da juventude, serviu para Gramsci desenvolver, nos “Cadernos do Cárcere”, as concepções de intelectual orgânico, relação orgânica entre estrutura e superestrutura, crise orgânica, entre outros. O termo “orgânico” tinha lugar importante no corolário gramsciano, pois significava a máxima distinção-unidade entre os conceitos apresentados como binários: sujeito-objeto, estrutura-superestrutura, partido-massa, intelectual-partido, etc.

No mesmo artigo, Gramsci foi mais profundo em sua análise, asseverava que “a sociedade, assim como o homem, é sempre e tão-somente uma unidade histórica e ideal que se desenvolve negando-se e superando-se continuamente” (Gramsci, 2004a: 139). Estão presentes nesse trecho três conceitos caros ao marxismo e ao idealismo: a unidade (dos contrários, segundo Engels uma lei da dialética), a negação (da negação, outra lei da dialética) e a superação (sinônimo de síntese dialética, surgimento do “novo”).

O ponto máximo do artigo ocorre quando afirma que “política e economia, ambiente e organismo social formam sempre uma unidade: e é um dos maiores méritos do marxismo ter afirmado essa unidade dialética”. A virada na concepção de natureza (nesse momento o autor se refere como “ambiente”) ocorre porque Gramsci está mais envolvido com a formação de uma cultura proletária e passa a escrever textos sobre o marxismo.

No texto “Utopia”, publicado em 25 de julho de 1918, no jornal *“Avanti!”*, Gramsci parece relativizar a determinação da estrutura e da natureza sobre os humanos:

Não é a estrutura econômica que determina diretamente a ação política, mas sim a interpretação que se dá dessa estrutura e das leis que governam seu desenvolvimento. Essas leis nada têm em comum com as leis naturais, embora também estas últimas não sejam dados de fato objetivos, mas apenas construções de nosso pensamento, esquemas que têm utilidade prática para tornar mais cômodos o estudo e o ensino (Idem: 202).

Gramsci começa a duvidar da rigidez das chamadas leis naturais, sua imutabilidade e determinismo. Como estava disposto a questionar o método positivista que dominava as ciências naturais e humanas (na opinião do jovem sardo, o marxismo também foi contaminado), Gramsci apostava na vontade humana como o fator de libertação do homem, vontade que se manifestava, inclusive, no ensino e no estudo das próprias leis naturais. Por isso, Gramsci foi acusado de idealista e anarco-sindicalista por seus adversários, visto que, em várias correntes do marxismo nesse período, consagrou-se o determinismo econômico e o fatalismo político.

Em outro trecho do texto “Utopia”, ao combater os mecanicistas italianos, diz que estes “não concebem a história como livre desenvolvimento – de energias livres, que nascem e se integram livremente -, diverso da evolução natural, assim como o homem e as associações humanas são diversos das moléculas e dos agregados de moléculas” (Idem: 207).

O pensamento acima impediu que desenvolvesse uma espécie de monismo, que transforma o homem e a natureza em elementos idênticos (desconsiderando os princípios dialéticos da unidade dos contrários e da interpenetração dos elementos). Essa distinção, entre natural e humano, era utilizada por Gramsci como peça de campanha teórica contra o positivismo dos dirigentes do PSI, obtendo alguns ganhos políticos. Entretanto, elevado ao extremo, o pensamento de Gramsci também se afastava do marxismo e se aproximava do idealismo.

Marx propõe solução diferente para o monismo: apresenta o trabalho vivo como mediador dessa unidade dialética (o que Gramsci chamará de técnica). Giorgio Baratta corrobora:

Gramsci concebe uma continuidade de fundo entre natureza e história, cuja motivação, no entanto, nada tem a ver com o monismo, ou seja, com a presumida unidade ontológica dos dois termos. Pelo contrário, ele se opõe firmemente à tentativa de origem engelsiana, herdada e cristalizada até o paroxismo por Bukhárin, de encontrar uma “legalidade” homogênea entre processos ou

fenômenos naturais e históricos (Baratta, 2004: 120).

No mesmo texto, Gramsci escreve: “se a finalidade humana não é mais o simples viver, mas o viver qualificado, então são feitos maiores esforços e, conforme se generalize essa finalidade humana superior, consegue-se transformar o ambiente, instauram-se novas hierarquias diversas das que hoje existem” (Gramsci, 2004a: 203). Gramsci relaciona a conquista da qualidade de vida (a finalidade humana superior) com a transformação das relações humanas (ambiente), demonstrando a interdependência orgânica e dialética entre ambiente e sociedade.

Percebe-se ainda que o autor sardo não utiliza explicitamente o conceito de natureza de forma positiva, ao contrário, até aqui, nos momentos em que surgiu, foi associado à noção de força externa e ao corolário positivista. A aproximação de Gramsci ao conceito materialista de natureza se deu pelo termo “ambiente”, pois deduziu-se que este já contém os princípios da dialética: relação entre as partes e o todo e interpenetração dos contrários.

Para manter a qualidade de vida nas metrópoles européias, Gramsci analisava que “a população colonial, tendo de produzir matérias-primas baratas para a indústria, isto é, deve deixar que se empobrecam o solo e subsolo de seus países em benefício da civilização européia” (Idem: 374). Esse trecho, escrito no artigo “As Populações Coloniais” (26 de junho de 1920), publicado em “*L’Ordine Nuovo*”, afirma que os povos colonizados consagram “toda a sua vida ao desenvolvimento da civilização industrial, vendo seu território nacional ser sistematicamente despojado de suas riquezas nacionais” (Ibidem).

Além de amplamente favorável aos povos submetidos pelo domínio das potências mundiais, Gramsci certificava que, ao exemplo de Marx, a exploração intensiva da agricultura acarretava o esgotamento do solo (impedindo seu metabolismo natural). O autor italiano relacionava o capitalismo com a depredação física, psíquica e bioquímica dos homens e da natureza, pois o sistema está em luta “contra as exigências vitais das massas trabalhadoras de todo o mundo” (Ibidem). Como corrobora Perry Anderson ao comentar a obra de Gramsci:

O preço da dominação da natureza, da qual o próprio homem era parte inseparável, foi uma divisão social e física do trabalho que infligia uma opressão ainda maior sobre os homens, mesmo à medida que criava um potencial crescente para sua libertação. A subordinação da natureza prosseguiu *pari passu* com a consolidação das classes e, conseqüentemente, com a subordinação

da maioria dos homens a uma ordem social imposta sobre eles como uma implacável segunda natureza (Anderson, 2004: 101).

Para concluir essa exposição preliminar, Gramsci se questionava sobre a validade teórica do marxismo: “trata-se de saber se o marxismo é ou não a interpretação mais segura e profunda da natureza e da história, se é ou não capaz de dar à intuição genial do político um método infalível, um instrumento de extrema precisão” (Gramsci, 2004b: 236). O autor sardo fez esse questionamento no artigo “Lênin, Líder Revolucionário”, publicado em “*L’Ordine Nuovo*” em 1º de maio de 1924, logo após o falecimento do teórico russo.

Gramsci, fiel ao discurso que começava a qualificar conceitualmente, vincula a definição dos conceitos de natureza e história à tática revolucionária da classe social que almeja ser dirigente e dominante, o proletariado. O marxismo não é apenas teoria, deve ser obrigatoriamente práxis (11ª Tese sobre Feuerbach) e, por isso, não se pode esquecer da natureza.

Como se observou nos trechos destacados, nos artigos políticos da juventude não existe uma elaboração teórica detida do conceito de natureza, sua preocupação estava centrada nas questões de organização e consolidação do Partido Comunista Italiano. As referências ao conceito são esparsas, muitas vezes precisam ser cirurgicamente extraídas das sentenças gramscianas da juventude. Entretanto, esse exame possibilitou antecipar o ritmo e a qualidade da absorção e reelaboração do conceito materialista de natureza por parte do autor sardo.

A análise desse movimento conceitual interno possibilitou percebermos uma importante transformação no conceito de natureza nos artigos de Gramsci da década de 10: de força oposta (1910-1917) a elemento constitutivo da unidade orgânica e dialética com a sociedade (1918-1924). Um movimento conceitual que refletirá a secundarização do idealismo croceano e gentiliano e a adoção gradual do marxismo (no primeiro momento muito mais no nível da propaganda e da prática militante).

2. EPISTOLÁRIO: MEMÓRIA E NATUREZA

Durante sua prisão e últimos anos de vida, Gramsci manteve intensa correspondência com familiares e amigos. Seus principais correspondentes eram Giuseppina (Peppina) Marcias Gramsci (mãe), Grazietta Gramsci (irmã), Teresina

Gramsci Paulesu (irmã), Carlo Gramsci (irmão), Tatiana (Tania) Schucht (cunhada), Giulia (Iulca) Schucht (esposa), Delio (Delka) Gramsci (filho), Giuliano (Julik) Gramsci (filho), Giuseppe Berti (camarada), Virginio Borioni (colega de prisão), Clara Passarge (ex-senhoria) e Piero Sraffa (amigo).

Segundo o próprio método de Gramsci, o epistolário deve ser lido com cautela, pois trata de argumentos e posições que podem ser temporárias, contingentes, determinadas pelo estado de ânimo do escritor. Por esse motivo, as partes mais significativas do epistolário, para o estudo da natureza na perspectiva gramsciana, são aquelas em que o encarcerado remete suas memórias ao passado na Sardenha. Como será observado, as memórias mais agradáveis e marcantes de Gramsci, localizadas na terra natal, a vila de Ghilarza (Sardenha), estão ligadas a natureza (fauna e flora).

Através do epistolário, podemos perceber que Gramsci dedicava especial atenção aos animais domésticos e selvagens que encontrou em sua infância e adolescência. Na carta de 15 de janeiro de 1927, dirigida a Tânia (Tatiana), Gramsci se interessou pelo único meio de transporte existente na ilha de Ústica (onde esteve preso no mês de janeiro), o asno: “verdadeiramente um animal magnífico, de grande estatura e de admirável domesticidade, o que indica a boa índole dos habitantes: em minha aldeia, os asnos são meio selvagens e só permitem a aproximação dos donos imediatos” (Gramsci, 2005a: 109). Além disso, fez referência a histórias sobre cavalos, narradas por um árabe preso na ilha.

Na epístola escrita em 08 de Agosto de 1927, para Tatiana, o autor sardo revelou que buscava adicionar aspectos “naturais” ao ambiente insalubre e deprimente do cárcere. A referida carta é completamente dominada pelo assunto dos filhotes de pardais de Gramsci:

Vou contar a história de meus filhotes de pardal. Deve saber que tenho um pardalzinho e tive outro, que morreu, acredito que envenenado por algum inseto (uma barata ou uma centopéia). O primeiro pardal era muito mais simpático do que o atual. Era altivo e tinha grande vivacidade. O atual é muito modesto, de ânimo servil e sem iniciativa. O primeiro se tornou logo o dono da cela. Conquistava todos os pontos mais altos existentes na cela e então pousava por alguns minutos, saboreando a paz sublime. Empoleirar-se na rolha de uma garrafinha de tamarindo era sua obsessão permanente: e, por isso, uma vez caiu num recipiente cheio de borra de café e quase se afogou. O que me agradava neste passarinho é que não queria ser tocado. Revoltava-se ferozmente, abrindo as asas e bicando a

mão com grande energia. Havia sido domesticado, mas não permitia muita intimidade (Idem: 174).

Nas cartas também ocorrem passagens reveladoras sobre a culinária exótica de alguns italianos na prisão, como a vontade, manifesta por Gramsci, de consumir rins de rinocerontes ou patas de pangolim³³, não encontrando essas “especiarias”, se contentou com uma “cabeça assada de cabrito” (epístola de 9 de Abril de 1928, a Tatiana). O impressionante é que Gramsci estava obcecado pela iguaria, pois voltava a escrever sobre o mesmo tema em 30 de Abril do mesmo ano, também para Tatiana: “não tinha muita certeza de que se tratava de cordeiro ou cabrito, mesmo que estivesse muito boa. Devia ser um estranho cabrito, sem cérebro e sem um olho, com o crânio muito parecido com o de um pastor alemão, esfacelado pelos bondes!” (Idem: 263). A possibilidade de ter consumido uma cabeça de cachorro parece não ter abalado o prisioneiro sardo.

Em 22 de Abril de 1929, Gramsci escreveu para Tatiana da Penitenciária Especial de Turi, na província de Bari, que estava desenvolvendo um projeto de jardinagem, sendo mais uma tentativa de qualificar as condições de vida no cárcere. Esse tema será recorrente nas próximas epístolas:

A roseira pegou uma terrível insolação: todas as folhas e as partes mais delicadas se queimaram e carbonizaram; tem um aspecto desolado e triste, mas começa a dar brotos novamente. Não morreu, pelo menos por ora. A catástrofe solar era inevitável, porque só pude cobri-la com papel, que o vento carregava; seria necessário ter uma boa quantidade de palha, que é má condutora de calor e, ao mesmo tempo, protege dos raios diretos. Todos dia me vem a tentação de espichá-las um pouco para ajudá-las a crescer, mas hesito entre as duas concepções do mundo e da educação: ou ser rousseauiano e deixar de agir a natureza, que nunca erra e é fundamentalmente boa, ou ser voluntarista e forçar a natureza, introduzindo na evolução a mão experiente do homem e o princípio da autoridade (Idem: 333).

Adquirir paciência é uma tarefa que Gramsci começava a desenvolver na prisão, o cultivo de plantas e os cuidados à pequena fauna facilitavam o processo de cumprimento da pena. Ao escrever para Delio, em 20 de Maio de 1929, Gramsci relatava: “vou lhe dar notícias de uma roseira que plantei e de uma lagartixa que quero criar”. Na mesma carta, busca ser educativo com o filho: “andei pensando que

³³ . Mamífero da África e Ásia (*Manis pentadactyla*), que quando atacado se enrosca em forma de bola.

talvez você não conheça as lagartixas: trata-se de uma espécie de crocodilo que permanece sempre bem pequenino” (Idem: 342). Mais tarde, como veremos, Delio realmente adquiriu um profundo gosto por animais e histórias que os envolvessem.

Em 3 de Julho de 1929, Gramsci fez o que ele chamou de “balanço floral”, evidenciando alguns insucessos na tarefa de jardineiro: “todas as sementes goraram, salvo uma, que não sei o que é, mas provavelmente é uma flor e não uma erva daninha. A chicória está toda florida e vai dar muitas sementes para as próximas estações” (Idem: 346). Além disso, revelou ter plantado cana-da-Índia e dalias. Sobre a valente roseira, Gramsci parece se identificar: “a roseira está começando a dar botões, depois de parecer reduzida a ramos secos e desolados. Mas conseguirá vencer os calores do verão? Parece-me muito franzina e raquítica para esta tarefa. É verdade que a roseira, no fundo, é apenas um abrunheiro-bravo e, portanto, muito cheia de vitalidade...” (Idem: 346-7).

Na carta a Tatiana, datada a 1º de Julho de 1929, divagou sobre o tempo, espaço e, claro, sua roseira militante: “sabe, a roseira se reavivou completamente (escrevo ‘a propósito’ porque a observação da roseira, durante todo este tempo, talvez tenha substituído a cusparada contra o teto!). De 3 de Junho até o dia 15, repentinamente, começou a dar botões e depois folhas, até que ficou inteiramente verde de novo” (Idem: 352). Na carta de 14 de Julho de 1929, ofereceu outro boletim sobre a situação da roseira: “tem mais de quarenta botões e os suporta muito bem. Vai se tornar muito bonita, ainda que seja de uma espécie comum” (Idem: 356).

A relação com a roseira fez com que Gramsci se interessasse pelo que chamou de “fenômenos cósmicos” e ofereceu uma explicação pouco plausível para essas divagações: “talvez a cama, como dizem em minha terra, esteja colocada de acordo com a direção correta dos fluídos terrestres e, quando durmo, as células do organismo rodopiam em unísono com todo o universo” (Idem: 352). Na mesma carta, concluiu:

Sinto o ciclo das estações, ligado aos solstícios e aos equinócios, como se fosse carne de minha carne: a roseira está viva e certamente há de florescer, porque o calor prepara o gelo e, sob a neve, já palpitam as primeiras violetas, etc., etc; em suma, o tempo me parece algo corpóreo, uma vez que o espaço não existe mais para mim (Idem: 352-3).

Vários meses depois, em 10 de Fevereiro de 1930, Gramsci fez novas referências aos projetos de paisagismo que desenvolveu na prisão. Escreveu a

Tatiana relatando que “os bulbos germinaram há algum tempo; um jacinto já mostra a coloração da futura flora. Até mesmo a roseira deu novos brotos; está mais selvagem do que nunca” (Idem: 395). O prisioneiro sardo demonstrava grande apreço pela vida selvagem e seus desafios, principalmente quando surgia nos episódios de infância.

Após essa seqüência de relatos sobre a “roseira-canina”, Gramsci só retornará a mencionar a flora do cárcere em 23 de Novembro de 1931, numa carta destinada a Tatiana: “há muitos meses não se pode cultivar nada nos pátios; tudo foi arrancado, a velha rosa-canina morreu e secou há algum tempo, assim como as outras flores” (Gramsci, 2005b: 122). Considerando a satisfação de Gramsci com o jardim improvisado, manifestada em outras cartas, pode-se suspeitar que a medida da direção carcerária tornou o lugar menos suportável para o presidiário sardo (29 de Fevereiro de 1932): “é preciso que eu seja punido e, por isso, nada de violetas e nada de ciclamens, nenhuma pequena tentação da natureza deve estimular minhas narinas com o cheiro e meus olhos com a cor das flores” (Idem: 165).

Em uma carta a Tatiana, de 2 de Julho de 1930, Gramsci lembrou que era um “infatigável caçador de lagartixas e de cobras, que dava de comer a um belíssimo falcão que tinha domesticado” (Gramsci, 2005a: 423). Além disso, recorda que nessas caçadas teria encontrado “um animal muito semelhante à cobra comum (não venenosa), só que tinha quatro pequenas patas, duas perto da cabeça e duas muito distantes das primeiras, perto do rabo (se se pode chamar assim)”³⁴ (Idem: 423-4). E ao longo de toda a carta, Gramsci se deteve na “análise” da estranha criatura e questionou seus professores sobre sua existência.

Na carta a Carlo, seu irmão, datada a 25 de Agosto de 1930, Gramsci relacionou o homem com o seu ambiente para analisar a situação educacional de Edmea (sobrinha): “eu levei em conta o ambiente no qual ela vive, naturalmente, mas o ambiente não justifica nada: me parece que toda a nossa vida é uma luta para nos adaptarmos ao ambiente, mas também, e especialmente, para dominá-lo e não nos deixarmos esmagar por ele” (Idem: 439). Nesse período, Gramsci ainda não escreveu os trechos mais significativos sobre o conceito de natureza (presentes nos cadernos após 1932).

Em 1º de Junho de 1931, em uma carta a Giulia, Gramsci escreve uma

³⁴ . Gramsci estava se referindo ao *orbettino* (*anguis fragilis*), um réptil pequeno e inofensivo, com corpo cilíndrico e sem rabo.

pequena anedota com um teor marcadamente ecológico:

Um menino dorme. Há uma tigela de leite pronta para quando acordar. Um rato bebe o leite. O menino, sem ter o leite, grita, assim como grita a mãe. O rato, desesperado, bate a cabeça contra a parede, mas percebe que não adianta nada e corre até a cabra para conseguir algum leite. A cabra lhe dará o leite, se tiver capim para comer. O rato vai até o campo em busca de capim e o campo, seco, quer água. O rato vai até a fonte. A fonte foi arruinada pela guerra e a água vaza: a fonte quer que o mestre pedreiro a conserte. O rato vai ao mestre pedreiro: este quer pedras. O rato vai à montanha, que foi desmatada pelos especuladores e mostra por toda parte suas entranhas sem terra. O rato conta toda a história e promete que o menino, um vez crescido, há de plantar pinheiros, carvalhos, castanheiras, etc. (Gramsci, 2005b: 52).

O trecho revela, através da sabedoria popular, o quanto Gramsci percebia a realidade como uma rede de relações e, no centro dessa amarração, está o homem (no caso da anedota, o menino). Na mesma carta, Gramsci prosseguiu na sua lição de ecologia básica: “[o menino] cresce, planta as árvores, tudo muda: desaparecem as entranhas da montanha sob o novo húmus, a precipitação atmosférica volta a ser regular porque as árvores retêm os vapores e impedem que as torrentes devastem a planície, etc.” (Ibidem). Segundo Gramsci, a pequena história, destinada para seu filho Delio, “é típica de uma região devastada pelo desmatamento” (Ibidem).

Em uma série de cartas destinadas a Delio, Giulia e Giuliano, Gramsci descreveu a fauna e flora da região em que passou sua infância e adolescência. Além disso, seus filhos enviavam relatos, pensamentos e desenhos, geralmente sobre animais e “teorias” sobre estes. Gramsci, certo sobre a gravidade das suas enfermidades, dedicava suas últimas cartas aos filhos, suas predileções pelos animais, e aos movimentos jurídicos (em colaboração com Tatiana, Giulia e Piero Srafa) que visavam diminuir seu sofrimento no cárcere.

Em 22 de Fevereiro de 1932, escreveu para Delio: “quando menino, criei muitos passarinhos e também outros animais: falcões, corujas, cucos, pegas, gralhas, pintassilgos, canarinhos, cotovias, etc.; criei uma cobrinha, uma doninha, ouriços, tartarugas” (Idem: 162). Em outra carta (10 de outubro de 1932): “agora vou contar para você como vi uma raposa pela primeira vez. Junto com meus irmãozinhos, fui um dia até o campo de uma tia; (...) eis que, debaixo de uma árvore, estava tranquilamente sentada uma grande raposa, com a bela cauda levantada como uma bandeira” (Idem: 248).

Em carta não datada, provavelmente de 1937, escreveu a Delio: “gostei de sua idéia de ver o mundo povoado de elefantes empinados sobre as patas traseiras, com o cérebro muito desenvolvido: certamente, para existirem em grande quantidade sobre a superfície do globo, sabe-se lá quantos arranha-céus teriam de construir” (Idem: 422). Gramsci destinou a Delio mais uma lembrança dos tempos de infância, provavelmente a última antes de sua morte: “[sobre o cachorro] nunca deixou de ser um cachorrinho-criança, porque, para me mostrar seu entusiasmo máximo, deitava-se de barriga para cima e fazia xixi em si mesmo. Quantas ensaboadas! (...) não era bonito, aliás, era bastante feio, feio demais, agora que estou pensando nele” (Idem: 434).

Delio, ao exemplo de seu pai, adquiriu grande gosto pelas histórias envolvendo animais, tornando-se um grande protetor da natureza. A cunhada Genia escreve para Tatiana: “(...) os neuropatologistas acham que ele é muito impressionável, é muito ‘espiritual’ (...). Ele não tolera a introdução de nada artificial na natureza: não permite que se façam buquês de flores, que se queira polir as pedrinhas do mar, etc. Tem uma sensibilidade doentia por tudo que é vivo” (Idem: 296). E arrematou de forma surpreendente: “faz o papel de advogado de defesa de toda flor que se colhe (...). Tal comportamento diante da natureza é, num certo sentido, patológico e eu acredito que só uma longa permanência no meio da natureza poderá mudar este estado de coisas” (Ibidem).

Gramsci não elaborou o conceito de natureza em suas cartas. Em várias epístolas, o presidiário sardo escreveu sobre seus planos de investigação conceitual (intelectuais, *Risorgimento*, religião, cultura italiana, etc.), sobre as encomendas de revistas e livros, sobre questões educacionais e psicológicas, mas não dedica análises sobre o conceito de natureza. Nos Cadernos do Cárcere estão as principais contribuições do autor para o tema que se está analisando nessa pesquisa.

3. A NATUREZA NO CÁRCERE

O conceito de Natureza ao longo dos “Cadernos do Cárcere” (os especiais e miscelâneos) também sofreu variações de conteúdo. Os “Cadernos” foram escritos entre fevereiro de 1929 e junho de 1935, de acordo com a cronologia elaborada por

G. Francioni (Gramsci, 2002c: 457). Para o exame do conceito, não será seguida a ordem temática, como estão organizados os Cadernos na atual edição da Civilização Brasileira, mas sim cronológica.

Além disso, como já foi afirmado na introdução, muitos Cadernos especiais e miscelâneos foram escritos de maneira simultânea ou com poucas semanas de diferença, o que demonstra a vitalidade da obra gramsciana, pois podemos acompanhar, como em um “diário conceitual”, as transformações no método e nos principais conceitos.

Entre os meses de fevereiro e março de 1930, no parágrafo 123 (§123) do Caderno miscelâneo nº 1, Gramsci, analisando a constituição da escola e propondo um novo modelo (escola unitária), fez a seguinte referência ao estudo da natureza: “a escola única, intelectual e manual, tem ainda esta vantagem: a de colocar o menino em contato, ao mesmo tempo, com a história humana e com a história das ‘coisas’, sob o controle do professor” (Gramsci, 2004d: 63). As “coisas” (a matéria, a tecnologia, o trabalho, etc.) possuem uma “história” e a função da escola unitária seria formar o homem através da unidade (“ao mesmo tempo”) entre as ciências humanas e naturais.

Além disso, no mesmo parágrafo, Gramsci acrescenta: “na realidade, toda geração educa a nova geração, isto é, forma-a; a educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e de criar o homem ‘atual’ à sua época” (Idem: 62). Longe de parecer um retorno à concepção anterior, do período da juventude (homem *versus* natureza), Gramsci se utiliza dessa imagem para evidenciar como a educação formal de sua época (“o homem ‘atual’”) tratava as questões dos instintos elementares e como, através da moralidade, regulava a natureza do homem. A educação da escola tradicional sempre teve a função, antes e depois da época de Gramsci, de “socializar” o homem, torná-lo civilizado (no controle dos seus instintos) para a vida em sociedade.

Entre novembro de 1930 e fevereiro de 1931, Gramsci escreveu no parágrafo 18 do Caderno miscelâneo nº 7, que a unidade nos elementos constitutivos do marxismo se dava “pelo desenvolvimento dialético das contradições entre o homem e a matéria (natureza – forças materiais de produção)” (Gramsci, 2004c: 236-7). Nesse trecho, Gramsci apresenta a natureza de duas formas complementares: componente dialético que, ao lado do homem, compõe a

realidade; e como matéria no processo produtivo.

Para o Gramsci de 1930-1932, o homem entra em contato com a matéria (natureza) através da técnica, da tecnologia ou do trabalho (processo produtivo). Em virtude desse entendimento, percebe-se um avanço qualitativo na construção do conceito, principalmente se comparado com o período da juventude: a relação não é mais de oposição (homem *versus* natureza) e sim dialética e complementar. Além disso, tem-se a decidida secundarização do termo ambiente em favor do conceito de natureza.

No §35, ainda no Caderno miscelâneo nº 7, escrito entre fevereiro e novembro de 1931, onde Gramsci analisava a relação entre materialismo e materialismo histórico, aparecem diversos trechos em que tratava das relações entre ambiente e natureza humana. Para o autor sardo, “não foi a sementeira regular do trigo que extinguiu o nomadismo, mas, ao contrário, foram as condições emergentes opostas ao nomadismo que conduziram às sementeiras regulares” (Idem: 244). Essas transformações modificaram, na visão de Gramsci, a relação do homem com o ambiente, iniciando uma etapa de predatismo do espaço natural. No mesmo parágrafo:

É também verdade que o “homem é o que come”, na medida em que a alimentação é uma das expressões das relações sociais em seu conjunto e que todo agrupamento social tem uma alimentação fundamental própria; mas, da mesma maneira, é possível dizer que “o homem é a sua morada”, o “homem é o seu modo particular de reprodução, ou seja, a sua família”, já que – na alimentação, no vestuário, na casa, na reprodução – residem elementos da vida social, nos quais, da maneira mais evidente e ampla (isto é, com extensão de massa), manifesta-se o conjunto das relações sociais (Ibidem).

Na citação acima, Gramsci reuniu sob a rubrica de “relações sociais” dois elementos complementares e interpenetrados, natureza e sociedade: de um lado, a alimentação (“o homem é o que come”), o corpo humano, o processo reprodutivo (a mais “natural” das nossas relações) e a transformação da natureza (matéria); do outro, as relações de parentesco, a cultura (“todo agrupamento social tem uma alimentação fundamental própria”) e a massificação da produção (“extensão de massa”).

Mais adiante no Caderno, Gramsci se deteve na conceituação da natureza humana. Asseverava que “a afirmação de que a ‘natureza humana’ é o ‘conjunto das

relações sociais' é a resposta mais satisfatória porque inclui a idéia do devir; o homem 'devém', transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais" (Idem: 245). Se for tomada a concepção de "relações sociais" apresentada neste parágrafo (§35), perceber-se-á que as relações dialéticas entre sociedade (parentesco, produção, etc.) e natureza (alimento, vestuário, corpo, etc.) compõem a "natureza humana" e que a transformação dessa natureza humana ocorre na medida em que são transformadas as relações sociais, ou seja, as relações entre o homem e o ambiente, entre a sociedade e a natureza. Isso também reforçava a crítica de Gramsci ao princípio liberal que estabelece uma "natureza humana" (essência) universal e atemporal.

Giorgio Baratta, ao analisar o mesmo trecho, afirma que, para Gramsci, "natureza e sociedade entram na constituição do indivíduo tanto quanto este entra a fazer parte daquelas, em um intercâmbio contínuo de funções e papéis" (Baratta, 2004: 128). Como Gramsci afirmou em outro trecho dos Cadernos: o homem é o centro de amarração de todas essas relações sociais e naturais.

No mesmo parágrafo existem oscilações importantes no conceito de natureza humana: "também é possível dizer que a natureza do homem é a 'história' (e nesse sentido, posta história = espírito, de que a natureza do homem é o espírito), contanto que se dê a história o significado de 'devir', em uma *concordia discors* que não parte da unidade, mas que tem em si as razões de uma unidade possível" (Gramsci, 2004c: 245). Gramsci manteve em seu vocabulário os conceitos hegelianos de espírito e devir, lembrando aos marxistas que Hegel foi o grande manancial filosófico da obra marxiana. Baratta analisa o trecho acima:

Neste "tornar-se" [devir] há toda uma história de relações (de "relações sociais") que conjugam, de forma dinâmica, o particular ao universal, o indivíduo à coletividade, de forma mais geral à espécie humana, e juntos conjugam, em um nível ainda mais geral, o gênero ou a espécie humana ao conjunto da natureza. Com uma formulação concisa, que resume um raciocínio complexo, Gramsci escreve que "a natureza do homem é história" (Baratta, 2004: 123).

No Caderno miscelâneo nº 9, escrito entre julho e agosto de 1932, Gramsci faz a seguinte referência sobre o idealismo: "Para Croce, as ciências filosóficas são as únicas e verdadeiras ciências, enquanto as ciências físicas ou exatas são 'empíricas' e abstratas, porque para o idealismo a natureza é uma abstração

convencional, ‘cômoda’, etc.” (Gramsci, 2004c: 255). A passagem reforçava a contínua superação por Gramsci dos conceitos idealistas, principalmente no formato desenvolvido por Croce, que o autor sardo considerava conservador frente à revolução cultural e conceitual desencadeada por Hegel no século XIX.

Entre meados de abril e maio de 1932, no Caderno especial nº 10, no §1, o autor sardo afirmava que “se se diz que ‘natureza do homem é o espírito’ diz-se que ela é a ‘história’, ou seja, o conjunto das relações sociais em processo de desenvolvimento, ou, ainda, o conjunto da natureza e da história, das forças materiais e daquelas espirituais ou culturais” (Gramsci, 2004c: 281). Ao conceito de história, apresentado em parágrafos já mencionados, Gramsci unificava espírito e natureza, e afirmava que formavam o “conjunto das relações sociais em processo de desenvolvimento”, isto é, em constante “devir”. Além disso, podemos depreender a seguinte fórmula: natureza humana = espírito = história = natureza → devir. Gramsci, evidentemente, abandonou a visão da juventude (1916): “o homem é sobretudo espírito, ou seja, criação histórica, e não natureza” (cf. pág. 98).

Em outro ponto do referido Caderno, precisamente no §9 (abril e maio de 1932), Gramsci discutiu o conceito de mercado determinado, categoria marxiana: “‘mercado determinado’, em outras palavras, um ambiente organicamente vivo e articulado em seus movimentos de evolução” (Idem: 318). Os termos “orgânico” e “evolução” se articulam com os conceitos de devir e de história que foram expostos por Gramsci neste Caderno. Gramsci utilizou termos biológicos (cf. pág. 100) para explicar a historicidade e o devir do mercado (produção).

No Caderno nº 12, §2 (maio e junho de 1932), surgem as conseqüências ontológicas da relação entre homem e natureza: “a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado a dominar as leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através do qual o homem participa ativamente na vida da natureza”, dito de outra maneira, “visando transformá-la e socializá-la [natureza] cada vez mais profunda e extensamente” (Gramsci, 2004d: 43). No mesmo parágrafo, Gramsci acrescenta que o “conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural com base no trabalho, na atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta (...) e fornece o ponto de partida para o desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo” (Ibidem).

Várias reflexões estão contidas nesse parágrafo (§2): 1) o trabalho é a forma

ativa de participação do homem na natureza (seu instrumento de interação com as cadeias bioquímicas planetárias); 2) essa interação com a natureza não se dá de forma aleatória, o Estado organiza essa participação coletiva (“a lei civil e estatal”) e cultural; 3) se deduz que existe um ponto de equilíbrio entre as “ordens” (social e natural); 4) se deduz ainda, que esse equilíbrio liberta o homem da dominação ideológica (provavelmente estava se referindo à religião), possibilitando uma nova história (para um mundo novo).

O Caderno nº 9, entre julho e agosto de 1932, no §65, comentando o termo “acaso” (que Gramsci associa à natureza) está escrito que:

Sempre estamos na defensiva contra o “acaso”, ou seja, o concurso imprevisível de forças contrastantes que nem sempre podem ser todas identificadas (e negligenciar apenas uma delas impede que se preveja a combinação efetiva das forças que sempre dá originalidade aos acontecimentos), e podemos “atacá-lo” no sentido de intervir ativamente em sua produção e, de nosso ponto de vista, torná-lo menos “acaso” ou “natureza” e mais efeito de nossa atividade e vontade (Gramsci, 2002a: 296).

Gramsci utiliza os termos “acaso”, “natureza” e “atacá-lo” justamente porque não parece sua intenção, na maturidade, contrapor mecanicamente natureza e homem. Na verdade, Gramsci, como todos os marxistas desse período, buscava desvendar os fenômenos constantes (economia) e ocasionais (vontade ou o acaso) que determinavam (do ponto de vista histórico) as transformações na sociedade, por isso a necessidade de não “negligenciar” nenhum acontecimento social. Contudo, não deixam de ser “forças contrastantes” as intempéries climáticas que provocam catástrofes, fenômenos que o homem também tenta prever.

O conceito de acaso (relacionado ao conceito de natureza³⁵) tem grande destaque na obra de Edgar Morin, havendo uma aproximação com a definição de Gramsci. Como vimos, para o autor sardo, acaso significa o “concurso imprevisível de forças contrastantes”, que para Morin tem acepção similar:

³⁵ . Conceito de Natureza, segundo Edgar Morin: “A Natureza é o que religa, articula, faz comunicar em profundidade o antropológico ao biológico e ao físico. Precisamos então reencontrar a Natureza para reencontrar a nossa Natureza, como haviam sentido os românticos, autênticos guardiões da complexidade durante o século da grande Simplificação. A partir de então, vemos que a natureza do que nos afasta da Natureza constitui um desenvolvimento da Natureza, e nos aproxima ao mais íntimo da Natureza da Natureza. A Natureza da Natureza está em nossa natureza. Nosso próprio desvio com relação à Natureza é animado pela Natureza da Natureza” (Morin, 2005: 451).

A eventualidade e o acaso podem ser definidos. O matemático Chaitin mostrou que o acaso pode ser definido se comparado a um computador. Deriva do acaso toda seqüência que não pode ser concebida a partir de um algoritmo e que necessita, então, ser descrita na sua totalidade. Thom usou o mesmo sentido para definir o acaso no seu artigo, no qual ele declarava guerra ao acaso: “o que não pode ser estimulado por nenhum mecanismo, nem deduzido por nenhum formalismo”. Nesse caminho, chegamos (...) onde o acaso nos priva da lei e do princípio para conceber um fenômeno (Morin, 2007: 210).

É visível que Gramsci e Morin consideram impossível eliminar totalmente o imprevisível e a originalidade (“torná-los menos acaso”), mesmo que exista um grande esforço (vontade e atividade) para estabelecer a ordem (previsibilidade) dos eventos:

A organização e a ordem resultam num princípio de seleção que diminui as ocorrências possíveis de desordem, aumenta no espaço e no tempo suas possibilidades de sobrevivência e/ou de desenvolvimento e permite edificar, sob forma de improbabilidade geral difusa e abstrata, uma probabilidade concentrada local temporária e concreta (Morin, 2005: 107).

Entre julho e agosto de 1932, no Caderno especial nº 11, §22, Gramsci escreveu: “este é o ponto crucial de todas as questões nascidas em torno da filosofia da práxis e, sem tê-lo resolvido, é impossível resolver o outro, o das relações entre a sociedade e a ‘natureza’, ao qual é dedicado um capítulo especial no Ensaio [Bukhárin]” (Gramsci, 2004c: 140). O tema não completamente resolvido ao qual Gramsci faz referência versa sobre como nasce a história a partir da estrutura (economia). O que significa dizer que na economia (e seus “reflexos” sobre a superestrutura) se manifestam os fundamentos para um estudo das relações entre homens e natureza.

No §30, mesmo Caderno e período, o autor sardo indagava se “o conceito idealista segundo o qual a natureza é apenas a categoria econômica, não poderia, depurado de suas superestruturas [que para Gramsci também são as ideologias] especulativas, ser reduzido aos termos da filosofia da práxis, demonstrando-se que ele é historicamente ligado a esta e constituiu um seu desenvolvimento?” (Idem: 160). Com essa pergunta, Gramsci apresenta o seguinte argumento: para o marxismo não interessa as características físico-químico-mecânicas que a natureza adquire em contato com o trabalho humano, mas sua relevância enquanto “objeto de

propriedade de determinadas forças sociais, enquanto expressa uma relação social e esta corresponde a um determinado período histórico” (Idem: 161).

Por isso, Gramsci demonstrava interesse pela história do desenvolvimento das técnicas e tecnologias, pois elas dão a medida, o grau de desenvolvimento, da relação homem e natureza:

A eletricidade é historicamente ativa, mas não como mera força natural (como descarga elétrica que provoca incêndios, por exemplo), e sim como um elemento de produção dominado pelo homem e incorporado ao conjunto das forças materiais de produção, objeto de propriedade privada. Como força natural abstrata, a eletricidade existia mesma antes de sua redução a força produtiva, mas não operava na história, sendo um tema para hipóteses na ciência natural (e, antes, era o “nada” histórico, já que ninguém se ocupava dela e, ao contrário, todos a ignoravam) (Ibidem).

No mesmo Caderno, entre agosto e final de 1932, §34, Gramsci segue analisando a mediação, exercida pela técnica e a tecnologia, entre natureza e homem: “na atividade experimental do cientista, que é o primeiro modelo de mediação dialética entre o homem e a natureza, a célula histórica elementar pela qual o homem, pondo-se em relação com a natureza através da tecnologia, a conhece e a domina” (Idem: 166). Além disso, afirmava que a experiência científica era a “primeira célula do novo método de produção, da nova forma de união ativa entre o homem e a natureza” (Ibidem).

Somado a isso, Gramsci foi brilhante em sua breve e inconclusa análise (Nota I, §34) da obra “História e Consciência de Classe” de Georg Lukács (1885-1971) (provavelmente Gramsci não conhecia a obra diretamente, talvez por contato indireto em artigos), produzindo uma das passagens mais significativas e esclarecedoras desse Caderno:

Parece que Lukács³⁶ afirma que só se pode falar de dialética para a história dos homens e não para a natureza. Pode estar errado e pode ter razão. Se sua afirmação pressupõe um dualismo entre a natureza e o homem, está errado, já que cai numa concepção da natureza própria da religião e da filosofia greco-cristã, bem como do idealismo, que não consegue unificar e relacionar o homem e a natureza mais do que verbalmente. Mas, se a história humana deve também ser concebida como história da natureza (também através

³⁶ . Erro de Gramsci.

da história da ciência), então como a dialética pode ser separada da natureza? (Idem: 167).

O parágrafo 37 completa a bela exposição acima: “para a filosofia da práxis o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz essa separação, cai-se numa das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido” (Idem: 175). Nas duas passagens está posto um princípio fundamental: a explícita oposição de Gramsci ao dualismo homem-natureza, que se manifesta em outros binarismos, como os referidos na citação do §37. Além disso, fica patente a relação entre homem (pensar, atividade) e natureza (ser, matéria), ou seja, a natureza é o ser/matéria que corporeifica o pensamento, a cultura, o homem. Não existe possibilidade de dissociarmos biologia e filosofia, ser e pensar, inspirar e transpirar.

No que tange aos filósofos (§62), a unidade homem-natureza é condição necessária para a longevidade de qualquer filosofia (o que inclui o marxismo):

Todo filósofo está e não pode deixar de estar convencido de que expressa a unidade do espírito humano, isto é, a unidade da história e da natureza; de fato, se tal convicção não existisse, os homens não atuariam, não criariam uma nova história, isto é, as filosofias não poderiam transformar-se em “ideologias”, não poderiam assumir na prática a granítica e fanática solidez daquelas “crenças populares” que têm a mesma energia das “forças materiais” (Idem: 204).

Ainda no parágrafo 62: “Deve-se dizer, também, que a passagem da necessidade para a liberdade ocorre na sociedade dos homens e não na natureza (se bem que poderá ter consequências sobre a intuição da natureza, sobre as opiniões científicas, etc.)” (Idem: 206). Na relação dialética entre homem e natureza, o papel ativo, ontológico, está no primeiro fator da equação, o homem, a sociedade na qual existe (§64): “identidade dos contrários no ato histórico concreto, isto é, atividade humana (história-espírito) em concreto, indissolivelmente ligada a uma certa ‘matéria’ organizada (historicizada), à natureza transformada pelo homem” (Idem: 209). As transformações no ambiente realizadas pelo homem provocam mudanças na própria natureza humana, por isso Gramsci suspeita de uma mudança na “intuição da natureza” e menciona uma certa “matéria historicizada”.

No Caderno nº 10, dessa vez no §41, do mês de agosto de 1932, o autor italiano afirmou que a nova concepção de história (e de ciência) “vincula o homem à

natureza por meio da técnica, mantendo a superioridade do homem e exaltando-a no trabalho criador; portanto, exalta o espírito e a história” (Idem: 365). O homem é espírito, portanto história e natureza, mas essa unidade, como já foi visto no início do capítulo, não é monista, mas dialética, mediada pela técnica e pelo trabalho.

A concepção anti-monista precisa sempre ser levada em consideração para que as assertivas de Gramsci não pareçam esbarrar no dualismo idealista. Não se pode esquecer que a precariedade das condições de estudo de Gramsci (e a natureza não-sistemática dos Cadernos) provocou inconstâncias na escrita e no tratamento de alguns conceitos. Por isso, não se pode saber quais argumentos e conceitos Gramsci teria agrupado se tivesse publicado seus escritos.

Além disso, ainda no Caderno nº 10, Gramsci, citando Mario Missiroli, fez uma profunda crítica ao que chamou de “dualismo greco-cristão”:

A humanidade é ainda inteiramente aristotélica e a opinião comum segue ainda o dualismo que é próprio do realismo greco-cristão. Que o conhecer seja um “ver” antes que um “fazer”, que a verdade esteja fora de nós, existente em si e para si e não como uma nossa criação, que a “natureza” e o “mundo” sejam realidades intangíveis, são coisas de que ninguém dúvida; e corre o risco de passar por louco aquele que afirme o contrário. Os defensores da objetividade do saber, os defensores mais rígidos da ciência positiva, da ciência e do método de Galileu contra a gnosiologia do idealismo absoluto encontram-se hoje entre os católicos (Idem: 365-6).

No trecho acima, Gramsci utilizou o artigo de Missiroli para criticar o positivismo que dividiu homem e natureza, sendo que esta seria “intangível”, uma realidade independente do homem (rompendo o vínculo homem = história = natureza). A dualidade do positivismo serviu para inverter a lógica: como as leis naturais eram imutáveis, também a sociedade deveria ser analisada através do método científico mais acabado e preciso, o método quantitativo e pretensamente neutro das ciências naturais.

Entre os meses de setembro e novembro de 1932, no Caderno miscelâneo nº 9, §121, Gramsci afirmava que o clássico alemão Goethe conseguiu manter certa atualidade quando tratava o tema da relação entre natureza e homem, “porque expressa, sob forma serena e clássica, aquilo que Leopardi, por exemplo, é ainda conturbado romantismo: a confiança na atividade criadora do homem, numa natureza vista não como inimiga e antagonista, mas como uma força a ser conhecida e dominada” (Gramsci, 2001: 122).

Cabe aqui um salto cronológico, para apontar que nos meados de janeiro e fevereiro de 1933, no Caderno miscelâneo nº 14, §41, o autor sardo buscava outro clássico da literatura para evidenciar a relação homem e natureza, dessa vez Balzac: “compreende-se a admiração que nutriram por Balzac os fundadores da filosofia da práxis [Marx e Engels]: que o homem seja todo o conjunto das condições sociais nas quais se desenvolveu e vive, que para ‘mudar’ o homem seja preciso modificar este conjunto de condições, é algo intuído por Balzac” (Gramsci, 2002c: 245). No mesmo parágrafo, Gramsci aponta que “é também verdade que este ‘conjunto de condições’ ou ‘ambiente’ foi compreendido de modo ‘naturalista” (Ibidem).

Em dezembro de 1932, no §48 do Caderno especial nº 10 (“Introdução ao estudo da filosofia”), Gramsci traça uma importante relação entre os conceitos de progresso e natureza: “O nascimento e o desenvolvimento da idéia de progresso correspondem à consciência difusa de que se atingiu uma certa relação entre a sociedade e a natureza (incluindo no conceito de natureza o de acaso e o de ‘irracionalidade’)” (Gramsci, 2004c: 403). A idéia de progresso (domínio da natureza, crescimento constante da produção e do consumo) tem a marca da civilização capitalista, daí sua oposição à natureza (concebida pelo capitalismo como o mundo da “irracionalidade”).

Já em 1932, segundo o autor sardo, a idéia de progresso se encontrava em crise: “os ‘portadores’ oficiais do progresso tornaram-se incapazes deste domínio [da natureza], já que suscitaram forças destruidoras atuais tão perigosas e angustiantes quanto as do passado (hoje ‘socialmente’ esquecidas, mas não por todos os elementos sociais)” (Idem: 404). Gramsci se refere às crises econômicas e ao desemprego, deixando subentendido (nossa dedução), sem desenvolver essa linha de raciocínio, que a ausência de domínio sobre a natureza está na base dessas “forças destruidoras”. Contudo, seria forçar o pensamento gramsciano afirmar que, nesse trecho, existiu uma preocupação ecológica (no máximo ambiental).

No §48 estão, até o presente momento desta análise, os argumentos mais incisivos de Gramsci sobre a natureza. O autor afirma que “dado que o homem é também o conjunto das suas condições de vida, pode-se medir quantitativamente a diferença entre o passado e o presente, já que é possível medir a medida em que o homem domina a natureza e o acaso” (Idem: 406). Interessam dois pontos dessa sentença: o homem é o conjunto das condições de vida (argumento bastante

explorado anteriormente); a relação entre homem e natureza (domínio do ponto de vista capitalista) possibilita caracterizar o modo de produção e o estágio de sua evolução.

Além disso, “o homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo” (Ibidem). Para Baratta, “é em virtude desta componente ‘ativa’ e ‘relacional’ (...) de todo comportamento humano, que a ‘humanidade’ do ‘indivíduo’ se traduz, sem resíduos, no relacionamento estrutural com os ‘outros homens’ e a natureza” (Baratta, 2004: 121).

Vários elementos importantes estão presentes nessa citação de Gramsci: a realidade é um bloco histórico composto por matéria, individualidades e coletivos; a transformação desse bloco histórico implica mudanças nas relações com a matéria (produção), na concepção de indivíduo (de homem) e na própria sociedade. Podemos deduzir que, na teoria gramsciana, um projeto de mudança da sociedade passa pela mudança nas relações entre homem e natureza. Essa não é a tese do ambientalismo crítico? Nesse aspecto, não existem pontos de convergência entre Gramsci e a Educação Ambiental Transformadora?

Seguindo essa linha de reflexão, Gramsci reforçava e aprofundava o argumento apresentado na citação anterior:

É uma ilusão e um erro supor que o “melhoramento” ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é “individual”, mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para fora, transformadora das relações externas, desde aquelas com a natureza e com os outros homens em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive, até a relação máxima, que abarca todo o gênero humano. Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente “político”, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os outros homens realiza a sua “humanidade”, a sua “natureza humana” (Gramsci, 2004c: 406-7).

Existe aqui uma relação importante entre o pensamento gramsciano e a Educação Ambiental transformadora: 1) a mudança da sociedade e dos indivíduos é um evento molecular e igualmente coletivo, pois as transformações se processam nas relações que travamos com a “natureza e com os outros homens”; 2) o homem é um ser social e, portanto, político (essa é a sua natureza); 3) podemos deduzir que a

mudança é um ato político, assim como a Educação Ambiental é um ato político.

Em fevereiro de 1933, no Caderno especial nº 10, §53 (“Pontos de meditação sobre a economia”), tem-se a seguinte passagem sobre o consumo no capitalismo: “Mas não apenas os puros consumidores aumentam de número; aumenta também o seu padrão de vida, isto é, aumenta a quota de bens por eles consumidos (ou destruídos)”. No mesmo parágrafo e página: “Uma sociedade que afirma trabalhar para criar parasitas, para viver do chamado trabalho passado (que é uma metáfora para indicar o trabalho atual dos outros), destrói, na realidade, a si mesma” (Idem: 411). Para Gramsci consumo e “aumento do padrão de vida” está relacionado com “destruição”, um juízo que, transmutado para nossos dias, seria um diagnóstico preciso da situação metabólica do capitalismo.

O §54, do Caderno nº 10, escrito no final de fevereiro de 1933, contém uma espécie de sumário do pensamento dialético de Gramsci sobre a natureza. Pode-se afirmar que, nas próximas citações, estão os elementos centrais do pensamento gramsciano acerca do conceito materialista de natureza. Os trechos trabalhados até aqui (1930-32), acumularam entendimentos e conceitos para as altas reflexões que Gramsci desenvolveu a partir de 1933.

Na primeira frase, Gramsci nos diz que “a humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro elementos não são tão simples quanto poderia parecer” (Idem: 413). A humanidade, portanto, está assentada sobre este tripé fundamental, onde Gramsci incluiu a natureza.

Na seqüência do §54, Gramsci explica a complexidade da relação entre os homens e destes com a natureza: “O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos” (Ibidem). Por isso, “o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica” (Ibidem). Estão presentes todos os elementos apresentados até aqui: mediação homem-natureza pelo trabalho-técnica; a relação homem = história = natureza.

As relações apontadas por Gramsci “não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, modifica-se, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto

de relações do qual é o centro estruturante” (Ibidem). Nesse sentido:

O verdadeiro filósofo é – e não pode deixar de ser – nada mais do que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto das relações de que todo indivíduo faz parte. Se a própria individualidade é o conjunto destas relações, construir uma personalidade significa adquirir consciência destas relações; modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações (Ibidem).

Além disso, a consciência “mais ou menos profunda delas [do conjunto das relações que o indivíduo faz parte] já as modifica. As próprias relações necessárias, na medida em que são conhecidas em suas necessidade, mudam de aspecto e de importância. Nesse sentido, o conhecimento é poder” (Idem: 414). No entanto, Gramsci não considera suficiente expor o problema dessa maneira, acrescenta um dado histórico: “não é suficiente conhecer o conjunto das relações enquanto existem em um dado momento como um dado sistema, mas importa conhecê-los geneticamente, em seu movimento de formação, já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações”, ou seja, “o resumo de todo o passado” (Ibidem).

A alienação é um tema marxiano. Quando Gramsci faz referência a “consciência destas relações [sociais]”, onde está a natureza, nos remete ao conceito de natureza alienada de Marx (exposto no segundo capítulo: “Toda a auto-alienação do homem, de si mesmo e da natureza, manifesta-se na relação que ele postula entre os homens, para si mesmo e para a natureza. Assim como aliena a própria atividade, também confere a um estranho a atividade que não lhe pertence (Marx, 2004: 119).

Não fosse a distância temporal que separa Gramsci e os ambientalistas, poderíamos dizer que seu discurso está pronto para ser apropriado pelo movimento, pois reunia a perspectiva molecular e coletiva dos processos históricos:

Dir-se-á que o que cada indivíduo pode modificar é muito pouco, com relação às suas forças. Isto é verdadeiro apenas até um certo ponto, já que o indivíduo pode associar-se com todos os que querem a mesma modificação; e, se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical do que à primeira vista parecia possível (Gramsci, 2004c: 414).

Ainda na linha da livre associação entre os homens, Gramsci completou o quadro incluindo a natureza e a técnica (filosofia, tecnologia e trabalho). Nesse trecho, Gramsci qualifica o conceito de técnica, oferecendo uma acepção ampla e depurada dos elementos produtivistas que possui na versão capitalista:

As sociedades das quais um indivíduo pode participar são muito numerosas, mais do que possa parecer. É através destas “sociedades” que o indivíduo faz parte do gênero humano. Por conseguinte, são múltiplas as maneiras pelas quais o indivíduo entra em relação com a natureza, já que, por técnica, deve-se entender não só o conjunto de noções científicas aplicadas à indústria como habitualmente se entende, mas também os instrumentos “mentais”, o conhecimento filosófico (Ibidem).

Na próxima passagem, considera-se o termo “sociedade das coisas” uma designação para natureza e também o mundo da produção material, contudo não ficou precisa a intenção de Gramsci: “É um lugar comum a afirmação de que o homem pode ser concebido somente como vivendo em sociedade; todavia, não se extraem de tal afirmação todas as consequências necessárias, inclusive individuais” (Ibidem). Que consequências são essas? “Uma determinada sociedade humana pressupõe uma determinada sociedade das coisas e que a sociedade humana só é possível enquanto existe uma determinada sociedade das coisas é também um lugar-comum” (Ibidem).

Por fim, no último argumento do §54, o autor sardo asseverava ser necessário “elaborar uma doutrina na qual todas estas relações sejam ativas e dinâmicas, fixando bem claramente que a sede desta atividade é a consciência do homem individual que conhece, quer, admira, cria, na medida em que conhece, quer, admira, cria, etc.” (Idem: 415). O flagrante idealismo desse trecho se completa com a sentença final sobre o “homem que se concebe não isoladamente, mas repleto de possibilidades oferecidas pelos outros homens e pela sociedade das coisas, da qual não pode deixar de ter um certo conhecimento” (Ibidem).

Entre fevereiro e março de 1934, Caderno especial nº 22, §2, onde analisou o fenômeno do Americanismo/Fordismo, Gramsci faz referência aos desequilíbrios sistêmicos: “cada sistema tem uma sua lei das proporções definidas³⁷ na composição demográfica, um seu equilíbrio ‘ótimo’ e desequilíbrios que, se não

³⁷ . Conceito de Lei das proporções definidas: “Cada modificação numa parte determina a necessidade de um novo equilíbrio com o todo” (Gramsci, 2002a: 84).

forem oportunamente corrigidos através da legislação, podem se tornar em si mesmo catastróficos, já que fazem secar as fontes da vida econômica nacional” (Gramsci, 2001: 247). A esse princípio Gramsci acrescenta o conceito de qualidade: “a qualidade humana eleva-se e se refina na medida em que o homem satisfaz um número maior de necessidades e, portanto, torna-se independente delas. O alto preço do pão, devido ao fato de se pretender manter um número maior de pessoas ligado a uma determinada atividade, leva à desnutrição” (Idem: 261).

Gramsci não escondia sua admiração pelas transformações tecnológicas, individuais e societárias que ocorriam com o industrialismo nos Estados Unidos da América (por isso Americanismo) das décadas de 20 e 30. Acreditava que a base material, constituída no processo de racionalização da produção, poderia ser reorganizada para satisfazer as necessidades humanas, contudo criticava com veemência o uso capitalista dessa nova racionalidade industrial.

A história do industrialismo foi sempre (e se torna hoje de modo ainda mais acentuado e rigoroso) uma luta contínua contra o elemento “animalidade” do homem, um processo ininterrupto, freqüentemente doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão sempre novos, mais complexos e rígidos, que tornam possíveis as formas cada vez mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo. Esta luta é imposta a partir de fora e os resultados obtidos até agora, embora de grande valor prático imediato, são em grande parte puramente mecânicos, não se transformaram numa “segunda natureza” (Idem: 262).

Loureiro critica a imprecisão de Gramsci com relação aos possíveis benefícios do industrialismo americano no controle dos instintos dos homens: “Apesar de pôr em questão a mecanização da vida humana construída pela industrialização de cima para baixo, sem uma ação consciente dos trabalhadores, não aborda os limites desse processo” (Loureiro, 2003: 108). Ou seja, para Loureiro, Gramsci possuía uma “fé exagerada na industrialização” e teria realizado uma defesa “não muito cuidadosa da racionalização do processo de trabalho industrial” (Ibidem).

O tecnicismo de Gramsci é um limite importante da sua teoria sobre a natureza autoritária do Americanismo. Além disso, essa ressalva serve para colocar-se em evidência esta incompatibilidade pontual de Gramsci com o ideário da

Educação Ambiental transformadora. Por outro lado, ao exemplo de Gramsci, o ambientalismo também deposita sobre a tecnologia e a técnica grande responsabilidade pela busca e implementação de “soluções” para a crise ambiental, perspectiva que, obviamente, é preciso superar.

O Caderno especial nº 16, §12, escrito por Gramsci entre fevereiro e final de 1934, um dos últimos textos na prisão, contém algumas passagens onde mencionava o modo de vida no Americanismo: “é preciso referir-se às relações técnicas de produção, a um determinado tipo de civilização econômica que, para ser desenvolvida, requer um determinado modo de viver, determinadas regras de conduta, um certo costume. É preciso convencer-se de que não só é ‘objetivo’ e necessário um certo instrumento, mas também um certo modo de comportar-se” (Gramsci, 2001: 52).

Sobre as propriedades da natureza, Gramsci escreveu em 1934 (§12): “é preciso desde logo estabelecer que não se pode falar de ‘natureza’ como algo fixo, imutável e objetivo” (Idem: 51). Além disso, reafirmava um argumento apresentado em outros Cadernos: “a ‘natureza’ do homem é o conjunto das relações sociais, que determina uma consciência historicamente definida; só esta consciência pode indicar o que é ‘natural’ ou ‘contra a natureza’. Além disso: o conjunto das relações sociais é contraditório a cada momento e está em contínuo desenvolvimento” (Ibidem). Confirmando o prognóstico anterior, acrescenta o princípio da vontade:

Se o indivíduo, para mudar, tem necessidade de que toda a sociedade mude antes dele, mecanicamente, por meio de sabe-se lá qual força extra-humana, nenhuma mudança jamais aconteceria. Ao contrário, a história é uma contínua luta de indivíduos e de grupos para mudar aquilo que existe em cada momento dado (...). O ambiente, pois, não justifica, mas só “explica” o comportamento dos indivíduos, e especialmente daqueles historicamente mais passivos (Idem: 54-5).

O ambiente (as relações sociais) “não justifica, mas só explica” o comportamento dos homens, esse é um princípio avançado para uma época em que subsistia o economicismo entre as tendências marxistas. Tanto ambiente, quanto natureza (principalmente a segunda), são conceitos que se articulam com a teoria política, unitária e coerente, que Gramsci desenvolveu sobre o socialismo (sociedade regulada). Socialismo que se apresenta como o projeto de uma nova sociedade, um novo homem, uma nova cultura e uma nova relação com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa envolvendo um autor como Antonio Gramsci é uma tarefa arriscada, pois milhares de publicações, entre livros, teses, dissertações e artigos, buscaram abarcar a totalidade ou aspectos da sua obra. Poder-se-ia dizer que quase tudo já foi dito ou escrito sobre Gramsci, o que não é verdade. A flexibilidade de sua teoria e a amplitude dos temas tratados garantem uma constante renovação dos argumentos e das possibilidades de pesquisa.

Além disso, como se percebeu, entre os “gramscianos” existem diversas linhas de interpretação dos seus escritos, como liberais, social-liberais, social-democratas, socialistas gradualistas, leninistas, maoístas, entre outros. Cada tendência buscou enquadrar Gramsci nos seus esquemas teóricos, utilizando as suas análises e conceitos para justificar atitudes díspares. Longe de ser um demérito, as várias interpretações atestam a vitalidade da concepção de mundo do autor sardo.

Esta avaliação sobre Gramsci visou não ser dogmática, mas também não deveria ser ahistórica ou despolitizada. Diante dos argumentos expostos nos capítulos III e IV, caracterizou-se Gramsci da seguinte maneira:

1) questões sociais (culturais, educacionais e políticas), filosóficas e econômicas se entrelaçam dialeticamente na teoria gramsciana, impedindo uma visão simplista e sim complexa da realidade;

2) melhor do que determinar a filiação teórica de Gramsci, seria preciso reconhecer que o autor sofreu influências (e as superou) vindas do idealismo, do sindicalismo revolucionário e do próprio marxismo, esse caldo cultural produziu o discurso e as práticas gramscianas;

3) não se pode desvincular o Gramsci pensador do militante conselheiro, muito menos do homem de partido. O autor sardo dedicou toda sua vida adulta a vida partidária e suas tarefas inerentes, reconhecer esse aspecto não inviabiliza a originalidade do seu pensamento;

4) pode-se afirmar que hegemonia, sociedade civil, liberdade e política são conceitos ambientais. Articulam diversos aspectos da realidade, conectam os homens entre si e representam a interação entre as instituições, entidades, intelectuais e natureza. Em várias passagens desse estudo, principalmente aquelas

que tratavam do *Risorgimento* e do Americanismo/Fordismo, ficaram evidentes os aspectos relacional e dialético da leitura gramsciana;

5) longe de querer manter o *status quo* da sociedade capitalista, Gramsci defendia uma profunda transformação ético-política e cultural dos homens e da sociedade civil (reabsorção da sociedade política pela sociedade civil). O autor sardo, portanto, desejava a derrota do capitalismo, sem fórmulas mágicas ou sectárias, mas contando com a mobilização da massa trabalhadora (por isso seu interesse pela cultura e educação). Gramsci não pensava em uma vanguarda iluminada realizando o ato libertador, acreditava em movimentos de massas;

6) Gramsci combateu o determinismo (incluindo as noções de erro e acaso em sua argumentação), os reducionismos e as interpretações estéreis (sem conseqüências na prática). Essa opção possibilitou escapar do economicismo de várias tendências marxistas e valorizar o papel da vontade (potência) e da política na história. Na perspectiva gramsciana, o indivíduo não desapareceu, subsumido na coletividade, seu papel está garantido como o centro de amarração de uma miríade de relações, representações e, claro, dependências sociais.

O estudo de Gramsci, considerando as características acima, procurou contribuir a compreensão da Educação Ambiental e a localização deste estudo entre as tendências políticas que atuam no seu espectro. A variedade de argumentos e teorias no campo da Educação Ambiental exige que busquemos referências teóricas e práticas para não se perder a coerência política. A luta contra o capitalismo e a degradação ambiental não pode admitir ecletismos teóricos.

A Educação Ambiental Transformadora (EAT) ofereceu-nos as melhores respostas teóricas para a crise civilizacional em curso. Por buscar referências no marxismo, principalmente em Marx e Gramsci, a EAT propõe uma leitura sistêmica da degradação ambiental, se afastando das perspectivas monistas, individualistas ou moralistas de outras tendências. A EAT busca unificar, dialeticamente, a dimensão ética e comportamental (individual) com a dimensão societária (coletiva), sem exaltar nem o indivíduo, nem a coletividade. Além disso, existem aproximações importantes entre os interesses de Gramsci e aqueles expressos pela EAT:

1) a EAT possui um conteúdo emancipatório (revolucionário), pois articula dialeticamente conteúdo e forma, defendendo transformações ético-políticas, locais e globais, individuais e coletivas, nas relações entre o homem e a natureza;

2) o adjetivo “transformadora” se justifica pela busca de novos patamares societários (políticos e econômicos) e da formação cultural e política de um novo homem, o que a aproxima da concepção gramsciana de revolução;

3) como viu-se, a EAT defende: a) a repactuação entre homem e natureza; b) a politização da educação, buscando transformar o conteúdo e a forma da produção de cultura e do conhecimento; c) uma posição de classe frente à crise civilizacional em curso, não permitindo conciliações entre interesses opostos, acordos comuns nos marcos do capitalismo verde.

Mas de qual natureza está-se falando? Na perspectiva dos autores jusnaturalistas, natureza se refere ao estágio de pré-civilização da humanidade ou ao estado de selvageria entre os homens, todos em busca da satisfação dos desejos egoístas. A concepção liberal de natureza separou-a da humanidade, colocou-a no lado oposto do que chamamos civilização. Os grandes pensadores jusnaturalistas, como Hobbes, Locke, Rousseau e Montesquieu, também foram os intelectuais das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, o que significa dizer que suas concepções de natureza foram incorporadas (e aprofundadas) pelo imaginário do capitalismo nascente.

Na perspectiva de Marx e Engels, a natureza é o corpo inorgânico do homem, tornando-os parte de uma única realidade em contradição e movimento, apesar das distinções epistemológicas necessárias para evitarmos o monismo. Marx e Engels afirmam que a natureza foi alienada do homem através da propriedade privada e do trabalho fragmentado, insalubre e desprovido de atividade criadora. O corpo do homem é consumido no ritmo em que a natureza é consumida pelo capitalismo.

Além disso, a dupla de fundadores do marxismo se preocupou com a superexploração dos elementos naturais no sistema capitalista. No século XIX prognosticavam o esgotamento físico dos meios de produção (principalmente as terras) e da classe trabalhadora, duas conseqüências nefastas do capitalismo. Por isso, como vimos, Foster afirma que Marx acreditava numa falha na interação (metabolismo) entre as estruturas econômicas do sistema capitalista e a natureza. As perspectivas marxiana e engelsiana, portanto, nos ofereceram os parâmetros conceituais para localizar-se uma concepção de natureza em Gramsci.

Buscou-se em Gramsci a evolução interna do conceito materialista de natureza e percebeu-se grandes transformações de conteúdo e forma, processo que

acompanhou a transição de Gramsci para o marxismo. Ficaram evidentes dois aspectos: a) à medida que se afastava do idealismo, o conceito de natureza em Gramsci adquiria contornos mais definidos, até o ápice em 1932-33, quando já se encontrava no cárcere; b) a teorização de Gramsci é muito mais relacional, portanto ambiental e política, do que interessada em uma profunda elaboração do conceito de natureza – é correto afirmar que Marx e Engels se interessaram mais pelo conceito do que Gramsci.

Esta investigação possibilitou apontar as seguintes transformações e limites no conceito de natureza apresentado por Gramsci nos Cadernos do cárcere, no epistolário e nos artigos políticos da juventude:

1) na juventude (1910-1917), Gramsci considerava a natureza como um agente externo, oposto ao homem e que deveria ser dominado pela força. Essa leitura é obviamente liberal e hobbesiana, pois Gramsci seguia o discurso de uma sociedade que estava em franca expansão industrial, transformando o ambiente e as formas de vida. Como já foi exposto, essa foi uma visão de juventude, fruto da inexperiência intelectual, que na maturidade será completamente abandonada;

2) ainda na juventude (1918-1924), ocorre a primeira transformação molecular no conceito apresentado por Gramsci: a natureza passa a ser o elemento constitutivo de uma unidade orgânica e dialética com a sociedade. Essa mudança revela a aproximação de Gramsci com o marxismo e a superação gradual do idealismo de origem croceana e gentiliana. No entanto, essa mudança ganhou corpo somente no início da década de 30;

3) nos artigos, entretanto, ocorrem poucas referências ao conceito de natureza, principalmente naqueles escritos entre 1921 e 1926. Gramsci dedica mais energia aos debates políticos que estava travando com as tendências de direita do Partido Socialista. Mais tarde dirige suas atenções para os problemas organizacionais do novo Partido Comunista e para o crescimento do fascismo na Itália. Os conceitos de natureza ou ambiente aparecem associados a discussões mais amplas sobre história e natureza humana;

4) no epistolário, datado entre 1926 e 1937, quando Gramsci já estava no cárcere, aparecem os trechos mais curiosos sobre a natureza. Apesar de Gramsci não dedicar grande reflexão teórica sobre o tema, as interações com a natureza marcaram a memória do jovem sardo. Como Gramsci viveu sua infância e adolescência na Sardenha, as possibilidades de interagir com o ambiente (fauna e

flora) eram vastíssimas. Nas cartas enviadas para a mãe, mulher e filhos, Gramsci associava suas melhores lembranças aos encontros com animais e às paisagens naturais. Ficou evidente o quanto Gramsci considerou importante essas interações para sua formação intelectual e humana;

5) para o Gramsci dos anos entre 1930 e 1932, a natureza adquire duas características fundamentais: a) componente dialético que, ao lado do homem, compõe a realidade; b) matéria transformada pelo trabalho (alienado ou integral) no processo produtivo. Essa mudança revela a assunção do conceito materialista (dialético) de natureza e o abandono da noção de ambiente (preponderante nos escritos da juventude). Além disso, a relação entre homem e natureza não é mais de oposição (como na perspectiva liberal e cristã), mas dialética, interpenetrada;

6) nesse período, Gramsci utiliza a noção de acaso para se referir à natureza. Para o autor sardo, a previsão é uma ação concreta de modificação/conhecimento de um evento que não está ao comando dos homens. Por isso, a previsão para Gramsci ocorre através da análise das diversas variáveis de um determinado fenômeno, buscando (sem sucesso) conhecê-lo na totalidade;

7) a relação entre homem e natureza acontece mediada pelo trabalho (técnica e tecnologia). O tecnicismo de Gramsci é um limite importante: por considerar a técnica fundamental para que ocorra a interação entre os componentes da realidade (homem e natureza), Gramsci se aproximou da perspectiva racionalizadora da vida produtiva defendida pelo Americanismo/Fordismo. Apesar de reconhecer as psicopatias e atrofias físicas produzidas pela nova forma de organizar a produção, Gramsci simpatizava com a racionalidade que a fundamentava;

8) nos escritos do Gramsci de 1932 e 1934, o conceito de natureza evoluiu para o formato mais avançado que podemos encontrar nos Cadernos do cárcere: a) Gramsci considera a humanidade composta pela unidade de três elementos indissociáveis: o indivíduo, os outros homens e a natureza. Não se trata da realidade ou da história, mas da própria humanidade que se apresenta composta pelos homens e a natureza; b) o homem entra em contato com a natureza pelo fato dele mesmo ser natureza, o que praticamente inviabiliza ontologicamente qualquer dissociação entre homem e natureza.

Pode-se concluir, portanto, que o conceito de natureza em Gramsci seguiu o seguinte caminho conceitual (apesar das variações cronológicas): a) natureza como força oposta; b) natureza = história = espírito → devir; c) natureza humanizada ou

humanidade natural. O resultado é a superação do que Gramsci caracterizou como dualismo idealista entre homem e natureza.

Desse conjunto de assertivas, deve-se concordar com a visão gramsciana de que mudanças substanciais na relação entre homem e natureza ocorrerão na medida em que todas as relações sociais, políticas, culturais e econômicas forem transformadas. Para usar-se de maior exatidão, é preciso considerar as interações entre homens e natureza como atividades sócio-naturais, de onde originam o Estado, as religiões, a economia, as ideologias, etc.

Antonio Gramsci dizia que o ambiente não justifica, mas só explica o comportamento dos indivíduos. Aproximando esse pensamento para o tema deste estudo, pode-se afirmar que a constatação de que se está em um estágio avançado de destruição do planeta não significa dizer que nada pode ser feito. A exemplo de Gramsci, deve-se seguir o conselho de Marx, inscrito nas Teses sobre Feuerbach (1845): os filósofos tem apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade Civil e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental: nas trilhas do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- BARATTA, Giorgio. *As Rosas e os Cadernos: O pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BUTTIGIEG, Joseph A. *Educação e Hegemonia*. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.
- CHAUI, Marilena. *Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*, Volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- COUTINHO, Carlos N. *O conceito de política nos Cadernos do cárcere*. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.
- _____, Carlos Nelson (org.). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- ENGELS, Friedrich. *Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Editora Leitura S.A., 1979.
- FIORI, Giuseppe. *A Vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FOSTER, John Bellamy. *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. *Escritos Políticos*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004c.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004d.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 6, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

_____. *Cartas do Cárcere*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

_____. *Cartas do Cárcere*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

_____. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUIMARÃES, Mauro. *Armadilha paradigmática na Educação Ambiental*. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.). *Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006.

HOBBS, Thomas. *Do Cidadão*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KONDER, Leandro. *Os sofrimentos do homem burguês*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *Muito além da Natureza: Educação Ambiental e*

reprodução social. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.). *Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006.

LIGUORI, Guido. *Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade*. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. *Crise Ambiental, Educação e Cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória*. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

LOSURDO, Domenico. *Gramsci, do Liberalismo ao "Comunismo Crítico"*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

_____. *Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Educação Ambiental e Movimentos Sociais na construção da cidadania ecológica e planetária*. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental*. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.). *Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A Favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

_____. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

_____. *Manuscritos Econômicos-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MINC, Carlos. *Ecologia e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1997.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *O Método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

PETRAS, James. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: Editora FURB, 1999.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

SCHLESENER, Anita Helena. *Revolução e cultura em Gramsci*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a Sociedade Civil: Cultura e Educação para a Democracia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SOFFIATI, Arthur. *Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação*. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B (org.). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.

VACCA, Giuseppe. *Pensar o Mundo Novo: rumo à Democracia do Século XXI*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

DOCUMENTOS

BRASIL. *Agenda 21 – Resultado da Consulta Nacional*. Brasília: MMA, 2004a.

BRASIL. *Agenda 21 – Ações Prioritárias*. Brasília: MMA, 2004b.

BRASIL. *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores*. Brasília: MMA, 2005b.

BRASIL. *I Conferência Nacional de Educação Ambiental*. Brasília: MMA/MEC, 1997a.

BRASIL. *PRONEA*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005a.

BRASIL. *Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília: Senado Federal, 1997b.

CARTA DA TERRA, Holanda, 2001.

ONU. *Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros*. Geórgia, Tbilisi, 1977.

ONU. *Mudanças do Clima 2007: a Base das Ciências Físicas*. Grupo de Trabalho I do IPCC, Paris, fevereiro de 2007.

WORLDWATCH INSTITUTE. *Estado do Mundo, 2004*. Salvador: Universidade Livre da Mata Atlântica, 2004.

ANEXO A

A CARTA DA TERRA

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

TERRA, NOSSO LAR

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

A SOCIEDADE GLOBAL

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação

ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

DESAFIOS PARA O FUTURO

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano.

Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções incluídas.

RESPONSABILIDADE UNIVERSAL

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza.

Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto,

juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

PRINCÍPIOS

I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DA VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.

- a. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.
- b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.

2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

- a. Aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.
- b. Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum.

3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

- a. Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial.
- b. Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

- a. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.
- b. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apóiem, em

longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

Para poder cumprir estes quatro amplos compromissos, é necessário:

II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.

- a. Adotar planos e regulamentações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.
- b. Estabelecer e proteger as reservas com uma natureza viável e da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.
- c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçadas.
- d. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.
- e. Manejar o uso de recursos renováveis como água, solo, produtos florestais e vida marinha de forma que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.
- f. Manejar a extração e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis de forma que diminuam a exaustão e não causem dano ambiental grave.

6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.

- a. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva.
- b. Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.

- c. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas conseqüências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance.
- d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.
- e. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.

7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.

- a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.
- b. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento.
- c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência eqüitativa de tecnologias ambientais saudáveis.
- d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.
- e. Garantir acesso universal à assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.
- f. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e subsistência material num mundo finito.

8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.

- a. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada a sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.
- b. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano.
- c. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.

III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.

- a. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não-contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.
- b. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e proporcionar seguro social e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se por conta própria.
- c. Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.

10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma eqüitativa e sustentável.

- a. Promover a distribuição eqüitativa da riqueza dentro das e entre as nações.
- b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas.
- c. Garantir que todas as transações comerciais apóiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas.
- d. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas conseqüências de suas atividades.

11. Afirmar a igualdade e a eqüidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.

- a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.
- b. Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.
- c. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os

membros da família.

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

- a. Eliminar a discriminação em todas suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.
- b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.
- c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.
- d. Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.

IV. DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça.

- a. Defender o direito de todas as pessoas no sentido de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tenham interesse.
- b. Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.
- c. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembléia pacífica, de associação e de oposição.
- d. Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.
- e. Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.
- f. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas mais efetivamente.

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

- a. Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.
- b. Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para sustentabilidade.
- c. Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais.
- d. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

- a. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos.
- b. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.
- c. Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.

16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

- a. Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações.
- b. Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.
- c. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não-provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.
- d. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.
- e. Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz.
- f. Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo,

com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.

O CAMINHO ADIANTE

Como nunca antes na história, o destino comum nos conchama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

ANEXO B

CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL AOS PAÍSES MEMBROS

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO Nº 1

A Conferência, considerando os problemas que o meio ambiente impõe à sociedade contemporânea e levando em conta o papel que a educação pode e deve desempenhar para a compreensão de tais problemas, recomenda a adoção de alguns critérios que poderão contribuir na orientação dos esforços para o desenvolvimento da educação ambiental, em âmbito regional, nacional e internacional:

a) ainda que seja óbvio que os aspectos biológicos e físicos constituem a base natural do meio humano, as dimensões socioculturais e econômicas, e os valores éticos definem, por sua parte, as orientações e os instrumentos com os quais o homem poderá compreender e utilizar melhor os recursos da natureza com o objetivo de satisfazer as suas necessidades;

b) a educação ambiental é o resultado de uma orientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais;

c) um objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente;

d) o propósito fundamental da educação ambiental é também mostrar, com toda clareza, as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos dos diversos países podem ter

conseqüências de alcance internacional. Neste sentido, a educação ambiental deveria contribuir para o desenvolvimento de um espírito de responsabilidade e de solidariedade entre os países e as regiões, como fundamento de uma nova ordem internacional que garanta a conservação e a melhoria do meio ambiente;

e) uma atenção particular deverá ser dada à compreensão das relações complexas entre o desenvolvimento socio-econômico e a melhoria do meio ambiente;

f) com esse propósito, cabe à educação ambiental dar os conhecimentos necessários para interpretar os fenômenos complexos que configuram o meio ambiente; fomentar os valores éticos, econômicos e estéticos que constituem a base de uma autodisciplina, que favoreçam o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a preservação e melhoria desse meio ambiente, assim como uma ampla gama de habilidades práticas necessárias à concepção e aplicação de soluções eficazes aos problemas ambientais;

g) para a realização de tais funções, a educação ambiental deveria suscitar uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõem à comunidade; focar a análise de tais problemas, através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadora, que permita uma compreensão adequada dos problemas ambientais;

h) a educação ambiental deve ser concebida como um processo contínuo e que propicie aos seus beneficiários - graças a uma renovação permanente de suas orientações, métodos e conteúdo - um saber sempre adaptado às condições variáveis do meio ambiente;

i) a educação ambiental deve dirigir-se a todos os grupos de idade e categorias profissionais:

- ao público em geral, não-especializado, composto por jovens e adultos cujos comportamentos cotidianos têm uma influência decisiva na preservação e melhoria do meio ambiente;

- aos grupos sociais específicos cujas atividades profissionais incidem sobre a qualidade desse meio;

- aos técnicos e cientistas cujas pesquisas e práticas especializadas constituirão a base de conhecimentos sobre os quais deve sustentar-se uma educação, uma formação e uma gestão eficaz, relativa ao ambiente;

j) o desenvolvimento eficaz da educação ambiental exige o pleno aproveitamento de todos os meios públicos e privados que a sociedade dispõe para a educação da população: sistema de educação formal, diferentes modalidades de educação extra-escolar e os meios de comunicação de massa;

k) a ação da educação ambiental deve vincular-se à legislação, às políticas, às medidas de controle e às decisões que o governo adote em relação ao meio ambiente.

RECOMENDAÇÃO Nº 2

Reconhecendo que a educação ambiental deveria contribuir para consolidar a paz, desenvolver a compreensão mútua entre os Estados e constituir um verdadeiro instrumento de solidariedade internacional e de eliminação de todas as formas de discriminação racial, política e econômica. Observando que o conceito de meio ambiente abarca uma série de elementos naturais, criados pelo homem, e sociais, da existência humana, e que os elementos sociais constituem um conjunto de valores culturais, morais e individuais, assim como de relações interpessoais na esfera do trabalho e das atividades de tempo livre. Considerando que todas as pessoas deveriam gozar do direito à educação ambiental, a Conferência de Tbilisi decidiu serem as seguintes as finalidades, os objetivos e os princípios básicos da educação ambiental:

1. FINALIDADES

a) ajudar a fazer compreender, claramente, a existência e a importância da interdependência econômica, social, política e ecológica, nas zonas urbanas e rurais;

b) proporcionar, a todas as pessoas, a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente;

c) induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, a respeito do meio ambiente.

2. CATEGORIAS DE OBJETIVOS

a) consciência: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem consciência do meio ambiente global e ajudar-lhes a sensibilizarem-se por essas questões;

b) conhecimento: ajudar os grupos e os indivíduos a adquirirem diversidade de experiências e compreensão fundamental do meio ambiente e dos problemas anexos;

c) comportamento: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a comprometerem-se com uma série de valores, e a sentirem interesse e preocupação pelo meio ambiente, motivando-os de tal modo que possam participar ativamente da melhoria e da proteção do meio ambiente;

d) habilidades: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem as habilidades necessárias para determinar e resolver os problemas ambientais;

e) participação: proporcionar aos grupos sociais e aos indivíduos a possibilidade de participarem ativamente nas tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais.

3. PRINCÍPIOS BÁSICOS

a) considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo homem (tecnológico e social, econômico, político, históricocultural, moral e estético);

b) constituir um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar e continuando através de todas as fases do ensino formal e não-formal;

c) aplicar em enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada;

d) examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas;

e) concentrar-se nas situações ambientais atuais, tendo em conta também a perspectiva histórica;

f) insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir e resolver os problemas ambientais;

g) considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de

desenvolvimento e de crescimento;

h) ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais;

i) destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em conseqüências, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas;

j) utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais.

RECOMENDAÇÃO Nº 3

Considerando que é melhor abordar e tratar as questões relativas ao meio ambiente, em função da política global aplicada pelos governos para o desenvolvimento nacional e para as relações internacionais, na busca de uma nova ordem internacional. Considerando que o meio ambiente diz respeito a todos os habitantes de todos os países, e que sua conservação e melhoria exigem a adesão e a participação ativa da população, a Conferência recomendou aos Estados membros que integrem a educação ambiental em sua política geral e que adotem, no marco de suas estruturas nacionais, as medidas apropriadas, objetivando sobretudo:

a) sensibilizar o público em relação aos problemas do meio ambiente e às grandes ações em curso, ou previstas;

b) elaborar informações destinadas a permitir uma visão de conjunto dos grandes problemas, das possibilidades de tratamento, e da urgência respectiva das medidas adotadas ou que devam ser adotadas;

c) dirigir-se ao meio familiar e às organizações que se ocupam com a educação pré-escolar com vistas a que os jovens, sobretudo antes da idade escolar obrigatória, recebam uma educação ambiental;

d) confiar à escola um papel determinante no conjunto da educação ambiental e organizar, com esse fim, uma ação sistemática na educação primária e secundária;

e) aumentar os cursos de ensino superior relativos ao meio ambiente;

f) transformar progressivamente, mediante a educação ambiental, as atitudes

e os comportamentos para fazer com que todos os membros da comunidade tenham consciência de suas responsabilidades, na concepção, elaboração e aplicação dos programas nacionais ou internacionais relativos ao meio ambiente;

g) contribuir, desse modo, na busca de uma nova ética fundada no respeito à natureza, ao homem e à sua dignidade, ao futuro e a exigência de uma qualidade de vida acessível a todos, com um espírito geral de participação.

RECOMENDAÇÃO Nº 5

Considerando a necessidade de intensificar não somente os aspectos socioeconômicos descritos em forma apropriada, bem como os aspectos ecológicos do meio natural e humano. Considerando que o meio ambiente é um sistema real. Considerando que o meio ambiente humano apresenta, como todos os demais ecossistemas, uma estrutura, um funcionamento e uma história própria. Considerando que há de se abordar mais, nas causas da crise ecológica, a concepção ética errônea da relação entre a humanidade e a natureza, a Conferência recomendou que:

a) promova-se que o conhecimento profundo dos aspectos naturais do meio ambiente;

b) desenvolva-se o enfoque sistêmico ao analisar e ordenar os ecossistemas naturais e os humanos;

c) considere-se a dimensão temporal (passada, presente e futura) própria de cada meio ambiente.

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1. ESTRUTURA ORGÂNICA

RECOMENDAÇÃO Nº 6

Segundo a Conferência, cada país deve intensificar ou estabelecer as estruturas orgânicas idôneas que permitam, entre outras:

a) coordenar iniciativas em matéria de educação ambiental;

b) atuar como órgão consultivo sobre educação ambiental no plano

governamental;

c) atuar como centro de informações e intercâmbio de dados para a formação em educação ambiental;

d) fomentar a consciência e a aquisição de conhecimento ambiental no país, por diversos grupos sociais e profissionais;

e) promover a colaboração entre as associações que se interessam em meio ambiente, por uma parte, e os setores da pesquisa científica e da educação, por outra parte;

f) multiplicar as oportunidades de reunião entre os responsáveis políticos e administrativos dessas associações;

g) proporcionar a infra-estrutura e a orientação necessárias ao estabelecimento de comitês de ação com vistas à educação ambiental;

h) estimular e facilitar a contribuição das organizações não-governamentais.

RECOMENDAÇÃO Nº 7

Como a educação ambiental pode promover a conservação e a melhoria do meio ambiente, melhorando assim qualidade de vida ao tempo em que preserva os sistemas ecológicos, a Conferência recomenda:

a) que a educação ambiental tenha por finalidade criar uma consciência, comportamentos e valores com vistas a conservar a biosfera, melhorar a qualidade de vida em todas as partes e salvaguardar os valores éticos, assim como o patrimônio cultural e natural, compreendendo os sítios históricos, as obras de arte, os monumentos e lugares de interesse artístico e arqueológico, o meio natural e humano, incluindo sua fauna e flora, e os assentamentos humanos;

b) que as autoridades competentes estabeleçam uma unidade especializada, encarregada de prestar serviços à educação ambiental, com as seguintes atribuições:

c) formação de dirigentes no campo do meio ambiente;

d) elaboração de programas de estudos escolares compatíveis com as necessidades do meio ambiente, em âmbito local, regional e mundial;

e) preparação de livros e obras de referência científica necessários ao plano de melhoria dos estudos;

f) determinação de métodos e meios pedagógicos para popularizar os planos

de estudos e explicar os projetos ambientais.

A Conferência acrescentou que, ao estabelecer programas de educação ambiental, se tenha em conta a influência positiva e enriquecedora dos valores éticos.

2. SETORES DA POPULAÇÃO AOS QUAIS ESTÁ DESTINADA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RECOMENDAÇÃO Nº 8

A Conferência recomendou aos setores da população que levassem em consideração:

- a educação do público em geral. Esta deverá atingir todos os grupos de idade e todos os níveis da educação formal, assim como as diversas atividades de educação não-formal destinada aos jovens e aos adultos. Nesta atividade, as organizações voluntárias podem desempenhar um papel importante;

- a educação de grupos profissionais ou sociais específicos. Esta dirige-se especialmente àqueles cujas atividades e influência tenham repercussões importantes no meio ambiental - engenheiros, arquitetos, administradores e planejadores industriais, sindicalistas, médicos, políticos e agricultores. Diversos níveis de educação formal e não-formal deverão contribuir para essa formação.

- a formação de determinados grupos de profissionais e cientistas. Esta formação está destinada a que se ocupa de problemas específicos do meio ambiente - biólogos, ecólogos, hidrólogos, toxicólogos, edafólogos, agrônomos, engenheiros, arquitetos, oceanógrafos, limnólogos, meteorologistas, sanitaristas etc. - e deve compreender um componente interdisciplinar.

RECOMENDAÇÃO Nº 11

A Conferência recomenda que se incite os membros de profissões que exercem grande influência sobre o meio ambiente a aperfeiçoarem sua educação ambiental em:

- Programas de formação complementar que permitam estabelecer relações mais apropriadas sobre uma base interdisciplinar;

- Programas de pós-graduação destinados a um pessoal já especializado em

certas disciplinas. Considera-se como método de formação eficaz o que consiste em adotar um enfoque pluridisciplinar centrado na solução dos problemas. Isto permitiria formar especialistas que havendo adquirido essa formação, trabalhariam como integradores (integracionistas, para distingui-los dos generalistas e dos especialistas) em equipes multidisciplinares).

3. CONTEÚDOS E MÉTODOS

RECOMENDAÇÃO Nº 12

Considerando que as distintas disciplinas que podem relacionar-se com as questões ambientais são ensinadas, com freqüência, de maneira isolada e podem tender a descuidar o interesse que apresentam os problemas ambientais, e prestar-lhes atenção insuficiente;

Que os enfoques independentes e pluridisciplinares deverão desempenhar um papel igualmente importante, segundo as situações, os grupos de educandos e as idades de cada grupo;

Que os métodos pedagógicos que devem se aplicar a cada um desses tipos de enfoque estão em estado embrionário;

Que a incorporação da educação ambiental aos planos de estudos ou programas de ensino existentes é, na maioria dos casos, lenta;

Que é necessário aperfeiçoar os critérios em que serão baseados o conteúdo dos planos de estudo e os programas de educação ambiental;

Que as situações socio-econômicas determinam diferentes aspectos educativos;

Que os panoramas e as situações históricas e culturais exigem também uma consideração especial;

Que determinados setores da comunidade, como os constituídos pelos habitantes das zonas rurais, os administradores, os trabalhadores da indústria e os líderes religiosos, precisam de programas de educação ambiental adaptados a cada caso;

Que são essenciais os enfoques multidisciplinares se se deseja incrementar a educação ambiental;

Que os enfoques multidisciplinares ou integrados somente se aplicam

eficazmente quando se desenvolve simultaneamente o material pedagógico;

Que seria preferível que a educação ambiental abordasse de início a solução dos problemas, em função das oportunidades de ação;

Que é necessária a pesquisa dos diversos enfoques, aspectos e métodos considerados como ponto de partida das possibilidades de desenvolvimento dos planos de estudos e programas de educação ambiental;

Que será necessário criar as instituições dedicadas a este tipo de pesquisa, e quando já existentes, melhorar e prestar o apoio que requerem; a Conferência recomenda:

a) que as autoridades competentes empreendam, prossigam e fortaleçam - segundo seja o caso - as medidas destinadas a incorporar os temas ambientais nas distintas disciplinas do sistema de educação formal;

b) que se dê aos estabelecimentos de educação e de formação a flexibilidade suficiente para que seja possível incluir aspectos próprios da educação ambiental nos planos de estudo existentes e criar novos programas de educação ambiental de modo que possam fazer frente às necessidades de um enfoque e uma metodologia interdisciplinares;

c) que no marco de cada sistema se estimulem e apóiem as disciplinas consideradas com o objetivo de determinar sua contribuição especial à educação ambiental e imprimir-lhe a devida prioridade;

d) que as autoridades responsáveis apóiem o desenvolvimento dos planos de estudos em função de situações especiais, como são as que prevalecem nas zonas urbanas, zonas rurais e as zonas de relevância histórica e cultural;

e) que os programas de pesquisa e desenvolvimento se orientem de preferência à solução dos problemas e à ação.

RECOMENDAÇÃO Nº 13

Considerando que as universidades - na sua qualidade de centro de pesquisa, de ensino e de pessoal qualificado no país - devem dar, cada vez mais, ênfase à pesquisa sobre educação formal e não-formal;

Considerando que a educação ambiental nas escolas superiores definirá cada vez mais da educação tradicional, e se transmitirão aos estudantes os conhecimentos básicos essenciais para que suas futuras atividades profissionais

redundem em benefícios para o meio ambiente, a conferência recomenda:

a) que se examine o potencial atual das universidades para o desenvolvimento de pesquisa;

b) que se estimule a aplicação de um tratamento interdisciplinar ao problema fundamental da correlação entre o homem e a natureza, em qualquer que seja a disciplina;

c) que se elaborem diversos meios auxiliares e manuais sobre os fundamentos teóricos da proteção ambiental.

RECOMENDAÇÃO Nº 14

A Conferência recomenda que os programas de formação técnica compreendam informações sobre as mudanças ambientais resultantes de cada atividade profissional. Desta maneira, a formação técnica manifestará mais claramente as relações que existem entre as pessoas e seu meio social, físico e cultural, e despertará o desejo de melhorar o meio ambiente, influenciando nos processos de tomada de decisão.

RECOMENDAÇÃO Nº 15

Considerando que o meio de trabalho constitui um entorno local que influi física, social e psicologicamente em quem está submetido a ele. Considerando que o meio de trabalho constitui o meio natural de aprendizagem de grande parte da população adulta, e é portanto um excelente ponto de partida para a educação ambiental de adultos, recomenda que aprovelem os objetivos seguintes como pautas de suas políticas de educação sobre meio de trabalho:

- a possibilidade de que, nas escolas primárias e secundárias, os alunos adquiram conhecimentos gerais do meio de trabalho e de seus problemas;

- a formação profissional deveria incluir a educação relacionada com questões do meio de trabalho de cada profissão ou especialidade concreta, compreendendo as informações sobre as normas sanitárias aplicáveis ao nível admissível de contaminação do meio ambiente, de ruído, vibrações, radiações e outros fatores que afetam o homem.

RECOMENDAÇÃO Nº 16

Considerando a grande possibilidade que têm os consumidores de influir indiretamente, por meio do seu comportamento individual e/ou coletivo, nas repercussões de consumo sobre o meio ambiente;

Considerando que quem produz bens de consumo e faz publicidade é responsável pela repercussão direta e indireta do produto sobre o meio ambiente. Reconhecendo a grande influência dos meios de comunicação social no comportamento do consumidor, recomenda:

a) que incitem os meios de comunicação social para que tenham consciência de sua função educativa, na formação de atitudes do consumidor, com vista à não estimulação do consumo de bens que sejam prejudiciais ao meio ambiente;

b) que as autoridades educacionais competentes fomentem a inclusão desses aspectos nos programas de educação formal e não-formal.

4. FORMAÇÃO PESSOAL

RECOMENDAÇÃO Nº 17

Considerando a necessidade de que todo o pessoal docente compreenda que é preciso conceder um lugar importante em seus cursos à temática ambiental, recomenda que se incorporem nos programas, o estudo das ciências ambientais e da educação ambiental.

RECOMENDAÇÃO Nº 18

Considerando que a grande maioria dos atuais membros do corpo docente foi diplomada durante uma época em que a temática ambiental era descuidada, portanto, sem receber informações suficientes em matéria de questões ambientais e de metodologia de educação ambiental, recomenda:

a) que se adotem as medidas necessárias com o objetivo de permitir uma formação de educação ambiental a todo o pessoal docente em exercício;

b) que a aplicação e o desenvolvimento de tal formação, inclusive a formação prática em matéria de educação ambiental, se realizem em estreita cooperação com

as organizações profissionais de pessoal docente, tanto no plano internacional como no nacional.

5. MATERIAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM

RECOMENDAÇÃO Nº 19

Considerando a maior eficácia da educação ambiental em consonância com a possibilidade de dispor da ajuda dos materiais didáticos adequados, recomenda:

a) que se formulem princípios básicos para preparar modelos de manuais e de materiais de leitura para a sua utilização em todos os níveis dos sistemas de educação formal e não-formal;

b) que se utilizem, na maior medida possível, a documentação existente, e se aproveitem os resultados das pesquisas em educação ao elaborar materiais de baixo custo;

c) que os docentes e os educandos participem diretamente da preparação e adaptação dos materiais didáticos para a Educação Ambiental;

d) que se informe aos docentes, em vias de conclusão dos cursos acadêmicos, do manejo da gama mais ampla possível de materiais didáticos em Educação Ambiental, fazendo-os cômicos dos materiais de baixo custo, e da possibilidade de efetuar adaptações e improvisações com respeito às circunstâncias locais.

6. DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO

RECOMENDAÇÃO Nº 20

Considerando que não existem dúvidas quanto à importância da difusão dos conhecimentos gerais e especializados relativos ao meio ambiente, e da tomada de consciência por parte do público de um enfoque adequado das complexas questões ambientais para o desenvolvimento econômico e a utilização racional dos recursos da terra em benefício dos diversos povos e de toda a humanidade;

Reconhecendo o papel importante que desempenham os governos em muitos países para conceber, aplicar e desenvolver programas de educação ambiental;

Reconhecendo a importância dos meios de comunicação social para a educação ambiental, recomenda os governos:

a) Programas e estratégias relativos à informação sobre meio ambiente:

- que prevejam a realização de uma campanha de informação dirigida à educação do público sobre problemas ambientais de interesse nacional e regional, tais como o tema da água doce;

- que apoiem as atividades de educação ambiental não-formal aplicadas por instituições ou associações;

- que fomentem o estabelecimento de programas de educação ambiental formal e não-formal, e que, ao fazê-lo, utilizem sempre que seja possível os organismos e organizações existentes (tanto público como privados);

- que desenvolvam o intercâmbio de materiais e de informações entre os organismos públicos e privados interessados em educação ambiental, dentro do setor da educação formal e nãoformal;

- que executem e desenvolvam programas de educação ambiental para todos os setores da população, incorporando, quando for o caso, as organizações não-governamentais.

b) A informação ambiental através dos meios de comunicação de massa:

- fomentando a difusão, por meio da imprensa, dos conhecimentos sobre a proteção e melhoria do meio ambiente;

- organizando cursos de formação destinados aos profissionais da imprensa - diretores, produtores, editores, etc. - a fim de que possam tratar adequadamente os aspectos da educação ambiental;

- instituindo os mecanismos da planificação e coordenação dos programas de educação ambiental através dos meios de comunicação de massa, de modo a atingir a população - rural e urbana - que está à margem do sistema educacional.

7. PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RECOMENDAÇÃO Nº 21

Considerando que as mudanças institucionais e educacionais necessárias à incorporação da educação ambiental aos sistemas nacionais de ensino não deveriam basear-se unicamente na experiência, mas também em pesquisa e

avaliações que tenham por objetivo melhorar as decisões da política de educação, recomenda aos governos:

a) que tracem políticas e estratégias nacionais que promovam os projetos de pesquisa necessários à educação ambiental e incorporem seus resultados ao processo geral de ensino por meio dos cursos adequados;

b) que efetuem pesquisas sobre:

- as metas e os objetivos da educação ambiental;
- as estruturas epistemológicas e institucionais que influem nas necessidades ambientais;
- os conhecimentos e atitudes dos indivíduos, com o objetivo de precisar as condições pedagógicas mais eficazes, os tipos de ações que os docentes devem desenvolver e os processos de assimilação do conhecimento por parte dos educandos, bem como os obstáculos que se opõem as modificações dos conceitos, valores e atitudes das pessoas e que são inerentes ao comportamento ambiental;

c) que pesquisem as condições em que poderia fomentar o desenvolvimento da educação ambiental visando sobretudo:

- identificar os conteúdos que poderiam servir de base aos programas de educação ambiental destinados ao público do sistema formal e não-formal de ensino, bem como aos especialistas;
- elaborar os métodos que permitam a melhor assimilação dos conceitos, valores e atitudes idôneas em relação à temática ambiental;
- determinar as inovações que deverão ser introduzidas no ensino do meio ambiente.

d) que empreendam pesquisas destinadas ao desenvolvimento de métodos educacionais e programas de estudo, a fim de sensibilizar o grande público, dando particular atenção ao emprego dos meios de informação social, e à preparação de instrumentos de avaliação que possam medir a influência desses programas de estudo;

e) que incluam nos cursos de formação inicial, e nos destinados ao pessoal docente em exercício, métodos de pesquisa que permitam projetar e elaborar os instrumentos com os quais se alcancem eficazmente os objetivos da educação ambiental;

f) que empreendam pesquisas para a elaboração de métodos educacionais e materiais de baixo custo que facilitem a formação dos educadores, ou sua própria

reinserção formativa;

g) que tomem medidas para promover o intercâmbio de informações entre os organismos nacionais de pesquisa educacional, difundir amplamente os resultados de tais pesquisas e proceder a avaliação do sistema de ensino.

8. COOPERAÇÃO REGIONAL E INTERNACIONAL

RECOMENDAÇÃO Nº 23

Tendo em conta os efeitos globais produzidos pela evolução passada, presente e futura de todas as nações do nosso planeta, vinculados estreitamente a um meio ambiente equilibrado e são, para todos os que vivem agora como para as gerações vindouras.

Tendo presentes o crescimento econômico e o progresso técnico sem precedentes, assim como as mudanças, as melhorias e os perigos para o meio ambiente. Consciente de que somente a cooperação, a compreensão, a ajuda mútua, a boa vontade e as ações sistematicamente preparadas, planejadas e executadas, permitirão resolver, em condições de paz, os problemas ambientais presentes e futuros, a Conferência estima que a educação ambiental ofereça à população mundial os conhecimentos necessários para utilizar a natureza e os recursos naturais, controlar a qualidade do meio ambiente de modo que este não somente não se deteriore, como possa ser melhorado acertadamente, assim como para adquirir os conhecimentos, as motivações, o interesse ativo e as atitudes que permitam dedicação para resolver individual e coletivamente os atuais problemas, e prevenir os que possam surgir, dado que nos dias atuais a humanidade dispõe dos meios e conhecimentos necessários para tanto.

Declarando que os documentos preparados para a Conferência de Tbilisi, além das sugestões e experiências apresentadas, constituem um marco geral, prático e útil para a educação ambiental, recomenda aos Estados membros:

a) que tomem todas as medidas necessárias para efetivar, da forma mais ampla possível, e de conformidade com as necessidades e possibilidades de cada país interessado, os resultados desta Conferência sobre Educação Ambiental, e que elaborem planos de ação e calendários para a realização das seguintes atividades:

- promover em todos os ramos da educação ambiental uma cooperação

bilateral, regional e internacional baseada na pesquisa científica, em um amplo intercâmbio de informações e de experiências sobre a execução de programas em comum;

- facilitar a busca de soluções globais aos problemas ambientais que sejam de competência de cada país interessado, fixando os requisitos para por em marcha a educação ambiental (legislação, medidas financeiras, institucionais e de outra índole).

RECOMENDAÇÃO Nº 41

Considerando o importante papel que as organizações não governamentais e os organismos voluntários desempenham no campo da educação ambiental local, nacional, regional e internacionalmente;

Destacando a conveniência de ampliar as oportunidades de participação democrática na formulação e execução dos programas de educação ambiental;

Tendo presente que a eficácia da ação das organizações intergovernamentais depende em grande parte dos vínculos que mantenham com as organizações não-governamentais e os organismos voluntários, recomenda aos Estados membros que promovam e ajudem as organizações não-governamentais e os organismos voluntários em âmbito local, sub-regional e nacional, e que aproveitem da melhor maneira possível suas capacidades e atividades; que fomentem e estimulem uma tomada de consciência das questões ambientais por parte de organismos como as organizações de pessoal docente e outras organizações não-governamentais que se encarregam diretamente da infância e da juventude, para que participem da formulação e da execução de estratégias nacionais de educação.

Feitos os devidos ajustes à nossa realidade, os documentos de Tbilisi constituem-se em importantes subsídios para o desenvolvimento de educação ambiental.

Tbilisi, Geórgia, ex-URSS, de 14 a 26 de outubro de 1977.

ANEXO C

LEI 9.795 / 99

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º - Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º - A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º - Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

- I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;
- III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º - São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º - São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º - É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 7º - A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 8º - As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

I - capacitação de recursos humanos;

II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;

III - produção e divulgação de material educativo;

IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

SEÇÃO II

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL

Art 9º - Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10 - A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11 - A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12 - A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

SEÇÃO III

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO-FORMAL

Art. 13 - Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços

nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14 - A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

Art. 15 - São atribuições do órgão gestor:

I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;

II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;

III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Art. 16 - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 17 - A eleição de planos e programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de

Educação Ambiental;

II - prioridade dos órgãos integrantes do SISNAMA e do Sistema Nacional de Educação;

III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

Parágrafo único. Na eleição a que se refere o caput deste artigo, devem ser contemplados, de forma eqüitativa, os planos, programas e projetos das diferentes regiões do País.

Art. 18 - (VETADO)

Art. 19 - Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO D

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL

Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve, portanto, propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através do envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.

I – INTRODUÇÃO

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário.

Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria.

Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos e a alienação e a não participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro. É fundamental que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes. dentre estas alternativas está a

necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana.

Consideramos que a educação ambiental deve gerar com urgência mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida.

II - PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL

A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores.

A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.

A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.

A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seus contextos social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira.

A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e eqüitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.

A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para

modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilingüe.

A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.

A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.

A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana. 13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais.

A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.

A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

III - PLANO DE AÇÃO

As organizações que assinam este tratado se propõem a implementar as seguintes diretrizes:

Transformar as declarações deste Tratado e dos demais produzidos pela Conferência da Sociedade Civil durante o processo da Rio 92 em documentos a

serem utilizados na rede formal de ensino e em programas educativos dos movimentos sociais e suas organizações.

Trabalhar a dimensão da educação ambiental para sociedades sustentáveis em conjunto com os grupos que elaboraram os demais tratados aprovados durante a Rio 92.

Realizar estudos comparativos entre os tratados da sociedade civil e os produzidos pela Conferência das nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED; utilizar as conclusões em ações educativas.

Trabalhar os princípios deste tratado a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação.

Incentivar a produção de conhecimento, políticos, metodologias e práticas de Educação Ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não formal, para todas as faixas etárias.

Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.

Estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições e história.

Fazer circular informações sobre o saber e a memória populares; e sobre iniciativas e tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais.

Promover a coresponsabilidade dos gêneros feminino e masculino sobre a produção, reprodução e manutenção da vida.

Estimular a apoiar a criação e o fortalecimento de associações de produtores e de consumidores e redes de comercialização que sejam ecologicamente responsáveis.

Sensibilizar as populações para que constituam Conselhos populares de ação Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.

Criar condições educativas, jurídicas, organizacionais e políticas para exigir dos governos que destinem parte significativa de seu orçamento à educação e meio ambiente.

Promover relações de parceria e cooperação entre as Ongs e movimentos

sociais e as agências da ONU (UNESCO, PNUMA, FAO entre outras), a nível nacional, regional e internacional, a fim de estabelecerem em conjunto as prioridades de ação para educação, meio ambiente e desenvolvimento.

Promover a criação e o fortalecimento de redes nacionais, regionais e mundiais para a realização de ações conjuntas entre organizações do Norte, Sul, Leste e Oeste com perspectiva planetária (exemplos: dívida externa, direitos humanos, paz, aquecimento global, população, produtos contaminados).

Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para a preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular transmissões de programas gerados pelas comunidades locais.

Promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para a transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para com a transformação de nossas próprias práticas.

Buscar alternativas de produção autogestionária e apropriadas econômica e ecologicamente, que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida.

Atuar para erradicar o racismo, o sexismo e outros preconceitos; e contribuir para um processo de reconhecimento da diversidade cultural dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos.

Mobilizar instituições formais e não formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação, em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente.

Fortalecer as organizações e movimentos sociais como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente.

Assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem em seu cotidiano a questão ecológica.

Estabelecer critérios para a aprovação de projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras.

IV - SISTEMA DE COORDENAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Todos os que assinam este Tratado concordam em:

Difundir e promover em todos os países o Tratado de Educação Ambiental

para Sociedades Sustentáveis e responsabilidade Global através de campanhas individuais e coletivas, promovidas por Ongs, movimentos sociais e outros.

Estimular e criar organizações, grupos de Ongs e Movimentos Sociais para implantar, implementar, acompanhar e avaliar os elementos deste Tratado.

Produzir materiais de divulgação deste tratado e de seus desdobramentos em ações educativas, sob a forma de textos, cartilhas, cursos, pesquisas, eventos culturais, programas na mídia, ferias de criatividade popular, correio eletrônico e outros.

Estabelecer um grupo de coordenação internacional para dar continuidade às propostas deste Tratado.

Estimular, criar e desenvolver redes de educadores ambientais.

Garantir a realização, nos próximos três anos, do 1º Encontro Planetário de educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.

Coordenar ações de apoio aos movimentos sociais em defesa da melhoria da qualidade de vida, exercendo assim uma efetiva solidariedade internacional.

Estimular articulações de ONGs e movimentos sociais para rever estratégias de seus programas relativos ao meio ambiente e educação.

V - GRUPOS A SEREM ENVOLVIDOS

Este Tratado é dirigido para:

Organizações dos movimentos sociais-ecologistas, mulheres, jovens, grupos étnicos, artistas, agricultores, sindicalistas, associações de bairro e outros.

Ongs comprometidas com os movimentos sociais de caráter popular.

Profissionais de educação interessados em implantar e implementar programas voltados à questão ambiental tanto nas redes formais de ensino, como em outros espaços educacionais.

Responsáveis pelos meios de comunicação capazes de aceitar o desafio de um trabalho transparente e democrático, iniciando uma nova política de comunicação de massas.

Cientistas e instituições científicas com postura ética e sensíveis ao trabalho conjunto com as organizações dos movimentos sociais.

Grupos religiosos interessados em atuar junto às organizações dos movimentos sociais.

Governos locais e nacionais capazes de atuar em sintonia/parceria com as propostas deste Tratado.

Empresários (as) comprometidos (as) em atuar dentro de uma lógica de recuperação e conservação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida, condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

Comunidades alternativas que experimentam novos estilos de vida condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

VI – RECURSOS

Todas as organizações que assinam o presente Tratado se comprometem:

Reservar uma parte significativa de seus recursos para o desenvolvimento de programas educativos relacionados com a melhoria do ambiente e com a qualidade de vida.

Reivindicar dos governos que destinem um percentual significativo do Produto Nacional Bruto para a implantação de programas de Educação Ambiental em todos os setores da administração pública, com a participação direta de Ongs e movimentos sociais.

Propor políticas econômicas que estimulem empresas a desenvolverem aplicarem tecnologias apropriadas e a criarem programas de educação ambiental parte de treinamentos de pessoal e para comunidade em geral.

Incentivar as agências financiadoras a alocarem recursos significativos a projetos dedicados à educação ambiental: além de garantir sua presença em outros projetos a serem aprovados, sempre que possível.

Contribuir para a formação de um sistema bancário planetário das Ongs e movimentos sociais, cooperativo e descentralizado que se proponha a destinar uma parte de seus recursos para programas de educação e seja ao mesmo tempo um exercício educativo de utilização de recursos financeiros.